



R E V I S T A
SETREM

Ano V nº8 Jan/Jun 2006 ISSN 1678-1252

educação - saúde - administração - computação - engenharia de produção



DIRETORIA

Presidente: Ronaldo Fredolino Wendland
Vice-Presidente: Waldemar Blum
1ª Secretária: Lurdi Bender
2º Secretário: Luis Pereira
1º Tesoureiro: Flávio Nestor Fleck
2º Tesoureiro: Marcos Ricardo Schulz

CONSELHO FISCAL

Conrado Eickhoff
Ivo Novotny
Lori Lauer Cecatto
Mário Tesche
Ronald Kirchoff

CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Romeu Doege
Ernani Krause
Renato Kuntzler

Diretor geral – Flávio Magedanz
Vice-diretor Faculdade Três de Maio – Paulo Renato Manetzeder Aires
Vice-diretora Centro de Ensino Médio – Zenaide Tesche Heimerdingher

Conselho Editorial

Adalberto Lovato, Cláudia Verdum Viegas, Cristiano Henrique Antonelli da Veiga, Fauzi de Moraes Schubeita, Gilberto Souto Caramão, Jorge Antônio Rambo, Liane Beatriz Tesche Roedel, Mário Luiz Santos Evangelista, Rafael Marcelo Soder, Roque Ismael da Costa Güllich, Valmir Heckler, Vera Lúcia Lorenset Benedetti, Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber e Zenaide Heinsch

Comissão Científica Interna (avaliadores)

Adalberto Lovato, Cláudia Verdum Viegas, Cristiano Henrique Antonelli da Veiga, Fauzi de Moraes Schubeita, Gilberto Souto Caramão, Mário Luiz Santos Evangelista, Rafael Marcelo Soder, Roque Ismael da Costa Güllich, Valmir Heckler, Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber, Vera Lúcia Lorenset Benedetti e Zenaide Heinsch.

Comissão Científica Externa (avaliadores)

Tagli Dorval Mairesse Mallmann – IPA (RS), Carlos Ricardo Rossetto – UNIVALI (SC), Cláudia Regina Bonfá – UFSC (SC), Soraia Napoleão Freitas – UFSM (RS), Olgamir Francisco de Carvalho – UNB (DF), Cristiane Koehler – FATEC SENAC (RS), João Bosco Mangueira Sobral – UFSC (SC), Marlene Gomes Terra – UFSM (RS) e Vera Lúcia Fortunato Fortes – UPF (RS).

Capa e Diagramação: Carlos Magnus T. Borges

Revisão: Carla Matzembacher

Ano V nº8 Jan/Jun 2006 ISSN 1678-1252

Revista SETREM: Revista de Ensino e Pesquisa/
Sociedade Educacional Três de Maio

Três de Maio: Editora SETREM.

Publicação Semestral

A Sociedade Educacional Três de Maio, que possui como missão a produção, desenvolvimento e socialização do conhecimento, está fortemente comprometida com a inovação, a mudança e a busca de soluções na comunidade onde se encontra inserida, visando a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

Nesse sentido, a Revista SETREM, que publica sua oitava edição, constitui-se de importante referencial na comunidade acadêmica, fonte de consulta e debate de questões pertinentes e atualizadas, com a proposta de aumentar a bagagem cultural e o exercício da pesquisa entre professores e estudantes, aproximando dessa forma o ensino, a pesquisa e a extensão.

O caráter multidisciplinar da revista permite que se transite nas áreas das ciências sociais aplicadas, da computação, educação, engenharia e saúde, sendo que a composição da comissão científica interna e externa, formada por mestres e doutores de várias instituições e o número de artigos inscritos para o processo de avaliação *peer review* qualifica os artigos publicados.

A cada edição procura-se promover o encontro entre pessoas que acreditam que a educação é a saída para grande parte de nossos desafios e que os estudantes, professores e comunidade juntos podem ser protagonistas da história, buscando a realização pessoal e profissional de cada um.

Jorge Antônio Rambo

Coordenador da Pós-graduação e Pesquisa
Pelo Conselho Editorial da Revista SETREM

24909
11303
P050 / S495

ex. 53



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS REGIÕES DA GRANDE SANTA ROSA E MISSÕES 4

Daiane Soares Valdameri
Fernanda Letícia Hollweg
Roque Ismael da Costa Güllich
Adalberto Lovato

O SURGIMENTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO RESPOSTA À HISTÓRICA EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL 17

Carlos Waldemar Blum
Luís Carlos Zucatto

PLANO DE CARREIRA 25

Cecília Smaneoto
Grasiela Cecon
Letícia Schmidt
Marcos Garrafa

REDE DE COOPERAÇÃO: ANÁLISE DOS FATORES DE COMPETITIVIDADE ESTRATÉGICO-EMPRESARIAIS DAS ESCOLAS SINODAIS DA REGIÃO NOROESTE DO RS 34

Mauro Alberto Nüske
Rudimar Antunes da Rocha

COMPUTAÇÃO

OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO APORTE À CONSTRUÇÃO DE SOFTWARES EDUCACIONAIS: UMA INSERÇÃO PROGRESSIVA DA INFORMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL 45

Gustavo Griebler
Vera Lúcia Lorenset Benedetti
Edemilson Jorge Ramos Brandão

EDUCAÇÃO

EDUCAR PELA PESQUISA: PROCESSOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM COM PESQUISA 54

Roque Ismael da Costa Güllich

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA 61

Neusete Machado Rigo

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

CENÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL 66

Mário Luiz Santos Evangelista

Valmir Heckler

Ana Carolina Nüske

Cilione Gracieli Santor

Fabio Antonio Elger

Gustavo Griebler

SAÚDE

ADESÃO AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO 75

Leila Edinéia Arnhold Johner

Patrícia Regina Sklar

Claudia Verdum Viegas

Rafael Marcelo Soder

O ADOLESCENTE E O ADOLESCER COMO SUJEITO E PROCESSO DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE COLETIVA 82

Fábio Meller da Motta

Moiseli Paz Molina

Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber

Rafael Marcelo Soder

Patrícia Regina Sklar

A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DAS REGIÕES DA GRANDE SANTA ROSA E MISSÕES

Daiane Soares Valdameri¹

Fernanda Letícia Hollweg²

Roque Ismael da Costa Güllich³

Adalberto Lovato⁴

Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM⁵

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise sobre a utilização de Indicadores de Qualidade na Educação nas Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de cinco mil habitantes das Regiões da Grande Santa Rosa e Missões. Os sujeitos da pesquisa, realizada através de questionário e entrevistas pessoais, possibilitaram um diagnóstico da relação entre as características pessoais dos Dirigentes Municipais de Educação e a utilização de indicadores no controle de seus processos para medir e acompanhar o desempenho de sua secretaria, evidenciando-se não haver direta relação entre a formação e a utilização de planejamento e indicadores de qualidade na gestão educacional.

Palavras chave: **Educação Pública – Indicadores de Qualidade - Gestão Educacional.**

ABSTRACT

The present study proposes an analysis about the use of Quality Pointers in the City Education Departments in cities with more than five thousand inhabitants in the Great Santa Rosa and Missões Regions. The citizens of the research, carried through personal questionnaire and interviews, make possible a diagnosis of the relation among the personal characteristics of the Municipal Controllers of Education and the use of pointers in the control of its processes to measure and to follow the performance of its secretariat, proving itself not to have direct relation between the formation and the use of planning and pointers of quality in the educational management.

Key words: *Public education - Quality Pointers - Educational management.*

¹ Pós-Graduanda em Administração – Gestão Estratégica e Qualidade pela SETREM.

² Pós-Graduanda em Administração – Gestão Estratégica e Qualidade pela SETREM.

³ Professor da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM

⁴ Professor da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM

⁵ Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM, Av. Santa Rosa, 2405, Três de Maio – RS, e-mail: setrem@setrem.com.br.

INTRODUÇÃO

Atualmente, como forma de dinamizar a gestão educacional, a criação de indicadores de qualidade é de importância ímpar. Frente essas diretrizes, os Dirigentes Municipais de Educação – DME passam a ter uma maior autonomia para avaliar as instituições de ensino de seu município, o desempenho dos estudantes, bem como sua gestão.

É imperativo enfatizar-se que o presente estudo é resultado do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Administração – Gestão Estratégica e Qualidade da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM, no intuito de verificar a utilização de indicadores de qualidade e a sua dimensão na gestão do DME dos Municípios com mais de 5 mil habitantes, nas Regiões das Missões e Grande Santa Rosa.

Serão ressaltados os principais dados obtidos na pesquisa, como grau e área de escolaridade dos DME, se estes se utilizam de indicadores de qualidade e planejamento estratégico, bem como a direta relação entre a utilização de indicadores e planejamento e a formação do Dirigente.

A metodologia adotada para a realização do presente estudo contou com a abordagem quali-quantitativa, em uma pesquisa do tipo exploratória, entrevistando os Dirigentes Municipais de Educação dos Municípios com mais de cinco mil habitantes das Associações dos Municípios das Missões – AMM e Grande Santa Rosa – AMGSR, através de questionário e a análise foi estudada dentro de cada contexto.

Respeitou-se, para tanto, a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde – CNS a qual rege que a entrevista só será realizada depois do consentimento do entrevistado e esclarecimento de suas dúvidas.

Verificou-se, por fim, se a implantação, bem como a utilização de indicadores de qualidade contribuem na melhoria do desempenho dos trabalhos realizados pelas Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa.

1 METODOLOGIA

A análise da utilização de indicadores de qualidade nas Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa se deu no desenvolvimento da monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Administração – Gestão Estratégica e Qualidade, cursado na SETREM.

Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica para um maior entendimento quanto aos indicadores de qualidade e desempenho aplicados nas instituições de ensino.

A abordagem adotada para o estudo foi a quali-quantitativa (qualitativa, pois envolve questões subjetivas e quantitativas por haver pesquisa aos índices de desenvolvimento). Neste sentido, destaca Richardson (1999), que:

no planejamento da pesquisa, a discussão com o grupo que participará da investigação, o uso de entrevistas e a observação podem melhorar a formulação do problema, levantamento de hipóteses e a determinação da amostra.

Na coleta de dados, entrevistas, observações e discussões em grupo podem enriquecer as informações obtidas, particularmente pela profundidade e pelo detalhamento das técnicas qualitativas.

Na análise da informação, as técnicas qualitativas permitem verificar os resultados dos questionários e ampliar as relações descobertas (RICHARDSON, 1999, p. 88 – 9).

Cumprido destacar que o tipo de abordagem será exploratória por envolver questionário na sua coleta de dados e pela amostra não ser muito representativa. Importante frisar o que ressalta Richardson (1999) quando ao plano de enquete por exploração que:

os métodos de enquete, também podem proporcionar um meio de busca, quando o pesquisador está começando o estudo de determinado tema. Por exemplo, um grupo de pesquisadores que está planejando um estudo detalhado da natureza, das fontes e conseqüências da pobreza. Tendo algumas idéias sobre o tema, está preocupado em não deixar fora alguns aspectos importantes que possam contribuir para a explicação do problema. Geralmente, esse tipo de pesquisa inclui um questionário pouco estruturado e uma amostra não necessariamente representativa. Os resultados do trabalho permitirão rever o plano de pesquisa para a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema (RICHARDSON, 1999, p. 146)

Os dados estudados foram coletados por um questionário semi-aberto, ou seja, havendo questões para resolução subjetiva, objetivas, bem como questões para enumeração de termos pré-estabelecidos.

Posteriormente, o questionário foi aplicado aos Dirigentes das Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa, a fim de verificar se estas utilizam indicadores da qualidade e do desempenho para planejamento e controle dos processos, bem como os instrumentos e métodos utilizados no acompanhamento dos resultados. Outrossim, os Dirigentes Municipais de Educação foram entrevistados, sendo solicitados dados

relativos à sua formação, estabelecendo-se o perfil dos Dirigentes.

Após a coleta, os dados serão interpretados e analisados tendo por base as técnicas de análise de conteúdo e análise de estatística. Estas etapas da pesquisa constituem o seu núcleo central.

Em momento anterior à pesquisa, conforme diretrizes da Resolução n.º 196/CNS, os entrevistados serão informados que esta somente seria realizada com seu total consentimento e depois de esclarecidas todas suas dúvidas, por respeito aos preceitos éticos preconizados na pesquisa com seres humanos.

2 A PESQUISA COM INDICADORES DE QUALIDADE NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A idéia de uma pesquisa sobre indicadores de qualidade em educação surgiu em virtude dos comentários enfáticos quanto à má qualidade do ensino público no país, noticiados diuturnamente.

Assim sendo, e a fim de traçar-se um panorama da utilização de indicadores de qualidade pelos DME nas Regiões da AMM e AMGSR, foram elaboradas três hipóteses que nos serviram de base. São elas: as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa utilizam indicadores e/ou ferramentas de qualidade; ocorre a direta proporcionalidade entre as características pessoais dos Dirigentes Municipais de Educação e a utilização de indicadores para avaliação e acompanhamento do desempenho de sua Secretaria de Educação; e quando realizado, o planejamento das atividades pelos Dirigentes Municipais de Educação é preponderante para o sucesso de sua gestão e obtenção de melhores resultados.

Igualmente, foi traçado como objetivo geral a verificação de quais indicadores de qualidade são utilizados pelas Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa, bem como em que dimensão sua implantação/utilização contribuiu mais significativamente na melhoria da gestão educacional.

Cinco foram os objetivos específicos: realizar pesquisa com os Dirigentes das Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa; verificar se os Dirigentes destas Secretarias de Educação utilizam indicadores da qualidade como forma de medir e acompanhar o desempenho de sua gestão para planejar com sucesso o controle de seus processos; identificar os principais indicadores utilizados pelos Dirigentes Municipais de Educação e quais os instrumentos e os métodos utilizados no acompanhamento de resultados na educação; analisar o perfil dos Dirigentes que atuam nas Secretarias Municipais de Educação dos Municípios com mais de 5 mil habitantes

das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa e organizar um referencial teórico sobre a temática central da pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO - A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A qualidade não é um simples programa implantado por organizações diversas. Ela possui conceitos e definições variados, só acontecendo na medida em que todos na organização estiverem comprometidos em sua produção e melhoria diária. A revitalização da educação ocorrerá quando houver um trabalho efetivo da comunidade a fim de transformar o contexto da educação atual do país.

Assim sendo, em um referencial teórico, serão abordadas questões inerentes à qualidade da educação, sua trajetória histórica, sua situação e as prospecções estratégicas quanto ao Ensino Público Municipal, bem como sobre Sistema Municipal de Ensino. Igualmente, serão enfatizados o entendimento de qualidade e seus indicadores.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de qualidade de ensino vem gerando polêmica entre os educadores e pesquisadores preocupados com a atual situação das escolas brasileiras. Há a concordância dos profissionais do ensino quanto à necessidade da elevação da qualidade da educação; entretanto, divergem quanto aos indicadores de qualidade utilizados num processo de desenvolvimento de políticas educacionais.

Para alguns profissionais, o seu papel enquanto agente da educação é formar cidadãos que participem ativamente como sujeitos transformadores da sociedade em que vivem; para outros, a educação é vista como a possibilidade do país sair da crise, sendo uma estratégia de desenvolvimento econômico-social.

Segundo Enguita apud Marques (20—) é possível se discutir o conceito de qualidade de ensino a partir de três lógicas:

num primeiro momento, a qualidade de ensino foi identificada com a dotação de recursos humanos e materiais dos sistemas escolares ou suas partes componentes: gastos públicos aplicados, custos por aluno, por professores, duração da formação escolar, nível do salário dos professores, etc. Esta é a lógica do "Bem-Estar", a lógica dos serviços públicos, que, em síntese, pretende medir a qualidade tendo como referência os gastos públicos aplicados à educação.

Num segundo momento, as análises sobre a qualidade do ensino voltam sua atenção não mais para os gastos em recursos (humanos e/ou materiais), mas para os processos: conseguir o máximo resultado com o mínimo custo. Essa é a lógica da produção empresarial privada.

Hoje, predomina a lógica da competição no mercado e a **qualidade do ensino passa a ser identificada com os resultados obtidos pelos estudantes, tais como: taxa de evasão e repetência**, egressos dos cursos superiores, taxas de aprovação, **comparações internacionais do rendimento escolar**, etc (ENQUITA apud MARQUES, 20—, p. 1-2 [grifos nossos]).

No Brasil, o discurso da qualidade em educação iniciou nos anos 80, como nos Estados Unidos. Surgiu como opositora do discurso oficial da época, que enfatizava a democratização das oportunidades de acesso aos bancos escolares.

Outrossim, na década de 80, “as estatísticas oficiais indicavam um considerável aumento da oferta de matrícula, o que tornou mais visível as perversas estratégias que tornaram essa “democratização” superficial e inconsistente: classes superlotadas, funcionamento de cinco turnos de aula, baixos salários dos professores, etc” (FRANCO apud MARQUES, 20—).

Evidencia-se, assim, não bastar o incremento de metas para a educação, prevendo recursos financeiros e reformas curriculares, se o contexto onde estão os sujeitos da educação – professores, crianças e jovens -, sua realidade sócio-econômica e política, não possibilitar sua participação na escola e em espaços de lazer e cultura que permitam o exercício da cidadania.

3.2 O ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL E SUA PROSPECÇÃO ESTRATÉGICA

A qualidade da educação permanece como um dos maiores desafios a serem enfrentados pela Nação. Apesar das importantes melhoras dos indicadores quantitativos nos últimos anos, tais como a universalização do acesso à educação primária, a redução das taxas de evasão e de repetência e o aumento no número de matrículas, a qualidade da educação brasileira parece não se alterar significativamente.

A qualidade é uma preocupação enfaticamente demonstrada pelos legisladores constituintes, tanto que, na Carta Magna brasileira, encontra-se previsão sobre as diretrizes da Educação no Brasil.

Em seu inciso VII, o artigo 206 da Constituição Federal estabelece garantias quanto ao padrão de qualidade da Educação. Sendo assim, é importante destacar o texto na íntegra:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. (*Redação da EC nº 19/98*)

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII – garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 2006, p. 584-5 [grifos nossos]).

E a melhoria da qualidade do ensino é apontada como um dos objetivos do plano nacional de educação, segundo o inciso III do art. 214, do mesmo Diploma Legal.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN determina, em seu artigo 4º, inciso IX, no Título III que trata sobre o Direito à Educação e o Dever de Educar, que sejam respeitados “padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996).

Sendo a educação um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal do Brasil, é uma tarefa obrigatória do Estado brasileiro primar pela sua qualidade.

O sucesso da gestão da Educação do Município, do Estado ou da Nação, depende muito do seu gestor. Este tem o desafio de criar uma organização não apenas capaz de responder rapidamente a movimentos percebidos na clientela, mas também, e principalmente, capaz de ser pró-ativo, antecipando problemas e oportunidades e planejando as mudanças necessárias.

Solucionar as deficiências do sistema de ensino público não é uma tarefa de curto prazo. Mas o contínuo aperfeiçoamento dos DME é uma alternativa na busca de melhores resultados que podem ser alcançados gradativamente. Basta que sua equipe escolar esteja focada, trabalhe em uníssono e tenha a preocupação constante de avaliar indicadores de desempenho.

3.2.1 Sistema Municipal de Ensino

Por excelência, a educação é uma atividade de interesse público. Uma escola pública e de qualidade para todos é um ideal de indiscutível valor, todavia um enorme desafio.

Cumpre, nesta seara, destacar o entendimento de sistema de ensino referido no Parecer n.º 257/2006, CEED-RS, de 05 de abril de 2006. Este orienta os Municípios que

integram o Sistema Estadual de Ensino a organizarem seus próprios sistemas municipais de ensino. Estabelece, também, prazo para os Municípios que optarem por integrar o Sistema Estadual de Ensino.

Dúvidas com relação ao assunto suscitaram maiores esclarecimentos do Conselho Nacional de Educação – CNE. Então, o Conselho emitiu parecer onde define o conceito de ensino, seus princípios, dentre outros assuntos pertinentes à educação.

Observa-se no parecer o conceito de Sistema de Ensino esboçado na Constituição Federal de 1988, destacando que:

(...) ao invés de um sistema hierárquico ou dualista, comumente centralizado, a Constituição Federal montou um sistema de repartição de competências e atribuições legislativas entre os integrantes do sistema federativo, dentro dos limites expressos, reconhecendo a dignidade e a autonomia próprias dos mesmos.(...) A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social como um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. (...) Os sistemas de ensino da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, desde logo, passaram a ter existência constitucional, usufruindo de existência legal.(...)Junto com os princípios, deveres, financiamento, dentre outros, a Constituição (...) deixa a cargo destes sujeitos políticos, segundo suas Constituições e Leis Orgânicas, dispor sobre a respectiva organização administrativa. Nesta organização, supõe-se a existência de órgãos executivos e normativos e que, no caso da educação, tem sido a presença de secretarias e conselhos de educação (BRASIL apud RS, 2006, p. 3 [grifos do autor]).

Destaca-se, que os Municípios que desejarem continuar integrados ao Sistema Estadual de Ensino, terão de encaminhar declaração neste sentido até o dia 31 de março de 2008, nos termos do Parecer CEED n.º 257/06.

Os Municípios que não permanecerem no Sistema Estadual de Ensino deverão instituir seu próprio sistema. As diretrizes para a estruturação deste sistema se encontram, igualmente, no Parecer CEED n.º 257/06.

O Sistema Municipal de Ensino – SME é formado por dois órgãos distintos: um administrativo e outro normativo. Ao Conselho de Educação, concebido como órgão de assessoramento, deliberação e controle, cabe o exercício das atribuições de natureza estratégica e operacional. Por outro lado, enquanto não for institucionalizado o SME, não poderá ser atribuído ao Conselho Municipal de Educação – CME a função normativa, podendo, no entanto, exercer as funções consultivas, deliberativas, de assessoramento, propositivas, mobilizadoras e de controle social.

Destarte, a descentralização política e administrativa na educação, com a instituição dos SME, dos CME e da

implementação do regime de colaboração fazem parte do processo de radicalização da democracia no País.

3.3 EDUCAÇÃO E QUALIDADE

O sistema educacional brasileiro está e continuará passando por mudanças mais profundas do que nos 50 anos anteriores. A quantidade de serviço ofertado é maior do que nunca, a sua qualidade começa finalmente a ser medida. Mesmo assim, é muito comum ouvir dizer que o ensino público no Brasil é de má qualidade.

Mas afinal, o que se entende por qualidade? “A qualidade não é um acidente: ela é sempre o resultado de um esforço inteligente. É fruto da vontade de produzir algo superior” (RUSHIN, apud MEZOMO, 1999, p. 14).

A definição acima mencionada é uma entre tantas outras, pois compartilhamos de muitas noções gerais sobre o que é qualidade, principalmente quando o foco está direcionado à Educação.

Colombo (2004) ressalta a importância de “garantir a preservação da qualidade da competência essencial, do foco principal da escola” (p. 246). Ou seja, é preciso que a escola dê um passo à frente e diga a que veio. É preciso declarar seus objetivos e metas, comprometer-se com resultados e desenvolver métodos de avaliação que confirmem credibilidade a sua ação educativa. A escola precisa se provar eficiente.

Para Mezomo (1999) o ideal seria que cada Escola pudesse oferecer uma espécie de “garantia” da qualidade de seus formandos, destacando que a qualidade trata de uma mudança cultural, pois exige pensamentos novos e não apenas a agregação de novas idéias as idéias antigas. Mas, acima de tudo, exige atitude. “Só pessoas fortemente conscientizadas do valor do processo de melhoria da qualidade, e com um claro senso de prosperidade podem assegurar efetividade ao processo” (p. 48).

3.3.1 Ensino de Qualidade e Educação de Qualidade

Ensino e educação são conceitos distintos. Apesar de tratados como sinônimos, seu cerne traz abordagens diferentes, mas uma não exclui a outra. A educação é um processo de socialização e aprendizagem encaminhada ao desenvolvimento intelectual e ética de uma pessoa. Quando esse processo de socialização e aprendizagem se dá nas escolas, dizemos que há ensino. O ensino, portanto, é tarefa preponderante das instituições de ensino, que trabalharão no processo de formação escolar com alunos, professores, conhecimentos e métodos.

A LDBEN, Lei n.º. 9.394/96 define os conceitos de educação e ensino. A terminologia foi alterada em se tratando dos níveis de ensino. Fala-se em educação infantil e em

educação superior, mas em ensino fundamental e ensino médio com finalidades bem específicas para cada um dos níveis.

Essa importante questão é abordada por Moran (20—), no que se refere ao conceito de ensino de qualidade e educação de qualidade. Para ele a preocupação com o ensino de qualidade é maior do que com a educação de qualidade, porquanto:

no ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemáticas). [...] Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade (MORAN, 20—).

É importante procurar o ensino de qualidade, mas conscientes de que é um processo longo, caro e menos lucrativo do que as instituições estão acostumadas, pois nem sempre a qualidade que se deseja possibilita fazer mais com menos, mas, com certeza, custa muitíssimo menos do que a “não qualidade”.

3.4 INDICADORES DE QUALIDADE E DO DESEMPENHO

Ao se falar em qualidade da educação, fala-se necessariamente em qualidade de vida da população. Assim, uma educação escolar de qualidade deve criar as condições concretas para que cada educando possa tornar-se um cidadão ativo na sociedade.

Pode-se referir, então, que a utilização de indicadores de qualidade para a melhoria da educação Municipal está diretamente ligada à qualidade de vida proporcionada à população.

Destaca-se o entendimento de indicadores de qualidade e desempenho de Takashina e Flores (1996) ao sublinhar que os:

indicadores são formas de representação quantificáveis das características de produtos e processos. São utilizados pela organização para controlar e melhorar a Qualidade e o desempenho dos seus produtos e processos ao longo do tempo (TAKASHINA; FLORES, 1996, p. 19).

Outrossim, a preocupação com a elaboração de indicadores de qualidade próprios para o uso na esfera educacional tem sido o tema de várias organizações que têm suas atividades voltadas à educação.

Neste sentido, em parceria, várias organizações governamentais e não-governamentais - Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, CENPEC, CNTE, CONSED, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, SEIF-MEC, SEESP-MEC, CAISE-MEC, IBGE, Instituto Pólis, IPEA, UNDIME E UNCME – elaboraram a cartilha *Indicadores da Qualidade na Educação*.

O objetivo desta parceria é alcançar todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio do País discutindo e agindo e propondo a adequação dos indicadores de qualidade à realidade de cada instituição de ensino.

A obra foi muito bem elaborada, abordando de forma prática, objetiva e de fácil entendimento a conceituação dos indicadores de qualidade e sua aplicação. Estipulou 6 dimensões dos indicadores de qualidade em educação, para que tal tema seja melhor discutido e abordado na comunidade escolar.

Infelizmente, constatou-se durante as entrevistas que os Dirigentes Municipais de Educação, das Regiões das Missões e Grande Santa Rosa, não têm conhecimento do material que foi publicado em setembro de 2005.

No que se refere aos indicadores da gestão educacional, tem-se o estabelecimento de metas de curto, médio ou longo prazo, para que os DME projetem o que será alcançado, bem como assumam o compromisso e a responsabilidade em alcançar resultados positivos em sua gestão. Nesta seara, Colombo (2004) destaca que:

não se devem criar muitos indicadores, apenas aqueles que serão relevantes para demonstrar como a escola está se saindo, bem como para estimular os profissionais rumo a desempenhos e resultados significativos. É melhor ter poucos, mas que agregam valor à estratégia, do que muitos, perdendo-se um precioso tempo na coleta de dados (COLOMBO, 2004. p. 31).

Ou seja, um conjunto de indicadores bem elaborado torna simples e acessível a sua análise. Assim, é possibilitada a estruturação de um plano para a gestão baseada em fatos e dados discutidos, com a finalidade de identificar as prioridades de ação para sua melhoria.

3.4.1 Indicadores de Qualidade na Educação

Os indicadores usualmente utilizados para acompanhar o desempenho de um sistema educacional estão diretamente relacionados com a qualidade do ensino, pois permitem medir aspectos que retratem a situação educacional atual. Hoje, a sociedade espera que o sistema educacional forme cidadãos. O sucesso no mercado de trabalho é indicador de uma excelente base educacional.

O ponto chave desta questão é que indicador deve ser utilizado com o fim de avaliar o objetivo de formar cidadãos capacitados para o êxito na sociedade está sendo alcançado. Deve-se ter um consenso quanto ao indicador utilizado para mensurar a qualidade da educação. Dentre os mais utilizados encontram-se: repetência, rendimento escolar, reprovação e evasão.

4 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL DE ENSINO

Imperativa é a análise da qualificação do gestor educacional bem como o desenvolvimento dos trabalhos em sua secretaria. A utilização de indicadores de qualidade e desempenho e o aperfeiçoamento do capital humano.

Assim sendo, passarão a ser apresentados os dados obtidos e sua análise, respeitando o preconizado pela Resolução n.º 196/CNS. Cada um dos entrevistados consentiu na realização da pesquisa, nos seguintes termos: sua participação voluntária e livre de qualquer forma de constrangimento e coerção; assegurado o direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa; liberdade de deixar de participar do estudo a qualquer momento e fase da pesquisa; assegurado de que não será identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade.

4.1 DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

No intuito de traçar um perfil dos Dirigentes Municipais de Educação dos Municípios das Regiões da Grande Santa Rosa e Missões (nomes segundo a classificação da FAMURS), estipulou-se a abrangência da pesquisa em Municípios com mais de 5.000 (cinco mil) habitantes, por se tratar de um universo heterogêneo e relativamente grande, que exigiria uma amostra também grande e onerosa.

Na Região da AMM são os Municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Santo Antônio das Missões, Cerro Largo, Porto Xavier, Entre-Ijuís, Guarani das Missões, Bossoroca, São Miguel das Missões, Roque Gonzales, São Paulo das Missões e São Nicolau na Região das Missões, totalizando 13 Municípios. Por sua vez, na Região da Grande Santa Rosa, são igualmente 13 os Municípios com mais de 5.000 (cinco mil) habitantes: Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina, Santo Cristo, Tuparendi, Alecrim, Independência, Boa Vista do Buricá, Cândido Godói, Campina das Missões, Tucunduva, Porto Lucena e Dr. Maurício Cardoso.

A pesquisa referente aos Municípios das Missões foi realizada em duas reuniões da AMM. Desta, retornaram 9 (nove) dos 13 (treze) questionários aplicados. Posteriormente, se tentou novas entrevistas; contudo, estas tentativas restaram infrutíferas.

No que concerne à Região da Grande Santa Rosa, dos 13 (treze) Municípios entrevistados pelas acadêmicas, de forma pessoal, houve o retorno de 9 (nove) respostas. Igualmente, houve a preocupação com a solução dos demais questionários; todavia, não se obteve retorno.

4.2 ANÁLISE

Para qualquer transformação é necessário um conhecimento aprofundado da realidade. Ou seja, os problemas devem ser evidenciados de forma a serem pensadas e construídas soluções de acordo com cada estrutura de ensino.

Os DME trabalham diariamente com aspectos do cotidiano educacional, podendo contribuir significativamente para a elaboração de diagnóstico da situação da educação em seu Município, visando a identificação e a utilização de indicadores de qualidade no processo educativo.

É neste sentido que se passa a analisar as características pessoais dos Dirigentes Municipais de Educação, o perfil das Secretarias Municipais de Educação envolvidas na pesquisa, bem como os indicadores utilizados e sua relação com a qualidade nas Regiões da AMM e AMGSR.

4.2.1 Perfil dos Gestores Entrevistados

Na seqüência, far-se-á a análise dos resultados das entrevistas realizadas no tocante às características pessoais, ou seja, do perfil dos DME dos Municípios de ambas as regiões que englobaram a pesquisa.

O estudo ressalta que 7 Dirigentes Municipais de Educação são do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Destacando o predomínio do gênero feminino que atua nas Secretarias Municipais de Educação das Regiões da AMM e AMGSR.

A mulher ainda tem papel fundamental na educação. Observou-se, durante as entrevistas que, mesmo em secretarias onde o Dirigente Municipal de Ensino é do sexo masculino, predomina o gênero feminino em sua equipe.

Neste sentido, Waiselfisz e Silva (2000) em sua obra *Dirigentes Municipais de Educação: um perfil*, constataram o predomínio do gênero feminino na educação básica e, principalmente, nas Secretarias Municipais de Educação. Destarte:

[...] na visão dos juízos mais lúcidos, longe de explicar a fraqueza relativa da área e suas históricas necessidades, serve, na verdade, para demonstrar uma extraordinária capacidade de resistência, sem a qual o setor provavelmente estaria em patamares bem mais inferiores do que os atuais e suas conquistas e seus avanços não lograriam tanta relevância e criatividade (WAISELFISZ; SILVA, 2000, p. 63-4).

Quanto à faixa etária dos DME, constatou-se a preponderância, em ambas as regiões de abrangência da pesquisa, de DME com idades entre 41 e 50 anos. Supõe-se que se tratam de profissionais que reúnem experiência de vida e de trabalho.

Sua idade, ainda jovem, dispõe seu potencial para continuar oferecendo contribuições ao desenvolvimento da Educação Municipal.

Posteriormente, levando em consideração o mais alto grau de sua capacitação na hora de responder o questionamento, verificou-se quanto à escolaridade, observando-se que na Região da Grande Santa Rosa dos 9 entrevistados, 1 possuía o magistério, 1 ensino superior completo, 1 especialização incompleta e 6 especialização completa.

Na Região das Missões dos 9 entrevistados, 1 possuía o ensino superior completo, 1 especialização incompleta, 6 especialização completa e 1 mestrado completo.

Observa-se que a grande maioria dos entrevistados - 12 no total - possuem especialização completa. Igualmente, denota-se a preocupação do Dirigente com sua formação acadêmica e busca por novos conhecimentos. Importante ressaltar dados estatísticos da escolarização dos DME em abrangência nacional (WAISELFISZ; SILVA, 2000) ao demonstrar que:

[...] no Brasil, de um modo geral, é necessário, primeiramente, dar atenção **a uma política de acesso ao cargo que universalize a formação universitária** entre os DME e, ao mesmo tempo, **eleve o quantitativo de Dirigentes com formação stricto-sensu**, na perspectiva de que a ampliação do nível acadêmico possa melhorar o seu desempenho profissional. Não se queira entender que a titulação, por si só, seja fator determinante na melhoria do desempenho do Dirigente Municipal (WAISELFISZ; SILVA, 2000 p. 65 [grifos do autor]).

Ainda que sendo cargo comissionado, observa-se uma preocupação dos gestores municipais com a qualidade da administração dos recursos educacionais. Durante a entrevista, alguns DME manifestaram interesse em aprimorar sua formação acadêmica, realizando pós-graduação *stricto-sensu*, não o fazendo em virtude do distanciamento de seu Município de centros universitários.

Quanto às áreas de graduação na Região da Grande Santa Rosa, 1 possui formação nas áreas de educação/pedagogia, 3 nas áreas de letras/lingüística, 1 nas áreas de ciências/física/química, 1 nas áreas de geografia/demografia/ecologia, 1 nas áreas de filosofia/teologia/sociologia e 1 na área de educação física.

Na Região das Missões, 2 DME são graduados em educação/pedagogia, 3 em letras/lingüística, 3 em ciências/física/química, 1 em matemática/estatística e 1 em filosofia/teologia/sociologia. Ressalta-se que 1 DME possui duas graduações, portanto, serão 10 os resultados obtidos nesta questão.

Verifica-se haver 7 áreas do conhecimento onde os Dirigentes são graduados. As áreas mais cursadas foram Ciências/Física/Química e Letras/Lingüística.

O que deve ser observado, de forma significativa, é a formação dos DME voltada para a docência e não para a gestão. Sendo assim, verifica-se a necessidade de apoio de gestão, e disponibilização de programas para capacitação técnica dos Dirigentes. Nesta seara, destaca-se o trabalho de Waiselfisz e Silva (2000) no qual:

examinando-se os dados sobre as áreas de maior concentração de estudos, percebe-se a predominância do campo das Ciências Pedagógicas e da Lingüística, formação típica para o trabalho no âmbito da escola, **o que indica a necessidade de que se criem programas permanentes de apoio à capacitação técnica dos Dirigentes**, a fim de instrumentalizá-los para melhorar o desempenho das funções de gestores de sistemas educacionais, a rigor mais complexas e abrangentes do que o trabalho acadêmico tipicamente escolar (WAISELFISZ; SILVA, 2000, p. 65-6 [grifos do autor]).

Questionou-se, outrossim, sobre a área de pós-graduação – especialização – dos DME. Na Região da Grande Santa Rosa, dos Dirigentes entrevistados, 6 são especialistas, abrangendo 3 áreas do conhecimento. Na Região das Missões, dos Dirigentes entrevistados, 7 possuem especialização. Ressalta-se que um dos dirigentes possui duas especializações.

Na Região da Grande Santa Rosa, as áreas do conhecimento em que os DME se especializaram são: Educação/Pedagogia - Administração/Planejamento - com 1 especialista; Letras/Lingüística com 1 especialista e outros 4 especialistas, não havendo informação de suas respectivas áreas.

Na Região das Missões, verificou-se que os DME se especializaram nas seguintes áreas do conhecimento: 2 em Educação/Pedagogia - Metodologia ensino/Didática -; 1 em História/Estudos sociais/C. humanas/C. Sociais; 3 em Ciências/C. Biológicas/C. Físicas e Biológicas/Química, e 2 em outras áreas do conhecimento, não tendo informado a mesma.

Como evidenciado na questão anterior, onde se tratava da área de graduação, nesta, é clarividente a preparação do DME para o exercício da docência e não para o seu trabalho com gestor educacional.

Boa parte dos entrevistados, 2 da Região das Missões e 4 da Região da Grande Santa Rosa marcaram a opção outros para área de sua especialização. A desinformação quanto ao curso de pós-graduação do consultado nos impede de fazer maior juízo sobre o tema.

Quanto à área de pós-graduação, ênfase em mestrado e doutorado de todos os entrevistados, somente um Dirigente informou possuir mestrado na área da Educação/Pedagogia - Metodologia do Ensino-.

Apesar de haver somente um mestre entre todos os entrevistado, o alto número de especialistas demonstra uma preocupação com o aprimoramento, com uma atualização contínua dos DME.

4.2.2 A qualidade e seus indicadores na

Educação da AMM e AMGSR

Nesta seara, passa-se a analisar os aspectos inerentes aos indicadores da qualidade relacionados à Educação nas Regiões da AMM e AMGSR, considerado o enfoque principal do presente estudo.

Questionados sobre o tema qualidade na educação, os DME informaram se o Município utiliza algum mecanismo para o controle/acompanhamento da qualidade da educação. Como respostas, havia as alternativas sim e não.

Dos 9 municípios entrevistados na Região da Grande Santa Rosa, 8 responderam positivamente à questão e um não se manifestou. Na Região das Missões, dos 9 Municípios entrevistados 8 responderam que possuem algum tipo de controle/acompanhamento da qualidade do ensino em seu Município, sendo que 1 respondeu de forma negativa à questão.

O indicador é um instrumento mensurável, utilizado para demonstrar os pontos fortes e aspectos a melhorar na gestão. Apesar de alguns DME não conhecerem por indicadores de qualidade, utilizam-nos como ferramentas no controle e acompanhamento dos seus processos.

Após, em complemento à questão anterior, foi solicitado que o entrevistado assinalasse quais mecanismos relacionados no questionário eram utilizados por sua secretaria.

Convém destacar, nesta décima primeira questão, os mecanismos apresentados aos Dirigentes para enumeração: plano de desenvolvimento institucional - Planejamento estratégico -; autonomia administrativa nas escolas; autonomia pedagógica nas escolas; participação da

comunidade na gestão da escola; evasão/repetência escolar/reprovação; formação continuada dos professores; planejamento; avaliação e outros.

Enfatiza-se que o mecanismo relacionado no questionário evidenciado como o mais utilizado pelos Dirigentes Municipais de Educação foi o Planejamento (8 DME da AMM e 8 DME da AMGSR). Este resultado traz à tona a grande preocupação dos DME com o andamento de sua Secretaria, bem como com a adequada e eficiente execução de seus processos.

Os outros 2 itens mais procurados foram: formação continuada dos professores (7 AMGSR e 8 AMM); evasão-repetência escolar-reprovação (6 ambas as regiões); participação da comunidade na gestão da escola e avaliação, ambas com 6 na AMGSR e 5 na AMM.

Pode-se compreender, frente a tais resultados, a preocupação com o planejamento e execução dos processos da Secretaria. Neste sentido, evidencia-se o entendimento de Campos (1992) ao ressaltar que:

o controle de processo é a essência do gerenciamento em todos os níveis hierárquicos da empresa [...] O primeiro passo no entendimento do controle de processo é a compreensão do relacionamento causa-efeito. [...] esta compreensão irá criar as pré-condições para que cada empregado da empresa possa assumir suas próprias responsabilidades, criando as bases para o gerenciamento participativo (CAMPOS, 1992, p. 17).

De igual modo, os meios para a realização desta e os fins são altamente relevados. Os meios, devido ao enaltecimento da participação da comunidade na gestão da escola e formação continuada dos professores. Os fins por ressaltarem a importância do controle de indicadores como evasão, repetência escolar e reprovação. Estes últimos, utilizados para medir o desempenho do estudante e, por conseguinte, a qualidade da educação no Município.

É de ser observado, outrossim, que 3 Dirigentes optaram pela alternativa outros. Entretanto, não especificaram os outros mecanismos utilizados em sua Secretaria de Educação.

Solicitada especificação dos indicadores utilizados, 3 Dirigentes Municipais de Educação, de ambas as regiões de abrangência da pesquisa, não se manifestaram quanto aos indicadores utilizados em seu Município.

Os indicadores de qualidade mais utilizados pelos Dirigentes Municipais de Educação em seus Municípios são: aprovação e reprovação, com 6 referências; avaliação contínua, com 5 menções; e evasão e qualificação profissional, com 4.

Nota-se que os índices de aprovação e reprovação foram mencionados por 3 Dirigentes Municipais de Educação de cada uma das regiões de abrangência da pesquisa.

A avaliação contínua foi referenciada por 5 Dirigentes Municipais de Educação, dos quais 4 são da Região das Missões. Verifica-se que somente um DME da Região da Grande Santa Rosa mostrou possuir preocupação quanto à avaliação de seus processos.

Evasão foi apontada por 4 Dirigentes Municipais e qualificação profissional por igual número. Conveniente destacar que foram evidenciados 22 indicadores de qualidade apontados pelos Dirigentes Municipais de Educação de ambas as regiões; ou seja, não há uma recomendação do uso de um ou outro indicador, sendo de livre escolha do gestor o mais adequado para o êxito de sua administração. Sendo assim, Marques (2006) evidencia em seus ensinamentos que:

todos concordam que a escola que temos precisa elevar a sua qualidade, porém há divergência quanto aos indicadores de qualidade, o que implica uma compreensão do papel da educação no processo de desenvolvimento do país. Se para alguns, seu papel é de formar cidadãos conscientes e participativos capazes de ajudar a transformar as estruturas injustas da sociedade, para outros, a educação é concebida como a possibilidade do país sair da crise em que se encontra e como estratégia de desenvolvimento econômico (MARQUES, 2006, p. 1).

Os DME trabalham diariamente com ferramentas de gestão ao administrar os recursos financeiros e o plano pedagógico de sua Secretaria. Uma preocupação do presente estudo é verificar a direta proporcionalidade entre a formação acadêmica dos Dirigentes e a utilização de indicadores e ferramentas de planejamento para o acompanhamento do desempenho de sua Secretaria.

Para tal, busca-se uma interpretação qualitativa dos principais dados produzidos pela pesquisa. Indagou-se aos Dirigentes para que discriminassem os indicadores que utilizam em sua gestão. De forma descritiva, responderam ao questionamento. Na Tabela 1 estão especificados todos os indicadores apontados. (Footnotes)

4.3 APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE

Tabela 1: Indicadores especificados pelos DME

Município	PDI	Indicadores																					
		Avaliação contínua	Supervisão escolar	Avaliação Institucional	SAERS	Evasão	Analfabetismo	Repetência	Reprovação e Aprovação	IDESE	IDH	Planejamento	Reuniões para estudos	Qualificação profissional	Criatividade	Custo do aluno	Infra-estrutura	Transferências	Material utilizado	Avaliação da comunidade	Censo escolar	Interação SMEC-Escola	Frequência escolar
AMMa	S	U	U																				
AMMb	N																						
AMMb	N			U	U																		
AMMc	S					U	U	U	U	U	U												
AMMe	S	U				U		U	U														
AMMf	N																						
AMMg	N	U									U	U											
AMMh	N																						
AMMi	N	U						U			U		U	U									
AMGSRa	S		U																				
AMGSRb	S					U	U		U				U		U	U	U	U	U				
AMGSRc	N	U	U																		U		
AMGSRd	N												U	U								U	
AMGSRe	N					U			U											U			
AMGSRf	N									U										U			
AMGSRg	S								U														U
AMGSRh	N										U												
AMGSRi	S									U				U									

Fonte: Fonte: Güllich; Lovato; Hollweg; Valdameri, 2006. Legenda: S: utiliza PDI; N: não utiliza PDI. U: utiliza o indicador. Municípios por Regiões: AMM; AMGSR.

Por oportuno, através da análise da utilização de indicadores, percebe-se haver uma diferença entre as Regiões da AMM e AMGSR. Enquanto a Região da AMM possui uma maior homogeneidade ao mencionar em suas respostas os mesmos indicadores, a Região da AMGSR mostrou trabalhar com mais indicadores.

Contudo, vale ressaltar que a coleta de informações da Região da AMM foi realizada em dois encontros da Associação, podendo, os Dirigentes, socializarem seus dados, havendo a possibilidade de uma indução nas respostas. Já na Região das AMGSR, os dados foram coletados pessoalmente, de forma individual em entrevista, não havendo como o DME socializar suas respostas.

Constata-se que todos os Dirigentes se utilizam cotidianamente de indicadores de qualidade; contudo, muitos não sabem que as variáveis que servem de parâmetro para avaliar o processo educativo em seu Município são chamados de indicadores.

O trabalho excessivo, questões burocráticas no tratamento da gestão, faz com que alguns DME não cheguem à origem de seus processos; ou seja, qual o porquê da utilização de determinado indicador e sua real necessidade para o acompanhamento, controle e melhoria do desempenho escolar.

Infelizmente, restou prejudicada uma análise aprofundada quanto à utilização de PDI pelos Dirigentes em suas secretarias. Alguns DME referiram possuir planejamento estratégico, porém mencionaram utilizar tão somente um ou dois indicadores como forma de mensurar e avaliar a qualidade da educação em seu Município. Este fato pode dar-se em razão do desconhecimento do DME dos indicadores ou também por não ter um correto entendimento do que efetivamente é um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Ressalta-se o que acreditamos ser descaso de alguns Dirigentes frente o estudo realizado. Pediu-se, igualmente, para enumerar os mecanismos utilizados. Além de alguns não enumerarem, somente marcando os mecanismos que utilizam, aqueles que numeraram, ainda assim não deram importância ao termo “utilizados”, pois enumeraram todas as alternativas, ainda que em questão descritiva posterior tal posicionamento não se confirmasse.

Um planejamento estratégico requer um estudo aprofundado de todas as variáveis que envolvam a educação municipal. Dentre elas, todos os indicadores que possam revelar a realidade educacional. Por planejamento estratégico, entende-se:

o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas (DRUCKER, 1984, p. 133).

Assim, observa-se uma dissonância entre o caracterizado pelos Dirigentes nas entrevistas e o que se busca com um PDI que “constitui-se em instrumento de trabalho da instituição para orientação de sua ação no cumprimento de seus objetivos institucionais. [...] sua metodologia de elaboração deve obedecer à do planejamento estratégico” (COLOMBO, 2004, p. 230).

Assim, com a intenção de auxiliar na interpretação do que são indicadores, foram elencados exemplos para os DME assinalarem quais utilizam na sua gestão, conforme discriminado na Tabela 2:

Tabela 2: Demonstrativo da relação entre formação dos DME e a utilização de PDI e indicadores na sua gestão

Município	Formação do DME	Área de Formação	PDI	Indicadores							
				IDH	IDESE	Analfabetismo	Renda per capita	PIB	Repetência	Evasão	Reprovação
AMMa	5	a	S	U	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMMb	5	b	N	U	NU	U	NU	NU	U	NU	U
AMMc	6	b	S	U	U	U	NU	NU	U	U	U
AMMd	3	c	N	NU	NU	NU	NU	NU	U	NU	U
AMMe	5	a	S	NU	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMMf	5	b	N	NU	NU	NU	NU	NU	NU	NU	NU
AMMg	5	d	N	U	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMMh	5	e	N	NU	NU	U	NU	NU	U	NU	U
AMMi	5	f	N	NU	NU	U	NU	NU	U	U	NU
AMGSRa	3	c	S	U	NU	U	NU	NU	NU	U	U
AMGSRb	5	g	S	NU	U	U	NU	NU	U	U	U
AMGSRc	5	h	N	NU	U	NU	NU	NU	U	U	U
AMGSRd	3	i	N	NU	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMGSRe	5	k	N	NU	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMGSRf	5	j	N	NU	NU	U	NU	NU	U	U	U
AMGSRg	5	c	S	NU	NU	NU	NU	NU	U	U	U
AMGSRh	5	l	N	NU	NU	U	U	NU	U	U	U
AMGSRi	1		S	NU	NU	U	NU	NU	U	U	U

Fonte: Fonte: Güllich; Lovato; Hollweg; Valdameri, 2006. Legenda: 1- magistério; 2- superior incompleto; 3- superior completo; 4- especialização incompleto; 5- especialização completo; 6- mestrado. Área de formação: a- ciências físicas, químicas e biológicas; b- educação/ pedagogia – metodologia do ensino e didática; c- letras/ lingüística; d- aprendizagens psico-lógicas; e- história; f- letras/literatura; g- marketing; h- interdisciplinaridade; i- educação física; j- administração e planejamento escolar; k- educação ambiental; l- administração – supervisão escolar. S: utiliza PDI; N: não utiliza PDI. U: utiliza o indicador; NU: não utiliza o indicador. Municípios por Regiões: AMM; AMGSR.

Esta tabela foi elaborada com o intuito de identificar se há uma relação entre a formação do DME, a elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional por este, bem como a utilização de indicadores de qualidade e desempenho.

Todos os Dirigentes que informaram realizar PDI demonstraram utilizar pelo menos um indicador de qualidade na sua gestão. Esta não está diretamente relacionada com a formação do DME, mas com o histórico da Secretaria e se esta possui um planejamento estratégico que prevê a utilização de indicadores.

Notou-se uma discrepância entre os dados da Tabela 1 e da Tabela 2. Quando foi pedido para que o DME dissertasse os indicadores que utiliza em sua Secretaria, não houve muitas manifestações. No entanto, quando elencados alguns indicadores, os DME demonstraram utilizá-los. O que evidencia uma falta de conhecimento sobre o que são e quais são os indicadores de qualidade, bem como para que servem.

Destaca-se que 8 foram os indicadores recomendados para os DME escolherem por sua preferência: IDH, IDESE, analfabetismo, renda *per capita*, PIB, repetência, evasão e reprovação.

Na questão dissertativa, que pedia para os Dirigentes informarem quais indicadores utilizam, vários outros foram referidos, alguns que podem não ser considerados indicadores. São 22 indicadores no total: avaliação contínua, supervisão escolar, avaliação institucional, SAERS, evasão, analfabetismo, repetência, reprovação e aprovação, IDESE, IDH, planejamento, reuniões para estudos, qualificação profissional, criatividade, custo do aluno, infra-estrutura, transferências, material utilizado, avaliação da comunidade, censo escolar, interação SMEC-Escola e frequência escolar.

Observou-se que evasão, por exemplo, foi um índice referido espontaneamente pelos DME e posto para escolha dos Dirigentes na questão objetiva; contudo, o resultado obtido nas duas questões é divergente.

Enquanto na questão dissertativa, onde de forma livre somente 4 dos DME relacionaram utilizar evasão como indicador, na questão objetiva, 14 Dirigentes apontaram a evasão como indicador utilizado.

Outra discrepância se apresenta no que concerne ao indicador repetência. Enquanto na questão dissertativa ele foi referido por 3 Dirigentes, na questão objetiva foi assinalado por 16 DME.

Isto revela que a maioria dos Municípios que realizam PDI tem o seu planejamento muito superficial, levando em consideração o número de indicadores utilizados em sua gestão.

Vale ressaltar que apenas um Dirigente mencionou, em ambas as questões, não utilizar nenhum indicador de

qualidade, bem como não realizar planejamento estratégico. Cremos que estas respostas não evidenciam a realidade do Município.

O Dirigente responsável por este Município possui especialização completa na área de educação/ pedagogia – metodologia do ensino e didática. Assim, verifica-se que o DME possui um considerável grau de instrução, conhecimento e discernimento quanto à importância de se avaliar os resultados da educação de seu Município, principalmente em sua gestão, demonstrando, assim, ou o descaso, ou o desconhecimento real sobre os indicadores.

Outra possibilidade atentada é o descrédito no presente estudo. Não relatando, desta forma, a real dimensão dos dados de sua Secretaria e de sua gestão enquanto DME. Pois, ao ser indicado para assumir uma Secretaria Municipal de Educação, o Dirigente deveria possuir um mínimo de conhecimento sobre educação e suas práticas de gestão, uma vez que deve prestar contas ao Município do regular exercício de sua pasta.

Outra evidência se deve à falta de formação técnica dos Dirigentes para atuar na gestão da educação. Conforme demonstrado na Tabela 4, 15 DME possuem formação voltada à docência, 1 é especialista em *marketing*, e somente 2 Dirigentes têm formação – especialização – na área de administração escolar.

Tem-se presente que esta constatação é uma preocupação nacional, evidenciada pela criação de programas governamentais, esferas Federal e Estadual, de apoio aos Dirigentes em sua gestão, com o intuito de qualificar seu desempenho frente à administração de sua secretaria, seus recursos financeiros, suas ferramentas de avaliação, controle e acompanhamento de seus processos.

Os 2 DME que possuem formação específica na área de administração escolar informaram não realizar PDI. Mas, utilizam-se dos indicadores de qualidade. Isto evidencia o possível conhecimento sobre planejamento estratégico, sua natureza e características, o que explica não relacionar o PDI ao planejamento de gestão de sua Secretaria. O PDI é mais complexo, pois envolve toda a comunidade escolar na sua elaboração, realização e acompanhamento.

Concluindo esta análise, verifica-se não haver real proporção entre a formação do DME, a realização de PDI e a utilização de indicadores de qualidade, pois a praxe do planejamento pode estar arraigada a uma cultura organizacional. Os costumes da comunidade escolar são fortes e presentes na gestão educacional, no planejamento e avaliação dos processos das secretarias.

A questão da formação está ligada à cultura de que uma Secretaria de Educação terá êxito quando o seu Plano Político-Pedagógico for excelentemente elaborado, não considerando seus aspectos administrativos. Assim, o profissional da educação toma parte de assuntos de gestão, havendo de administrar os recursos para realização de seu plano de educação.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como tema principal a utilização de indicadores de qualidade pelos Municípios com mais de 5 mil habitantes das Regiões da Grande Santa Rosa, e Missões.

Por meio de uma entrevista-questionário, realizou-se pesquisa com abordagem quali-quantitativa e tipo exploratória, buscando averiguar a importância e a pré-concepção dos DME do uso de indicadores de qualidade no processo de gestão das Secretarias Municipais de Educação.

Apenas 1 Município dentre os 18 englobados na pesquisa, referiu não usar nenhum tipo de indicador de qualidade, bem como não realizar planejamento estratégico.

Desta forma, destaca-se ter havido a identificação dos principais indicadores utilizados pelos DME, quais sejam: evasão, reprovação, repetência, analfabetismo, avaliação contínua e qualificação profissional.

Averiguou-se, outrossim, que dos 18 Dirigentes, 15 possuem formação voltada à docência. Somente 2 possuem especialização em administração escolar e 1 em *marketing*.

Há, portanto, uma carência de conhecimentos técnicos dos dirigentes. Este fator, aliado à falta de planejamento, pode impossibilitar uma gestão eficaz e eficiente.

O sucesso da gestão se dá quando todos os envolvidos agem juntos em prol de uma educação de qualidade. Assim sendo, ao realizar-se a pesquisa, verificou-se que o planejamento em equipe e a auto-avaliação é altamente valorizada.

A qualificação profissional foi evidenciada pela constatação de que dos 18 DME participantes do estudo, apenas 1 possui magistério, 3 são graduados, 13 são especialistas e 1 é mestre.

Portanto, não se evidenciou direta relação entre a formação e a utilização de PDI e indicadores de qualidade na gestão do Dirigente em sua secretaria. A história de gestão, bem como as reuniões da equipe são determinantes na política adotada pela educação municipal. São preponderantes para o êxito deste trabalho que vislumbra a qualidade da educação como o cerne de uma cultura brasileira para a gestão da qualidade do ensino.

Assim sendo, a qualidade na educação só é obtida através da mudança de comportamento da comunidade escolar, principalmente do gestor – o Dirigente, e com a participação efetiva das pessoas. É um processo dinâmico

e por esta razão, uma constante adaptação que supõe uma estrutura ágil e flexível.

A qualidade, por fim, supõe normas escritas, procedimentos definidos, enfoque nos processos e não nos resultados e um adequado plano de gestão e avaliação, apoiado nos usos de indicadores de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases n.º 9394**. Brasília: STF, 1996.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: controle da qualidade total** (no estilo japonês). Belo Horizonte: QFCO, 1992.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DRUCKER, Peter. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira, 1984.

MARQUES, Maria Ornélia. **Educação popular, democracia e qualidade de ensino**. Disponível em: <www.feyalegria.org/images/office/Educaçãoequalidade%5B3%5D_2336.doc>. Acesso em: 25 mai. 2006.

MEZOMO, João Catarin. **Educação e qualidade total: a escola volta às aulas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORAN, José Manuel. **Ensino e educação de qualidade (?)**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/qual.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer n.º 257**. Porto Alegre: CEE, 2006.

TAKASHINA, Newton Tadachi; FLORES, Mário César. **Indicadores da Qualidade e do Desempenho: como estabelecer metas e medir resultados**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1996.

WASELFISZ, Julio J.; SILVA, Raimundo Notato P. **Dirigentes municipais de educação: um perfil**. Brasília: UNESCO, 2000.



O SURGIMENTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO RESPOSTA À HISTÓRICA EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Ms. Carlos Waldemar Blum ¹

Adm. Luís Carlos Zucatto ²

Sociedade Educacional Três de Maio SETREM ³

RESUMO

Este artigo busca identificar a origem do Planejamento Tributário no Brasil. Para tal, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica com os principais doutrinadores sobre o tema em estudo. Além disto, para dar uma seqüência lógica ao trabalho, fez-se um resgate histórico do Sistema tributário Brasileiro, chegando-se ao atual Sistema Tributário Nacional. Insere-se, no trabalho, um quadro com a evolução da carga tributária no Brasil nos anos de 1986 a 2005, com o objetivo de mostrar seu gradativo aumento, corroborando-se a necessidade de as empresas fazerem um planejamento fiscal. Pelo estudo realizado, percebe-se a escassa bibliografia pertinente em nosso País e a incipiente prática do Planejamento Tributário nas empresas. Assim, como todo tema novo, o Planejamento Tributário é controverso, porém passível de aprofundamento e de grande valia às empresas que o implementarem.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Tributário, legislação, tributos.

ABSTRACT

This article wants to identify to the origin of the Tributary Planning in Brazil. For this, a bibliographical research with the main doctrinaires was composed about the subject that is in study. Moreover, to give a logical sequence to the work, a historical rescue of the Brazilian Tributary System was done coming until the current National Tributary System. A board with the evolution of the tax burden in Brazil from 1986 to 2005 is inserted in the work with the objective to show its gradual increase, corroborating the necessity of the companies to make a fiscal planning. Because of the study that was done it is important to observe that there is lack of bibliography in our Country and the incipient practical of the Tributary Planning in the companies. Thus, as in every new subject, the Tributary Planning is controversial, but passible of deepening and of great value to the companies that implement it.

Key words: Tributary Planning, legislation, tributes.

1- Professor da SETREM, Mestre em Direito Tributário

2- Bacharel em Administração e Pós Graduando em Logística e Gestão de Custos

3- SETREM – Avenida Santa Rosa, 2405 Três de Maio RS, www.setrem.com.br

gerando e socializando riqueza, transformada em vida mais digna e próspera a todos os filhos de nossa Pátria.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, no campo dos estudos da Administração, lança-se na seara do Direito, para, como pesquisa, procurar fazer um resgate do surgimento do Planejamento Tributário no Brasil, em resposta à histórica evolução da carga tributária em nosso País. Para embasar o trabalho, perquiriu-se sobre a origem do Direito no Império Romano e sua evolução.

No Brasil colônia não havia tributos formais, porém eram cobradas taxas como o dízimo (10%) e o quinto (20%) das atividades extrativas. E é no período pós-imperial que o Sistema Tributário Brasileiro começa tomar corpo. Entre a promulgação da Constituição de 1824 e a Constituição de 1934, somente ao Governo Central e às Províncias era atribuída a competência de estabelecer tributos, sendo os tributos municipais estabelecidos pelas Províncias. A partir da Constituição de 1934, os municípios também têm competência para decidir sobre seus tributos. As sucessivas Constituições Federais abordavam o tema da legislação tributária, porém significativas mudanças nunca ocorreram. Fato este que acontece também com a Constituição Federal de 05/10/1988 que somente faz uma reestruturação do Sistema Tributário Nacional que vigia desde 1965.

Neste contexto, que evoluiu muito mais no âmbito das cobranças de tributos por parte dos entes públicos, que nas esferas de divulgação e socialização da legislação tributária, o Planejamento Tributário, tímida e paulatinamente começa a surgir como objeto de estudo por parte de tributaristas e instituições preocupadas com o gradativo aumento da carga tributária e os poucos serviços oferecidos à sociedade como contrapartida. Apresenta-se, no trabalho, um quadro que demonstra a evolução da carga tributária sobre o PIB do Brasil, no período de 1986 a 2005, para se ter uma visão concreta do quão sufocante tem se tornado o ônus tributário.

Deparou-se com a escassa produção literária sobre o assunto em estudo, o que se tornou o maior gargalo para a realização deste trabalho. Diga-se, aqui, que em nosso País, diferentemente de países desenvolvidos onde o planejamento fiscal é incentivado, equivocada e preconceituosamente há resistências por parte de órgãos públicos e, por vezes, de doutrinadores, ao Planejamento Tributário.

Por fim, após a realização do estudo, pode-se sugerir que o Planejamento Tributário carece urgentemente de maiores aportes doutrinários teóricos e práticos, para que cidadãos e empresas possam gerir seus negócios de forma a reduzir licitamente o ônus tributário que lhes é atribuído. Esta nova realidade surgiria como grande e alentadora novidade no ambiente dos negócios, colocando nosso País em um novo patamar de competitividade interna e externa,

2 METODOLOGIA

A função da metodologia é orientar o pesquisador na investigação científica, mostrando-lhe o caminho a percorrer para a consecução de seus objetivos, possibilitando um olhar crítico e investigativo sobre o fenômeno a ser estudado. O ordenamento na ação científica carece estabelecer como, com quem, onde e quando serão executados, buscando na análise a manifestação verídica do objeto ou fenômeno averiguado.

Para Kitchener (1995), "metodologia está relacionada com a escolha do método e com a justificativa de cada um dos seus procedimentos" (KITCHENER, 1995 apud EVANGELISTA, GÜLLICH, LOVATO, 2005, p.18). Para se alcançar o objetivo proposto, há que se trilhar um caminho, o método e a forma como se faz este caminho; como se trabalha para chegar ao objetivo é a metodologia. Os autores supracitados são corroborados em suas disposições por Lakatos e Marconi (2001), quando estas afirmam: "A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões: como? Com quê? Onde? Quanto?"

Ainda no campo das definições de metodologia, buscou-se analisar a etimologia do termo para que se possa inferir uma conclusão a partir da origem desta palavra. Origina-se do termo grego *método*, *meta* = ao longo de; e *hódos* = via, caminho, organização do pensamento. Depreende-se, etimologicamente, que metodologia é a organização do pensamento ao longo de uma determinada via, de um caminho. E faz sintonia com esta a definição de Oliveira:

Metodologia estuda os meios de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações crítica-los e interpretá-los a partir das relações de causa e efeito, (OLIVEIRA, 1999, p.56).

Conforme os doutrinadores, a metodologia estabelece um ordenamento lógico pelo qual deverá seguir o trabalho de pesquisa, perquirindo os fenômenos envolvidos ou objetos do estudo.

O presente estudo, sob a perspectiva das premissas de GIL (1999), pode ser classificado como uma pesquisa aplicada qualitativa.

Enquanto processo sistemático de desenvolvimento de um estudo científico, objetiva, fundamentalmente, encontrar justificativas para o tema abordado, comprovando-se o presente trabalho, como uma pesquisa. Seu aspecto de pesquisa qualitativa referenda-se por ser baseada em livros, artigos e periódicos. Outra ferramenta utilizada para a pesquisa foi a *Internet*. Ferramenta esta que a cada dia

cresce mais em importância como meio de troca e acesso a informações.

Aspecto metodológico relevante neste estudo é a pesquisa dos fenômenos do Direito, caracterizando, ainda, este trabalho pela abordagem dialética. Lakatos e Marconi (2001) definem o método de abordagem dialético como: “o que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

Desta forma, toda discussão envolvendo o surgimento e evolução do Sistema Tributário Nacional e do Planejamento Tributário, para o primeiro que remonta à época do descobrimento e para o segundo que tem aproximadamente 30 anos, mas que foram construídos numa dinâmica de tensões, transformações, discussões e aprendizados, apresentou-se como realidade fenomenológica fruto da ação de um sem número de instituições, doutrinadores e entes públicos envolvidos.

De posse das informações, passou-se à análise e estruturação lógica dos textos para conferir ordenamento e vínculo entre as teorias perquiridas e aspectos abordados.

Quanto à interpretação das teorias e fatos pesquisados, essa ocorreu mediante análise e comparação entre as diversas correntes propostas pelos doutrinadores da área e posterior síntese com o fechamento dos aspectos abordados.

3 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO DIREITO

O saber humano se constrói a partir de experiências particulares ou coletivas e se socializa de forma análoga. Nos mais diversos e amplos horizontes do conhecimento o homem sempre procurou registrar de forma ordenada os avanços do saber para que este fosse de conhecimento público e fosse apropriado por seus semelhantes. Claro, houve momentos da história em que os detentores do conhecimento não o repartiram de forma equânime com tantos quantos fosse possível ou não disponibilizaram este saber a quem quisesse ter acesso. Contudo, o caminhar do pensamento humano sempre avançou, como dito, em todos horizontes, em alguns de forma mais rápida, noutros mais lentamente. Porém a amplitude do conhecer humano se tornou vastíssima. E, na maioria das vezes em que foi apropriado pela sociedade, o saber lhe trouxe benefícios múltiplos. Na área do Direito e em seus campos de aplicação não foi diferente.

Na longínqua Roma dos Césares, o Direito surge como forma de organizar a vida social, porque o homem é um ser gregário, social e não sobrevive senão em sociedade. Também para os gregos consignava-se a vida social como única forma de viver para o homem. Fundamentava Homero na sua obra *Odisséia*, nos versos 84-87 do Livro IX que “inumano seria viver sem ser em sociedade, sem leis...”.

3.1 O DIREITO COMO FERRAMENTA DE COBRANÇA DE TRIBUTOS

Garantia o Direito Romano aos cidadãos romanos benefícios respaldados pela lei por eles feita. E um dos direitos que o Império Romano se atribui foi o de cobrar taxas ou impostos dos povos a si subjugados. Organizaram de tal forma a cobrança dos impostos que em todo Império tinham um sistema que lhes garantia arrecadar o suficiente para que Roma vivesse em mordomias poucas vezes vista na história humana.

Com o passar dos séculos, com ascensões e quedas de impérios o tributo continuou sendo a forma de cobrar parte do que era produzido ou comercializado pelos dominados e mesmo pelos cidadãos do império dominante para custear as cortes, seus exércitos e todo sistema de governo.

Na Idade Média, com as grandes descobertas de terras ainda não conhecidas pelos povos que dominavam a economia da época, a extração das riquezas naturais das novas terras garantiu pujança aos descobridores. Porém como a extração das mais variadas riquezas destas terras causasse a exaustão destes recursos, os descobridores passaram a cultivar ou fazer que fossem cultivadas as terras para gerar novas riquezas e continuar lhes garantindo recursos suficientes às cortes, aos exércitos, enfim, a todo sistema organizado para governar.

As sociedades evoluíram, o conhecimento foi sendo cada vez mais socializado entre os diferentes estratos sociais e os camponeses e trabalhadores das cidades começaram a se organizar e ter forças para resistir à exploração dos senhores do capital. Claro, não foi uma luta breve ou fácil, porém deu novo rumo à organização dos Países-Estados, de suas sociedades, das relações entre os diferentes povos. Porém a cobrança de parte da riqueza gerada continuava sendo a forma dos governos manterem suas estruturas. Com as lutas das classes trabalhadoras, muitas vezes apoiadas pelos pensadores, alguns direitos foram sendo conquistados pelos cidadãos e ficavam estes garantidos nas Cartas Magnas das nações. Os governos, de sua parte, viam-se obrigados a arranjar fontes que financiassem as atividades públicas e ainda contemplassem os novos direitos garantidos na lei. Porém, quando mal planejado o crescimento do Estado tomou proporções que acabaram por demandar quotas sempre maiores de recursos advindos das cobranças de tributos para garantir sua sustentação.

4 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

No Brasil, o sistema tributário começa a tomar forma a partir do período pós-imperial. Até então, por ser colônia, sujeitava-se às normas administrativas e políticas da Coroa Portuguesa, cujo sistema não contemplava um sistema tributário para a nação-colônia.

Conforme já comentado, nosso País se desenvolvia como colônia de Portugal, que restringia o desenvolvimento de indústrias, salvo algumas raras exceções, como foi o caso dos engenhos de açúcar. Concluir que num País em que não há indústrias e comércio, não se desenvolveria um sistema de arrecadação de tributos, senão o dízimo e o quinto que taxavam em 10% e 20%, respectivamente, as atividades extrativas.

Em sua obra "Compêndio do Direito Tributário", o doutor em Direito pela Faculdade de Direito pela Universidade de São Paulo, Bernardo Ribeiro de Moraes, confirma a afirmação supracitada:

Este foi o primeiro tributo instituído no Brasil: o quinto do pau-brasil. O quinto (quinta parte), ou vintena (vinte por cento), é uma contribuição fiscal encontrada em Portugal desde 1316, sendo uma cópia da instituição muçulmana, que buscava recursos nas espoliações dos inimigos (dos despojos das batalhas, o quinto era reservado para o chefe supremo). Este quinto, já era conhecido como um tributo que se pagava à Coroa por todas as tomadas, tesouros ou descobertas. (MORAES, 1993. p.108).

A seguir, passa-se a estabelecer uma ordem cronológica a respeito de fatos históricos relacionados às diferentes formas de cobrança de tributos no Brasil. O período em análise remonta à época do descobrimento, procurando-se chegar aos nossos dias. Utilizou-se de várias obras para obter as informações aqui relatadas, porém a obra que deu sustentação e ajuda a estabelecer uma ordem lógica nos fatos foi: "Compêndio de Direito Tributário" de Bernardo Ribeiro de Moraes, que estabelece um estudo histórico-cronológico desde a época do descobrimento até a Constituição Federal de 05/10/1988.

Conforme a obra supracitada, para povoar as terras novas e atendendo a pedidos de nobres portugueses, a Coroa decide doar terras através das Cartas de Doação atribuídas a donatários, com direitos de sucessão. Assim, em 10 de março de 1534, é instituído o sistema de Capitânicas Hereditárias, onde eram recolhidos os seguintes tributos:

- Rendas do Real Erário (para Portugal): 10% de todas mercadorias importadas ou exportadas, quinta (20%) dos metais e pedras preciosas e dízimo (10%) do pescado e produtos das colheitas.

- Rendas do Donatário (Capitão-Mor e Governador): quinto (20%) do pau-brasil, especiarias e drogas originárias da capitania, dízimo (10%) do quinto (20%) dos metais e pedras preciosas que se encontrassem na capitania e redízima (nova dízima dos produtos já dizimados) de todas as rendas da Coroa.

Todos os tributos citados eram recolhidos em espécie, mercadorias, sendo armazenados, dando ao donatário sua parte e enviando a parte da Coroa a Portugal.

Este sistema perdura até 1548, quando é instituído o Governo Geral, sendo nomeado Tomé de Souza o primeiro Governador-Geral. Permanecia a divisão das terras em

capitanias, porém com uma unidade administrativa. De 1548 a 1763, época do Governo Geral, são destacados dois tipos de tributos:

- Rendas da Real Fazenda (Coroa): Quinto (20%) dos metais e pedras preciosas, dízimo (10%) do pescado e de todas as colheitas ou de produtos fabricados (açúcar, aguardente, tabacos...).

- Rendas do Governador-Geral (Brasil): quinto (20%) do pau-brasil, das especiarias e drogas, direitos dos escravos, meia dízima do pescado e das colheitas, e redízima de todos os tributos da Coroa.

Havia, ainda, os tributos extraordinários, exigidos em casos especiais: guerra, casamento de membros da família real, construção de cidades, organização de esquadras, etc... Eram estes:

- Derramas: exigidos dos habitantes das cidades, vilas e povoações, independente do rendimento individual.

- Fintas: cobradas de habitantes de cidades, vilas e povoações, proporcionalmente aos rendimentos de cada um.

- Contribuições ou donativos: os mais variados.

Em 1762, o General Gomes Freire de Andrade é nomeado Vice-rei do Brasil, dando início à época dos vice-reis. Inicia-se uma nova época, plena de movimentações políticas e pouca inovação fiscal. Perdura até 1808, quando a Coroa se transfere para o Brasil. Ressalta-se, desta época, algumas novidades fiscais:

- Subsídio literário; cobrado sobre cada rês abatida, aguardente destilada ou carne verde, para o custeio dos mestres-escola (Alvará de 23 de novembro de 1772).

- Mestrado das ordens militares (Alvará de 2 de junho de 1774).

- Direitos da pólvora estrangeira (Alvará de 13 de julho de 1778).

- Subsídios do açúcar e do algodão (Carta Régia de 19 de maio de 1779).

- Subsídios do tabaco em pó (Alvará de 18 de setembro de 1779) e

- Imposto sobre ouro, botequins e tabernas (Alvará de 18 de março de 1801).

Em 1808 o Brasil passa à categoria de Reino Unido, pela instalação da família real portuguesa em nossa pátria. A partir de então são abertos os portos e é intensificado o comércio – importação e exportação – com nações amigas, surgindo a alfândega que recolhia os seguintes percentuais: 15% dos produtos originários de Portugal, 16% dos produtos

ingleses e 24% de produtos oriundos de outros países. Com a independência, em 1822, o Brasil se torna Império, dividindo-se em províncias. As províncias não tinham qualquer autonomia política ou financeira, dependendo em tudo do Império. Não tinham como arrecadar receitas, que somente constavam do orçamento imperial. Verifica-se que qualquer tributo somente poderia ser estabelecido e cobrado pelo Império, estando, neste, centralizado todo sistema tributário.

Com a reforma da Constituição Imperial de 1824, em 1834, as províncias conquistaram autonomia administrativa. Junto, acontece o que é considerado um problema característico das federações, o da discriminação de rendas. A discriminação de rendas é onde se procurava estabelecer as origens de receitas específicas de cada unidade política na nova divisão do País: Governo Central, Províncias e Municípios.

Em 1835, a Lei nº. 99 regulamentou as competências tributárias de cada unidade política no Brasil. Ao Governo Central era atribuída a competência privativa de seus tributos e às Províncias era conferida a competência de estabelecer os tributos que desejassem e ainda definir os tributos municipais.

Com a proclamação da República em 1889, as Províncias se transformaram em Estados. Contudo, a Constituição Federal de 1891 não aprimorou o sistema tributário vigente. Assim, continuava a valer o sistema tributário antigo e que tinha alguns pontos falhos: - Tributos iguais poderiam ser instituídos pela União, Estados e Municípios e deixava os tributos municipais ao arbítrio dos Estados.

A Constituição Federal de 1934 procurou corrigir estes problemas, sendo a primeira Constituição Federal a definir a competência tributária dos municípios. Inseria, também no ordenamento jurídico, o conceito de tributo e, conseqüentemente, eliminou a possibilidade de haver duplicidade de tributos arrecadados pelos Estados e pela União. A Constituição Federal de 1937 traz como única novidade no sistema tributário a implementação de modificações no campo das competências tributárias dos entes públicos.

Desde então, as Constituições Federais de 1946, 1967 e a atual, de 1988, mantiveram as linhas mestras de raciocínio lógico da Constituição Federal de 1937, alterando tão somente algumas atribuições de competências de entes políticos. Tais atribuições acabaram por legitimar cada vez mais os campos de atuação das Unidades Federativas pela fixação de princípios e direitos do contribuinte.

A atual Constituição Federal (CF 05/10/88) em seus Arts. 146 a 162, estrutura o Sistema Tributário Nacional, assim disposto:

Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional.

Seção I – Dos Princípios Gerais (arts. 145-149).

Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar (arts. 150-152).

Seção III – Dos Impostos da União (arts. 153-154).

Seção IV – Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal (art. 155).

Seção V – Dos Impostos dos Municípios (art. 156).

Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias (arts. 157-162).

Conforme sobredito, o Sistema Tributário Nacional vigente está fundamentado na Constituição Federal de 05/10/1988. Porém não é um sistema novo. É uma reestruturação do sistema tributário que vigia desde 1965. Segundo MORAES (1993), “Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, que, em verdade, consagrou uma reestruturação (não fez uma reforma) do sistema tributário”. (MORAES, 1993, p.172).

5 COMPLEXIDADE DO ESTADO E AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Com a modernização do Estado, a complexidade da gestão pública aumentou. Criam-se novas necessidades a serem atendidas e o Estado, por sua vez, inchando cada vez mais. A máquina administrativa da União e dos Estados assume proporções sempre maiores. O orçamento começa a ficar a descoberto, pois as receitas passam a não cobrir todas previsões ou necessidades de despesas. A União começa a perder sua capacidade de investimentos em infraestrutura. Como resposta a estes cenários, a saída encontrada pelos gestores públicos é o aumento da carga tributária, acompanhada de um sistema legal complexo. Por outro lado, a baixa eficiência na administração dos recursos públicos consome elevada parcela do orçamento.

Sobre a complexidade da lei e constantes mudanças na legislação tributária de nosso País, foi divulgado estudo pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – por ocasião dos 18 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, que não só ilustra, mas corrobora a idéia de que não é possível aos profissionais da área e às empresas estarem sempre atualizados, mas que beira à inconseqüência por parte dos legisladores pátrios. O quadro a seguir mostra o total de normas editadas e discrimina em normas gerais e tributárias:

Total de normas editadas	Gerais	Tributárias
Federal	141.771	26.104
Estadual	891.112	69.488
Municipal	2.477.920	134.024
Total	3.510.803	229.616

Fonte: IBPT, 2006.

Quadro 01: total de normas editadas.

O quadro 01 mostra o total de normas editadas em 18 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Do total de 3.510.803 (três milhões quinhentos e dez mil oitocentas e três) normas, cerca de 6,54% (seis vírgula cinqüenta e quatro por cento) referem-se à matéria tributária. Observa-se que o descumprimento da norma tributária acarreta pesadas sanções às empresas e mesmo aos cidadãos, contudo os legisladores não levam em conta o ônus imposto somente para o cumprimento e atualização de tão vasto e complexo código de leis.

Acompanhado deste complexo legal ocorre o aumento gradativo na carga tributária, sobretudo por parte da União, que começa a sufocar o empresariado nacional. Esta situação se agrava com a abertura das fronteiras pela globalização econômica. A mobilidade dos capitais, a concorrência com países de cargas tributárias mais baixas ou que subsidiem a produção, expõem as empresas brasileiras a um cenário deveras complicado. O quadro a seguir demonstra a evolução da carga tributária em relação ao PIB em nosso País no período de 1986 a 2005, o total das arrecadações e as arrecadações dos Municípios, Estados e da União:

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GERAL: EM US\$ MILHÕES (1986 A 1991)/ R\$ MILHÕES (1992 EM DIANTE)

ANO	PIB	TRIBUTOS FEDERAIS	TRIBUTOS ESTADUAIS	TRIBUTOS MUNICIPAIS	TOTAL ARRECAÇÃO	% S/ PIB	CRESCIM. ANO ANT.
* 1986	337.832	56.386	17.160	2.095	75.641	22,39	
* 1987	360.810	55.048	16.015	2.093	73.156	20,28	PONTO
* 1988	371.999	55.542	16.656	2.232	74.430	20,01	-0,27 P.P.
* 1989	399.647	58.544	27.613	2.398	88.555	22,16	2,15 P.P.
* 1990	398.747	79.352	36.219	3.684	119.255	29,91	7,75 P.P.
* 1991	405.679	65.386	29.686	4.781	99.853	24,61	-5,3 P.P.
* 1992	355.453	60.437	26.297	3.480	90.214	25,38	0,77 P.P.
* 1993	429.968	79.510	25.398	2.971	107.879	25,09	-0,29 P.P.
* 1994	477.920	98.199	34.334	4.200	136.733	28,61	3,52 P.P.
* 1995	646.192	124.695	53.139	9.024	186.858	28,92	0,31 P.P.
* 1996	778.887	139.484	62.980	10.116	212.581	27,29	-1,63 P.P.
* 1997	870.743	158.566	69.320	11.305	239.191	27,47	0,18 P.P.
* 1998	914.188	181.828	72.070	14.219	268.117	29,33	1,86 P.P.
* 1999	973.846	210.691	79.154	15.096	304.941	31,64	1,98 P.P.
* 2000	1.101.255	250.302	95.383	16.011	361.696	32,84	1,53 P.P.
* 2001	1.198.736	278.599	108.262	16.884	403.745	33,68	0,84 P.P.
* 2002	1.346.028	341.007	115.810	19.754	482.361	35,84	2,16 P.P.
2003	1.556.182	391.052	139.137	22.990	553.179	35,54	-0,30 P.P.
2004	1.778.193	451.423	168.821	29.905	650.149	36,56	1,02 P.P.
2005	1.937.958	514.417	187.873	30.574	732.864	37,82	1,02 P.P.

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT. 2006

Quadro 02: arrecadação tributária geral.

Observa-se, no quadro 2, que a carga tributária em relação ao PIB total cresceu 8,90 pontos percentuais de 1995 a 2005, passando de 28,92% para 37,82%, a carga tributária sobre o mercado interno brasileiro passou de 30% para 40,28% no mesmo período, ou seja, um crescimento de 10,28 pontos percentuais. Deduz-se daí que o mercado interno é mais onerado que o de exportação, ou seja, o cidadão brasileiro paga mais pelo mesmo produto que o consumidor de outros países paga por nossos produtos.

Pelo quadro 2, percebe-se, ainda, que gradativamente a carga tributária aumenta, com raros períodos em que retrocede, porém voltando a aumentar logo a seguir. Verifica-se um recrudescimento a partir de 1999. Hoje se estima que o percentual total de tributos sobre o PIB se aproxime dos 40%.

Quando se traduzirem estes números para o universo das empresas, passa a representar em torno de

33% do faturamento global. Para continuarem sendo competitivas num cenário globalizado, em que as empresas concorrem com empresas de todo mundo, a alternativa é gerir todos recursos da forma mais eficiente possível. Neste contexto, o Planejamento Tributário passa a assumir papel relevante, pois, quando feito de forma correta, conforme o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT - possibilita uma economia de 3% a 4% do faturamento global das empresas o que, com certeza, confere-lhes competitividade nos mercados interno e externo.

6 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA RESPOSTA AO HISTÓRICO E GRADATIVO AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Falar em Planejamento Tributário no Brasil pode ter uma conotação dúbida, parecendo evasão fiscal ou sonegação de tributos, quando não é este seu objetivo. Diferentemente de países desenvolvidos onde o Planejamento Tributário é ferramenta de gestão muito utilizada e até incentivada por

órgãos públicos, no Brasil é assunto novo e carente de subsídios para sua implementação nas empresas.

A economia de recursos, ao pagar tributos, pode ser obtida de duas formas: a lícita e a ilícita. Sempre que se tratar aqui de redução ou economia de valores se dará o enfoque ou sob o prisma da licitude, conquanto não se apóia o que não é amparado em lei, mesmo que esta possa ser questionada, o que cabe aos profissionais da área. Para o administrador responsável e ético recai o ônus de atuar sempre sob o guarda-chuva da lei, o que não deveria ter uma perspectiva de ônus, mas de condutas rotineiras.

No ensejo de se olhar sob diversas óticas o assunto do Planejamento Tributário, buscou-se verificar como este seria definido pelos doutrinadores que têm publicações sobre o tema. Assim, procura-se estabelecer a seguir as conceituações de alguns, evidenciando que todo tema polêmico pode ser visto sob a perspectiva do ponto de observação de quem está definindo algo.

Para Heleno Taveira Tôrres, "Planejamento Tributário se designa só e tão somente como a técnica de organização preventiva de negócios, visando a uma lícita economia de tributos, independentemente de qualquer consequência dos atos projetados". (TÔRRES et al. 2003. p.24). Depreende-se da afirmativa que o Planejamento Tributário deve ter o cunho pró-ativo, os negócios devem ser planejados antecipadamente, sob a ótica legal e com o objetivo de evitar a incidência do fato gerador.

Uma definição mais abrangente é a que estabelece Pablo Andrez Pinheiro Gubert em sua monografia:

Planejamento Tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, de pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos. (GUBERT, 2002, p.43).

Para este especialista em Direito Tributário, o Planejamento Tributário pode ser realizado também após a ocorrência do fato gerador. Porém, em sua obra o autor considera que o Planejamento Tributário, à luz da doutrina de Antônio Roberto Sampaio Dória, é passível de divisão: antes e depois da ocorrência do fato gerador. Na primeira fase é exigido um estudo multidisciplinar, pois envolve a planificação das ações com o objetivo de evitar a ocorrência do fato gerador ou pelo menos, se ocorrer, minimizar seus efeitos.

Como o marco temporal, o divisor de águas do Planejamento Tributário é a ocorrência do fato gerador, na segunda fase do Planejamento Tributário para Gubert (2002), uma vez realizado, há várias possibilidades legais de reduzir o ônus tributário: compensação, ação declaratória de inexigibilidade de débitos fiscais e outros procedimentos administrativos e judiciais.

É oportuno dizer que no Brasil há maiores aportes no que se refere à doutrina do Planejamento Tributário, faltando exemplos de aplicabilidade prática do mesmo.

Contudo, conforme já dito, em outros países há não só doutrinas, como práticas tradicionais de Planejamento Tributário.

O IBPT define objetivamente o Planejamento Tributário como "o conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos". Percebe-se, nesta visão, que é contemplado um conjunto de sistemas que estejam amparados pela lei. Quando se fala em sistemas, logicamente, não se está falando de algo em separado ou desconexo, mas de uma conjuntura ampla. Assim, o Planejamento Tributário assume a perspectiva de necessidade de tratamento multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas, para que possa ser efetivado com sucesso.

Quicá o autor que tenha maiores referências quanto a práticas de Planejamento Tributário seja Humberto Bonavides Borges. Em sua obra "Planejamento Tributário – IPI, ICMS, ISS e IR" traz inúmeros casos de aplicabilidade do Planejamento Tributário. O autor orienta o especialista em Planejamento Tributário para ter sucesso na economia legal de impostos a :

- Verificar se a economia de impostos é oriunda de ação ou omissão anterior à concretização da hipótese normativa de incidência.
- Examinar a economia de impostos é decorrente de ação ou omissão legítimas.
- Analisar a economia de impostos é proveniente de ação realizada de formas de direito privado normais, típicas e adequadas.
- Investigar se a economia de impostos resultou de ação ou conduta realizadas igualmente a suas formalizações nos correspondentes documentos e registros fiscais. (BORGES, 2002, p.30).

Além do que Borges recomenda ao planejador fiscal para obter excelência no resultado de sua faina, na obra "Gerência de Impostos – IPI, ICMS e ISS", fundamenta a importância e necessidade do Planejamento Tributário, afirmando:

Dois fatores determinam a importância e a necessidade do Planejamento Tributário na empresa. O primeiro é o elevado ônus fiscal incidente no universo dos negócios. O outro é a consciência empresarial do significativo grau de complexidade, sofisticação, alternância e versatilidade da legislação pertinente. (BORGES, 2002, p.64).

Percebe-se, pela afirmação do renomado autor, que surge um fato novo que justifica o Planejamento Tributário: a complexidade da legislação. Não é novidade alguma, porém o posicionamento de Humberto Bonavides Borges confere caráter inquestionável à questão de que temos uma legislação tributária quase que indecifrável e com alterações a cada pouco tempo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, verifica-se que o Planejamento Tributário é um tema ainda muito controverso nos mais diversos ambientes da vida de nosso País. No ambiente público ou das repartições públicas, visto como forma de evadir recursos, de sonegar tributos. Quando não é este seu objetivo. No universo dos pensadores ou doutrinadores, deixa transparecer que seus posicionamentos se vinculam às instituições a que servem. Quando não deveria ser esta a tônica, mas aquela da Lei.

De parte do cidadão comum, ainda um assunto distante e de difícil entendimento. De um lado a Legislação Tributária, estabelecida sobre um emaranhado e complexo sistema que, afora aos especialistas, é praticamente indecifrável. Aspecto, este, que assume maior relevância, quando aliado às constantes alterações. Para estarem atualizadas, as empresas necessitariam de profissionais especializados e com dedicação exclusiva à área. Ressaltando-se que ao cidadão não há formas de evitar o pagamento de tributos, pois estes já vêm embutidos nos produtos e serviços adquiridos.

As empresas, por sua vez, paulatinamente começam a buscar formas de fazer Planejamento Tributário. Aí se deparam com falta de orientação, falta de profissionais treinados, falta de exemplos práticos de aplicabilidade e, como várias vezes dito neste trabalho, escassez de produções bibliográficas pertinentes. Não bastasse este cenário, do outro lado o fisco, posiciona-se, respaldado por um sistema arrecadatório voraz e eficiente no recolhimento dos tributos. Quanto à gestão destes recursos, claro, a eficiência não é a mesma.

Por fim, pode-se dizer que como todo tema novo, o Planejamento Tributário se constitui em excelente matéria para estudos. É um paradigma a ser quebrado e que poderá reverter em grandes benefícios às empresas, e não só, mas à sociedade como um todo, pois se de um lado o Estado recolher tributos de forma equilibrada e coerentemente fizer a gestão destes recursos, por sua vez o cidadão haverá de se sentir comprometido com o pagamento dos tributos devidos, vendo que sua aplicação reverte em melhorias para as condições de vida de todos.

Às empresas, acredita-se, cabe utilizar o Planejamento Tributário como ferramenta de gestão que pode lhes conferir maior capitalização do negócio, viabilizando menores preços, proporcionando geração de novos empregos e conferindo-lhes maior competitividade.

REFERÊNCIAS

BALEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 10 Ed. Rio de Janeiro. Forense. 1993

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 3 Ed. São Paulo. Lejus. 1998.

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de Tributos – IPI, ICMS e ISS**. São Paulo. Atlas. 2001, a

_____, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos- IPI, ICMS e ISS**. 4 Ed. São Paulo. Atlas. 2002,b

_____, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário – IPI, ICMS, ISS e IR**. 7 Ed. São Paulo. Atlas. 2002,c

BRAGA, Fernanda Gonçalves. **Elisão fiscal: a inconstitucionalidade da desconsideração de negócios jurídicos lícitos. Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 359, 1 jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5369>>. Acesso em 30/03/2006

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada de acordo com a revisão constitucional de 1994. 13 Ed. São Paulo: Ícone, 1995.

EVANGELISTA, Mário Luiz Santos; GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto. **Metodologia de pesquisa: normas para apresentação de trabalhos**. Três de Maio: Sociedade Educacional Três de Maio, 2005.
GIL, Antônio C. **Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUBERT, Pablo Andrez Pinheiro. **Planejamento Tributário – Análise Jurídica e Ética**. Curitiba. Juruá Editora. 2003

IBPT. **Arrecadação Tributária Geral**. IBPT. Disponível em: <http://ibpt.com.br/estudos> acesso em 22/02/2006.

IBPT. **Quantidade de Normas Editadas no Brasil: 18 Anos da Constituição Federal de 1988**. IBPT. Disponível em <http://www.ibpt.com.br/arquivos/estudos> acesso em 05/10/2006

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARINS *et Al.* **Tributação e Antielisão**. Curitiba. Juruá Editora. 2003

MORAES, Bernardo Ribeiro de. **Compêndio de Direito Tributário**. 3 Ed. Rio de Janeiro. Forense. 1993

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PONTES, Helenilson Cunha. **Planejamento Tributário**. O Liberal. Belém. a. 1, 20 mar. 2002. Disponível em <http://200.242.252.70/oliberal/arquivo/noticias/dia/n20032002/index1.htm>-Acesso em 30/03/2006

PRATES, Renato Martins. **Interpretação Tributária e a Questão da Evasão Fiscal**. Belo Horizonte. Del Rey. 1992.

TORRES, Heleno T. et al. **Tratado de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Saraiva. 2003.

PLANO DE CARREIRA

Cecília Smaneoto¹

Grasiela Ceccon²

Letícia Schmidt³

Marcos Garrafa⁴

Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM⁵

RESUMO

O presente artigo trata sobre a Implantação de um Plano de Carreira realizado na Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda – Cotrimaio, do município de Três de Maio, no período de 2005, apresentando os principais modelos de estruturação de Plano de Carreira, sua missão, diretrizes e princípios, formas de recrutamento, motivação, liderança, ou seja, aspectos que influenciam na estruturação de um Plano de Carreira adequado, onde, através das análises realizadas, tornou-se possível constatar que o modelo de gestão mais adequado com a estrutura da organização é a Gestão por Competência. Este modelo de gestão é o mais indicado por favorecer tanto a empresa como os colaboradores pelo fato da importância que este demonstra em relação às pessoas, motivação, desempenho, valorização das competências e do espaço ocupacional. Outro ponto importante é a flexibilidade deste modelo em facilmente se adaptar às mudanças que estão ocorrendo no dia-a-dia das empresas, agilidade, maior envolvimento das pessoas, aumento constante da capacitação.

Palavras-Chaves: organização, pessoas, Plano de Carreira.

ABRISS

Der gegenwärtige Artikel handelt über die Einführung eines Karriere Planes, der bei der Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda – COTRIMAIO, durchgesetzt wurde, in Gemeindebezirk Três de Maio, im Jahre 2005, und stellt die wichtigsten Modellen des Aufbaus eines Karriere Planes, seinen Auftrag, Richtlinie und Prinzipien, Aushebungsmöglichkeiten, Motivation und Führung vor; - bzw., Aspekte die den Aufbau eines Idealen Karriere Planes beeinflussen. Nach die Analyse der Informationen und Daten, ergab es sich als Möglich die Identifizierung des angemessenes Verwaltungsmodell das die Organisation am besten anpasst – welches die Zuständigkeitsverwaltung ist. Dieses Verwaltungsmodell ist das zwäckmässigste weil es die Organisation und ihre Angehöriger; weil es die Wichtigkeit in beziehung zur Menschheit, Motivation, Erfüllung, und Bewertung der Zuständigkeit und Besatzungsraum begünstigt. Merkwürdig ist auch die biegsamkeit dieses Modells, das sich leicht an die täglichen Änderungen die im Unternehmen hervorkommen, anpassen.

SCHLÜSSELWORTE: Organisation, Menschen, Karriere Plan.

1- Professora Orientadora. Bacharel em Administração, Pós Graduada em Gestão de Pessoas (SETREM). Consultora de Recursos Humanos da Cotrimaio.

2- Bacharel em Administração, Pós Graduada em Gestão de Pessoas (SETREM).

3- Bacharel em Administração, Pós Graduada em Gestão de Pessoas (SETREM).

4- Professor da Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM

5- SETREM – Avenida Santa Rosa, 2405 – Três de Maio RS.

1 INTRODUÇÃO

As inúmeras e constantes transformações que se processam no ambiente organizacional impõem nas organizações uma preocupação constante com o desempenho dos seus Recursos Humanos. Os avanços tecnológicos têm levado a organização às novas exigências do mercado global. Isto tem gerado, conseqüentemente, revisões e atualizações constantes no ambiente organizacional.

A formação profissional é o meio que garante a competência exigida para o perfeito exercício da tarefa. É a capacidade de realizar a tarefa de acordo com o padrão de resultado e tempo definido pelo planejamento.

Dessa forma, algumas organizações implantaram um sistema de Plano de Carreira a fim de realizar uma melhor estruturação dos cargos ou funções existentes dentro da empresa fazendo com que cada colaborador ocupe e execute a função para a qual realmente está preparado ou capacitado.

A criação de um Plano de Carreira não existe somente com o objetivo de organizar, mas também visa motivar os colaboradores para cada vez mais buscarem o conhecimento e desenvolvimento podendo, com isso, até assumir novas funções dentro da organização.

Para que um Plano de Carreira se torne eficiente dentro de uma organização é necessário traçar algumas metas, como por exemplo: propiciar carreiras compatíveis de acordo com as necessidades de mão-de-obra definidas no planejamento de Recursos Humanos; permitir que os colaboradores estejam motivados para o trabalho face a ascensão que lhes é oferecida pela empresa; assegurar que a política de formação e desenvolvimento de carreira seja transparente e dinâmica; garantir que a direção da empresa possa utilizar o desenvolvimento de carreira como um instrumento efetivo de administração integrada.

No presente trabalho, apresenta-se uma contextualização sobre os modelos de Plano de Carreira existentes e os resultados obtidos em relação a de qual será o melhor modelo a ser implantado na Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda.

2 METODOLOGIA

Para a implantação do Plano de Carreira proposto, fez-se necessária a análise da sua viabilidade política, estratégica e operacional para a Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda. – COTRIMAIO, respeitando os princípios, diretrizes e objetivos gerais da empresa. Para a realização desta análise foram utilizados os métodos citados abaixo.

Método qualitativo, o qual foi utilizado para realizar a análise de qual será o modelo mais adequado de Plano de Carreira, com os princípios, diretrizes e objetivos gerais da organização para implantação de um modelo baseado na remuneração e carreira por habilidades e por competências.

Pode-se citar, além do método qualitativo, o método de abordagem dedutiva, o qual foi utilizado para se verificar qual o modelo mais adequado, bem como os subsistemas existentes na área de Gestão de Pessoas. O método dedutivo foi utilizado para elaborar um modelo que possa ser eficaz e de grande utilidade para a COTRIMAIO.

Neste estudo fez-se uso do método do Estudo Descritivo o qual possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação. Foi utilizado, primeiramente, a busca de informações sobre a estrutura de um modelo baseado na remuneração e carreira por habilidades e por competências possibilitando, com isso, desenvolver um modelo que se adapte às necessidades da organização e que sejam condizentes com os princípios, diretrizes, missão e políticas.

As técnicas usadas para desenvolver um modelo de Plano de Carreira baseado na remuneração e carreira por habilidades e por competências na Cotrimaio: foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

3 HISTÓRICO DA EMPRESA

A COTRIMAIO – Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda. – surgiu em Três de Maio no dia 02 de fevereiro de 1968, através da união de 25 agricultores. Iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1969, com o apoio unânime das instituições e autoridades locais, numa estratégia de desenvolvimento da Cooperativa, seus associados e familiares nas questões técnicas, econômicas, culturais e administrativas inseridas no contexto regional, objetivando ser precursora do desenvolvimento do homem do campo.

A Cotrimaio possui atualmente 12.144 associados, sendo que 96% deles possui menos de 50 hectares de terra. Mas a verdadeira força desta união só aparece quando se conhece a real grandeza dos números sócio-econômicos da Cooperativa. O conjunto armazenador tem a capacidade estática para aproximadamente 3.200.000 sacas de grãos. Situa-se na região Noroeste do Estado e trabalha no ramo Agropecuário e da Agroindústria (agribusiness). Realiza serviços de recebimento, armazenamento, beneficiamento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. A Cooperativa possui supermercados, lojas de insumos agropecuários, postos de combustível e uma empresa de comércio e transporte de combustíveis, além de industrializar e comercializar produtos da marca Raízes, que são expostos em diversas feiras e exposições realizadas no Estado e nos municípios da região.

Em 1996, devido às mudanças ocorridas na Cotrimaio, que se caracterizam pela visão empresarial de futuro, adequando-se às exigências da globalização da economia, a Cooperativa passou a ser administrada e gerenciada por Unidades Estratégicas de Negócios.

Em 2002, procurando adequar-se às tendências do mercado, a Cotrimaio iniciou uma nova discussão, baseado em um projeto de Recursos Humanos, que por inúmeras oportunidades, além de avaliar a gestão das pessoas, avaliou assuntos que tratavam da administração da organização. E numa dessas oportunidades, realizou-se uma análise do Modelo de Gestão por negócios, sendo esta, positiva e cumpridora de metas, colocando a Cotrimaio no cenário de negócios, mais participativa e atraente. Mas a Diretoria queria mais para a Cotrimaio. E os objetivos então, foram ampliados: foco no desenvolvimento das pessoas, pela própria gestão; o foco na organização como um todo e suas atividades; o foco nos resultados; o foco no mercado; a ampliação da visão dos processos existentes. Com esses pontos elencados, começou então a ser elaborado "Um Novo Modelo de Gestão", produto de muita discussão, dentro do Projeto de Recursos Humanos, e que resultou numa nova estrutura, mais voltado às atividades, às vendas, aos processos, mantendo o modelo por negócios, utilizando as mesmas ferramentas de controle de custos e a margem de lucratividade por ponto de venda.

4 MODELOS DE PLANO DE CARREIRA

O atual contexto de mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas tem levado as organizações a enfrentarem o desafio permanente de adequação às novas exigências do mercado global. Isso tem gerado, conseqüentemente, revisões e atualizações constantes do ambiente organizacional, ou seja, o foco é mudar para competir, inovar para sobreviver.

Cada vez mais as organizações vêm se preocupando com o lado humano de seus colaboradores uma vez que a qualidade de vida é considerada, inclusive, uma das estratégias para competitividade das organizações. A estruturação de um Plano de Carreira nas organizações cria oportunidades aos colaboradores em termos de crescimento e segurança, as quais se relacionam com as oportunidades oferecidas pela organização para o crescimento e desenvolvimento, promovendo crescimento pessoal, segurança no emprego, desenvolvimento de capacidades e integração social.

A busca por um Sistema de Administração de Carreiras se tornou mais efetiva após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento e a busca do melhor desempenho organizacional.

De acordo com PONTES (1990, p. 228), a responsabilidade pelo plano e planejamento de carreiras é da empresa e dos empregados. Ainda segundo PONTES

(1990 p. 228), a empresa deve procurar estabelecer as trajetórias de carreira e, inclusive, optar entre uma linha de especialização ou generalista. A opção por uma linha de especialização fornece ao funcionário um plano de desenvolvimento em área específica. Esta opção propicia ao empregado a oportunidade de conhecer áreas diferentes, além do conhecimento mais profundo da sua empresa.

O envolvimento dos administradores com o planejamento de carreira segundo, WERTHER e DAVIS (1983, p. 228), tem aumentado em conseqüência dos diversos benefícios que o mesmo fornece às empresas. Abaixo, lista-se alguns destes benefícios, segundo os mesmos autores: desenvolvimento de empregados suscetíveis de promoção; baixa rotatividade de empregados; aproveitamento do potencial do empregado; promoção de crescimento; redução de entesouramento; satisfação das necessidades do empregado e assistência nos planos de ação afirmativa.

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PLANO DE CARREIRA

As pessoas que compõem as organizações atuais têm tomado consciência da importância do planejamento de suas carreiras, mas muitas delas se chocam com o despreparo organizacional neste aspecto.

O impacto entre interesses individuais e o despreparo das empresas têm gerado a necessidade de se repensar a Gestão de Pessoas como um todo. A reflexão sobre a Administração de Carreiras poderá ser uma das grandes contribuições neste sentido. Devido à estrutura e estratégias predominantes nas empresas, a Administração de Carreiras tem modificado muito, tanto no nível teórico conceitual como no nível de sua aplicação. Várias são as empresas que estão expostas às pressões da concorrência; com isso, muitas delas estão modificando sua estrutura e suas estratégias, oferecendo aos colaboradores maior flexibilidade para adaptação aos estímulos ambientais. Nestas empresas os colaboradores estão em contínuo processo de qualificação, gerando maior mobilidade profissional.

Além dos aspectos ligados aos estímulos gerados pela empresa, pode-se antever maior pressão do ambiente social sobre as pessoas para que planejem suas carreiras. Esta constatação se baseia, segundo DUTRA (1996, p. 23), nos seguintes aspectos:

- Aumento na diversificação das oportunidades profissionais ocasionado pelos movimentos de maior complexidade organizacional e tecnológica das empresas, de revisão das estruturas organizacionais e de diversificação do mercado de produtos e serviços.

- Disseminação cada vez maior da idéia de que as pessoas são capazes de influenciar suas próprias carreiras tanto no setor privado quanto no público.

- Valorização social do contínuo crescimento, da mobilidade, da flexibilidade e da notoriedade.

Conforme DUTRA (1996, p. 71), a estrutura de carreira dentro de um sistema possui algumas funções específicas:

- estabelecer e organizar o conjunto de expectativas que a empresa tem em relação às pessoas que nela trabalham;

- definir os níveis de valorização existentes entre os trabalhos de diferente natureza ou entre os diversos níveis de capacitação;

- estabelecer os critérios de acesso de uma pessoa a um trabalho cuja natureza seja mais valorizada do que a do atual ou os critérios de graduação da capacidade pessoal e profissional de uma pessoa;

- fixar critérios para a migração das pessoas entre diferentes ocupações.

4.3 DESENHO DE CARREIRA

Atualmente, observa-se dentro das empresas, os diversos tipos de Administração de um Plano de Carreira, os quais podem ser identificados como horizontal (estrutura paralela), vertical (estrutura em linha) e diagonal (estrutura em rede).

4.3.1 Estrutura Horizontal: este tipo de estrutura vem ganhando espaço nas empresas mais desenvolvidas pelo fato de criar possibilidades de encarecimento alternativo àquele diretamente ligado à estrutura organizacional da empresa.

Segundo DUTRA (1996, p. 85), a carreira paralela se constitui numa ferramenta de transição por ser capaz de adaptar numa mesma estrutura de carreira:

- sistemas de diferenciação centrados no trabalho e sistemas centrados em pessoas;

- seqüências de cargos e posições totalmente atreladas à estrutura organizacional e seqüências vinculadas a espaço ocupacional ou às pessoas, independente da estrutura organizacional.

A Estrutura Paralela, como também é conhecida, caracteriza-se por ser um modelo típico de um período de transição, ou seja, um modelo adaptado às mudanças que vêm ocorrendo na gestão de pessoas. O que impede a multiplicação de níveis hierárquicos ou de unidades administrativas desnecessárias, estabelecidos apenas como forma de atender às expectativas de profissionais técnicos. Como resultado, é possível manter uma estrutura enxuta e adequada às necessidades da empresa.

O modelo de carreira paralela propicia ao profissional técnico maior objetividade de investimentos, objetivando o aperfeiçoamento do profissional dentro da organização, estabelecendo um nível de negociação para ocupar ou desempenhar novas funções. Este modelo pode ser definido como uma seqüência de posições que uma pessoa pode assumir no interior de uma organização, sendo que esta possui duas direções, ou seja, uma de natureza profissional e outra gerencial.

Um dos modelos mais utilizados é o em Y, pelo fato de esta estrutura possuir uma base comum tanto de natureza profissional como gerencial garantindo maior flexibilidade na alocação dos talentos, permitindo ao profissional escolher a direção que deseja seguir e facilitando a interação entre os dois braços, favorecendo o diálogo e a tomada de decisões.

4.3.2 Estrutura Vertical: sua principal característica está centrada na seqüência de posições, está alinhada em uma só direção, não oferecendo às pessoas outras alternativas.

De acordo com DUTRA (1996, p. 81), cada fase de transição ou cada etapa para a mudança de cargo é caracterizada e identificada por um conjunto específico de responsabilidades e atribuições, quando o sistema de diferenciação está centrado no trabalho, ou por diferentes conjuntos de atributos da pessoa, quando o sistema de diferenciação está centrado nas pessoas. Os requisitos básicos para a mudança de cargo são também definidos pelo desenho de cargo.

Embora a estrutura em linha, como também é conhecida, não ofereça alternativas, sua estrutura pode permitir maior ou menor flexibilidade para que o profissional realize sua escolha. A flexibilidade é obtida pela maneira como os degraus e os critérios de acesso são definidos. Caso a caracterização dos degraus ou etapas e critérios sejam muito fechados e detalhados, a estrutura perde em flexibilidade, mas, por outro lado, quando são abrangentes, permitem às pessoas mais possibilidades de crescerem profissionalmente.

4.3.3 Estrutura Diagonal: ou estrutura em rede, caracteriza-se por apresentar várias opções para cada posição da empresa e por permitir que o profissional trace sua própria trajetória dentro da organização, partindo de critérios de acesso estabelecidos pela própria empresa.

Segundo DUTRA (1996, p. 83), esta estrutura tem sido usada com sistemas de diferenciação centrados no trabalho e de forma atrelada à estrutura organizacional. Ainda conforme DUTRA (1996, p. 83), este modelo cria algumas limitações tanto para a pessoa como para a empresa:

- Para a pessoa: uma aparente oportunidade de escolha (as quais são restritas), trajetórias profissionais limitadas, conduzindo, para posições de alta gerência, caminhos preestabelecidos pela empresa (restando à pessoa pouca ou nenhuma condição de interferência).

- Para a empresa: pouca mobilidade para reestruturar a organização (qualquer alteração implica na carreira), dificuldade para adequar as expectativas das pessoas às necessidades da empresa.

As estruturas em rede, como as em linha, tornam-se mais flexíveis quanto mais abrangentes forem as características que definem os degraus da carreira e os critérios de acesso. Em empresas com estas estruturas os gestores representam papel importante como conciliadores de expectativas entre as pessoas e a empresa.

4.3.4 Sistema de Valorização e Diferenciação

Segundo DUTRA (1996, p. 72), o sistema de diferenciação utilizado para a estrutura de carreira é usualmente o mesmo utilizado para estabelecer diferenças de remuneração, os acessos a símbolos de *status*, etc. De acordo com LAWLER (1990, apud DUTRA 1996, p. 72), os sistemas de diferenciação podem ser centrados no trabalho executado pelas pessoas (*job-based*) ou centrados na capacitação das pessoas (*skill-based*).

Observando a realidade das organizações, percebe-se que o trabalho executado por alguém é função das necessidades organizacionais e da capacidade da pessoa. Na medida em que a pessoa amplia sua capacidade, vai recebendo da empresa incumbências mais desafiadoras. Amplia, assim, seu conjunto de atribuições e responsabilidades, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos.

Entendendo estas atribuições e responsabilidades como sendo o espaço ocupacional de uma pessoa dentro da empresa, pode-se dizer que a pessoa está alterando seu espaço ocupacional sempre que as necessidades organizacionais ou sua capacidade forem alteradas. O espaço ocupacional é, portanto, resultante da interação entre as necessidades organizacionais e a capacidade da pessoa. À medida que estas duas variáveis aumentam, o espaço ocupacional da pessoa aumenta.

Este sistema, segundo DUTRA (1996, p. 76), procura valorizar os espaços ocupacionais com base nas seguintes categorias de diferenciadores:

- Exigências sobre o ocupante da posição: relação entre conhecimento técnico e funcional.

- Complexidade das atribuições e responsabilidades: corresponde ao grau de autonomia decisória dada à pessoa.

- Influência nos resultados: amplitude das decisões e impacto nos resultados da empresa.

Os sistemas de diferenciação vinculados a espaços ocupacionais destacam-se em empresas que buscam adequar-se às exigências de um ambiente mais competitivo. São estas exigências: flexibilidade estrutural e agilidade de resposta, trazendo o processo decisório para mais próximo da operação; maior envolvimento das pessoas com a

organização, conciliando expectativas de crescimento e desenvolvimento da pessoa e da empresa; aumento contínuo da capacitação técnica e gerencial, estimulando e oferecendo o suporte necessário à capacitação das pessoas.

4.3.5 Gestão de Pessoas Articulado por Competências

As características principais deste modelo de gestão possuem bases formadas na administração científica, na qual as pessoas são vistas como responsáveis por um conjunto de atividades ou funções. Essa visão das pessoas tem sido responsável por distorções na análise e interpretação da realidade organizacional, gerando instrumentos, processos e metodologias inadequadas para atuar sobre ela. A instabilidade dessas bases faz com que as pessoas tenham dificuldade de se localizar na empresa, de avaliar com clareza suas perspectivas e de estabelecer um projeto profissional alinhado com as expectativas e necessidades da empresa.

4.3.5.1 Movimentação de Pessoas

Ocorre quando a pessoa muda de local de trabalho, posição profissional, empresa, mercado ou de vínculo empregatício. A movimentação está ligada a decisões como planejamento e atração de pessoas, socialização e aclimatação das pessoas em seu trabalho, alocação ou realocação de pessoas, reposicionamento das pessoas no mercado de trabalho. Da perspectiva da pessoa, a movimentação diz respeito às decisões como: inserção no mercado de trabalho, melhor oportunidade de trabalho, localização geográfica do trabalho, retirada do mercado de trabalho.

Segundo DUTRA (2004, p. 61), a captação de pessoas pressupõe a consciência da organização em relação às suas necessidades. Somente dessa maneira é possível saber quem procurar, onde procurar e que tipo de relação será estabelecida entre a pessoa e a empresa. DUTRA (2004, p.61) afirma ainda que a captação de pessoas adequadas às necessidades da organização exige a concretização dos seguintes aspectos: perfil profissional, perfil comportamental esperado da pessoa, entregas desejadas da pessoa para atender às necessidades da organização tanto presentes quanto futuras, condições de trabalho, condições de desenvolvimento profissional, condições contratuais, definindo os vínculos empregatícios a serem estabelecidos.

4.3.5.2 Desenvolvimento de Pessoas

Conforme DUTRA (2004, p. 64), processos que buscam estimular e criar possibilidades para que as pessoas ou colaboradores se desenvolvam dentro da organização, são alguns dos objetivos da gestão por competência. Primeiramente, pela possibilidade de definir o desenvolvimento profissional da pessoa, como capacidade para assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade. Este conceito de desenvolvimento, juntamente com a complexidade, é insuficiente para construir os instrumentos de sua gestão. Para dar direção e foco ao desenvolvimento é preciso agregar

os conceitos de competência e carreira – como capacidade para assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade. O segundo ponto a considerar é a possibilidade de atrelar os conceitos de competência, complexidade e espaço ocupacional à idéia de trajetória profissional. O terceiro ponto que reforça o uso da abordagem por competência no desenvolvimento das pessoas é a possibilidade de criar as bases para a conciliação de expectativas entre pessoas e a organização.

Também podem ser considerados pontos importantes da abordagem por competência a possibilidade de construir um sistema de gestão do desenvolvimento que possibilite a análise das pessoas com base em sua individualidade, análise das deficiências individuais, análise da efetividade das ações de desenvolvimento e adequação das ações de desenvolvimento. Na empresa moderna, segundo DUTRA (2004, p. 66), as arquiteturas organizacionais e as estruturas decorrentes modificam-se com velocidade cada vez maior. Onde se torna impossível prever quais serão as necessidades futuras da organização, mas é possível saber se ela necessitará de pessoas que estejam aptas para lidar com um nível crescente de complexidade, preparando-as e adequando-as para o futuro da organização e do mercado de trabalho.

Para DUTRA (2004, p.71), a valorização das pessoas é medida pelas recompensas por elas recebidas como contrapartida de seu trabalho para a organização. Por esse fato, é fundamental que hoje as organizações estabeleçam critérios de recompensas perenes que criem para as pessoas um ambiente de segurança e justiça. A utilização de padrões de diferenciação considerados pelas pessoas como justos e a consistência desses padrões com a realidade vivida pela organização e pelas pessoas são fundamentais para sustentar uma relação de compromisso com a empresa e com o trabalho a ser executado. Segundo DUTRA (2004, p. 72), a organização tem várias formas de concretizar a recompensa por uma contribuição da pessoa: reconhecimento formal através de um elogio, de uma carta ou de um prêmio até um aumento salarial ou uma promoção para posições organizacionais com desafios maiores. Na realidade, conforme DUTRA (2004, p. 73), a tendência é considerar como justos e adequados critérios de diferenciação que apontem o nível de agregação de valor da pessoa para a empresa. Nesse sentido, os conceitos de complexidade auxiliam no estabelecimento de critérios de mensuração entendidos pelas pessoas e pela organização como legítimos para diferenciar as contribuições.

Segundo DUTRA (2004, p. 76), os processos de gestão de pessoas – movimentação, desenvolvimento e valorização – devem estar integrados a partir de um referencial conceitual comum.

A carreira não deve ser entendida como um caminho rígido a ser seguido pela pessoa e sim como uma seqüência de posições e de trabalhos por ela realizados, articulada de forma a conciliar o seu desenvolvimento com o desenvolvimento da empresa. De acordo com DUTRA (2004, p. 77), constata-se que as pessoas tendem fortemente a aprofundar seus conhecimentos e habilidades em determinada área do conhecimento ou de atuação nas

organizações. Com a crescente volatilidade das informações e do conhecimento, as pessoas necessitarão dar foco no aprendizado, nas redes de relacionamento e na área de especialização.

5 RECURSOS HUMANOS NA COTRIMAIO E AS FILOSOFIAS DA ORGANIZAÇÃO

Os trabalhos operacionais iniciais da Cotrimaio foram realizados pelos associados fundadores e pelos diretores eleitos no ano de 1968. Conforme a Cooperativa foi abrangendo mais serviços e atendimento aos associados que vieram a fazer parte da mesma, o trabalho foi aumentando e sentiu-se a necessidade de contratação de funcionários. Contratou-se mais tarde um gerente e, após um ano, um agrônomo para fazer o trabalho de atendimento técnico aos associados.

Os funcionários contratados exerciam funções simplesmente operacionais. O conceito de Recursos Humanos surgiu mais tarde quando a Cooperativa já havia tomado forma de organização e sentia a necessidade de desenvolver as pessoas.

Nos anos 90, iniciou-se a implantação de um projeto de Qualidade Total em toda a empresa, o que efetivamente resultou em um anseio dos trabalhadores e a busca pelo desenvolvimento. Iniciaram-se avaliações mais aprofundadas e técnicas para as contratações de novos colaboradores, bem como o Levantamento de Necessidades de Treinamento.

Em 1999, a Cotrimaio mudou o foco na gestão das pessoas e remodelou toda a sua estratégia de recursos humanos, passando a elaborar um projeto denominado Nova Gestão da empresa, alinhada às pessoas e à tecnologia. Modernizou-se o departamento de pessoal, passando a elaborar a folha de pagamento em ambiente "windows", com sistema compatível aos demais sistemas operacionais da Cooperativa. Todos os subsistemas de Gestão de Pessoas foram contemplados como uma forma de valorização das pessoas.

Também foi criada a Área de Segurança e Medicina do Trabalho e, depois de muito treinamento e trabalho, os colaboradores a vêem como uma área imprescindível, não somente uma cumpridora de legislação. O uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual), o trabalho de conscientização sobre a prevenção de acidentes, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), Brigada de Incêndio, a profissionalização dos Técnicos de Segurança, a participação de um Médico do Trabalho nas avaliações de doenças ocupacionais e sua prevenção, a efetiva realização de pesquisas, elaboração de diagnósticos dos ambientes de trabalho pelo Engenheiro de Segurança, são alguns dos itens de crescimento e firmação da área desde 99.

O Projeto Nova Gestão contemplou a aquisição de um sistema de Ponto Eletrônico. A correlação dos dados é compatível com o sistema da folha de pagamento, o que agiliza os relatórios solicitados e as informações gerenciais.

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos, contemplando todos os subsistemas de RH, interligados, teve sua primeira etapa em 2001, com o treinamento efetuado pela RM Sistemas aos profissionais da área.

Em sintonia com o já citado projeto, aconteceu em março de 1999, o 1º Encontro de Funcionários da Cotrimaio, o qual passou a ser um evento oficial da empresa. Assim, a cada dois anos ele acontece, sendo que já se encontra na 4ª edição, realizada neste ano de 2005.

Periodicamente é realizado levantamento de necessidades de treinamento e desenvolvimento. Desta forma, a área organiza as atividades que serão realizadas no ano e busca sanar as carências que a empresa possui, bem como se mantém atualizada em informações e tecnologias.

Os subsistemas de Cargos e Salários, Avaliação de Desempenho e Plano de Carreira são desenvolvidos de maneira informal dentro da Cooperativa. Todos estão contemplados no sistema de RH, mas estão sendo desenvolvidos módulo a módulo.

Após realização de diagnóstico em todas as filiais e sede da Cooperativa, iniciou-se, em janeiro de 2005, o Projeto de Liderança Forte, que busca desenvolver as lideranças internas para a execução competente de comando setorial, através do desenvolvimento de conhecimentos sobre liderança, apresentação de modelos de atitudes e comportamentos adequados ao atual momento da empresa e mercado.

Em março de 2005 foi implantada a Ginástica Laboral na empresa, buscando prevenir problemas causados pelas Lesões de Esforço Repetitivo (L.E.R.) e proporcionar melhor qualidade de vida ao trabalhador.

Desta forma, a Gestão de Recursos Humanos tem buscado cada vez mais a excelência nas relações dentro da Cooperativa através de novos projetos que desenvolvem as pessoas e estimulam a busca constante pelo saber.

5.1 FILOSOFIAS ORGANIZACIONAIS

Toda a organização tem por objetivo valorizar seus colaboradores, seus serviços e buscar a satisfação de todos, contemplando assim sua missão, diretrizes e princípios. Para alcançar sua excelência, não só no setor de Recursos Humanos, mas na organização como um todo, é que a Cooperativa criou sua própria filosofia. Esta está explicitada com base na missão, nas diretrizes e nos princípios estabelecidos.

Observando a missão da Cooperativa, percebe-se a grande importância que ela estabelece ao ser humano, às pessoas que dela participam, explicitando o modelo de gestão da organização. Segundo FISCHER (2002, apud DUTRA, 2004, p. 55) "o modelo de gestão de pessoas é a maneira pela qual a empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho". As organizações estão cada vez mais se preocupando com o lado humano, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores, melhorando assim o desempenho de suas empresas.

Toda organização espera que as tarefas sejam desempenhadas com qualidade e que possa haver confiança no trabalho. A intensa preocupação da Cooperativa em cada vez mais investir no treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores, proporcionando um aumento do seu desempenho e uma melhor qualidade nas atividades desenvolvidas por cada setor, demonstra claramente a intencionalidade da busca da qualidade através das pessoas, num ambiente de alto grau de confiança.

Analisando os princípios e as políticas de gestão da Cooperativa, em relação à gestão por competência, conclui-se que ambos possuem uma relação muito estreita, sendo que os princípios formam uma base muito sólida para a estruturação de um modelo de gestão por competência e as políticas servem de guia para a ação. As políticas de Recursos Humanos se referem às maneiras pelas quais a organização pretende lidar com seus membros e por intermédio deles atingir os objetivos organizacionais, permitindo condições para o alcance dos objetivos individuais" (CHIAVENATO, 2002, p. 157-158).

A forma como as organizações efetuam a Gestão de Pessoas passa por grandes transformações em todo o mundo. Essas transformações vêm sendo motivadas pela inadequação dos modelos tradicionais de gestão de pessoas ao atendimento às necessidades e às expectativas das organizações e das pessoas.

Com base no estudo realizado, constatou-se que a Cotrimaio está em busca de um modelo de gestão mais estruturado e que possa suprir suas necessidades dentro do Setor de Recursos Humanos.

Analisando os princípios, missão e diretrizes da Cotrimaio, foi possível constatar que estes estão incluídos dentro de um contexto em que as pessoas se tornaram o foco principal, pois a Cooperativa possui um valor estratégico baseado em uma política intencional de cada vez mais buscar e preparar talentos dentro da sua organização, preservando assim a satisfação e motivando cada vez mais seus colaboradores em melhor desempenhar suas funções.

A empresa hoje se baseia em um conjunto de suposições da teoria da motivação humana, ou seja, está fundamentada na Teoria Y, de McGregor. Esta teoria possibilita a análise da preocupação que as organizações, inclusive a Cotrimaio, apresentam em relação à satisfação e motivação de seu quadro funcional. Passa-se a dar mais valor para o lado intelectual do ser humano, suas

habilidades, sua capacidade em desempenhar as atividades com qualidade, preocupando-se a organização em desenvolvê-lo, numa busca constante pela profissionalização.

Essa busca pelo crescimento faz com que o colaborador satisfaça suas necessidades humanas, explicitadas por Maslow, que são a auto-estima, auto-realização, sociais, segurança e físicas. Pode-se analisar que as necessidades sociais, físicas e de segurança estão bem supridas como mostra o histórico do Setor de Gestão de Pessoas da empresa. Com estas necessidades contempladas surge a auto-estima e a auto-realização, as quais, através da valorização, os diversos benefícios oferecidos, as oportunidades de crescimento e desenvolvimento das habilidades e competências, também estão contempladas. A estruturação de uma Gestão por Competências cria, através de sua flexibilidade, possibilidades de o colaborador querer sempre mais e poder buscar esse algo mais. Este é o intuito da Cotrimaio ao buscar a estruturação de um Plano de Carreira.

Ainda em relação à motivação, percebe-se que a Cotrimaio está consciente de que um profissional bem motivado desempenha melhor suas funções. Para tanto, oferece diversos benefícios aos colaboradores.

Com a implantação de um Plano de Carreira pelo Setor de Recursos Humanos, a Cooperativa pretende fazer com que seus colaboradores se motivem e busquem o crescimento com o objetivo de ocupar novos cargos, desempenhar novas tarefas e ascender dentro da organização. Através do Plano de Carreira será possível verificar qual o perfil que o colaborador deverá ter para ocupar uma ou diversas funções na organização.

Segundo DUTRA (2004, p. 24), é na Gestão por Competência que a organização se preocupa em manter seus colaboradores motivados, satisfeitos e dispostos a adquirir novos conhecimentos.

Para se ter uma Gestão por Competência é fundamental que se analise os princípios, diretrizes e missão da empresa. Ao analisá-los, no caso da Cotrimaio, pode-se constatar que eles estão voltados para a Gestão por Competência, pois deixam claro a preocupação da Cooperativa em relação às pessoas, em mantê-las motivadas e capacitando-as através de desenvolvimento, possibilitando a elas ocupar novas funções.

5.2 RELAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PLANO DE CARREIRA COM AS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS DA COTRIMAIO

Ao longo do presente trabalho foram pesquisados os diversos tipos de Estrutura de Plano de Carreira existentes, os quais se encontram analisados a seguir.

Estrutura Horizontal: este modelo apresenta uma maior amplitude em relação aos profissionais da área técnica, propiciando maior objetividade de investimentos e o aperfeiçoamento do profissional dentro da organização.

Analisando o organograma da Cooperativa, conclui-se que para que ela possa desenvolver uma estrutura horizontal será preciso que se criem novos braços técnicos, pois para fazer uso deste modelo é preciso que haja equidade entre os braços (técnico e gerencial). Para não haver perda de talentos, a equivalência do braço técnico deve ir até o mais alto nível da carreira gerencial da unidade a que pertencem os profissionais. Com a implantação de uma estrutura em Y, a empresa corre o risco de inflar sua estrutura, algo considerado dissonante nas modernas práticas de Gestão.

Estrutura Vertical: este tipo de estrutura se caracteriza por uma seqüência de posições ou cargos alinhados em uma só direção.

Este modelo não se adapta à Cooperativa estudada pelo fato de não proporcionar aos colaboradores opção para novas trajetórias. O topo é destinado somente a uma posição gerencial e não existem áreas técnicas, o que de fato comprova que esta estrutura não é adequada para a organização.

Estrutura Diagonal: este tipo de estrutura é pouco utilizado pelas organizações. Ao mesmo tempo em que as empresas permitem que o profissional trace sua própria trajetória, elas criam critérios de acesso a novos cargos, ou seja, caminhos pré-estabelecidos, restando ao profissional pouco ou nenhuma condição de interferência.

Com a estruturação de um Plano de Carreira, a Cooperativa pretende deixar bem claro aos seus colaboradores que eles possuem condições de ocupar novos cargos, mas que devem estar conscientes do perfil que devem possuir para tanto e que devem buscar desenvolvimento e profissionalização constantemente para com isso, estar à disposição da organização por ocasião da necessidade de mudança.

Gestão por Competência: fazem parte de um modelo de Gestão por Competência os princípios, orientações de valor e crenças básicas, políticas, diretrizes de ação que traduzem compromissos da organização com objetivos de médio e longo prazo para a gestão de pessoas, processo e curso de ação.

Este modelo de gestão está vinculado ao espaço ocupacional, no qual a organização permite que o indivíduo desempenhe mais de uma função se estiver capacitado.

Este modelo seria o mais adequado a ser implantado, pois ele permite a empresa a se adequar às novas exigências do ambiente competitivo, dentre as quais cabe ressaltar: flexibilidade estrutural (a capacidade que a empresa possui em rapidamente fazer com que colaboradores desempenhem outras funções), agilidade, maior envolvimento das pessoas e da empresa, aumento constante da capacitação técnica e gerencial (onde a empresa oferece suporte para capacitação das pessoas).

Para a Cooperativa as pessoas são vistas como responsáveis por um conjunto de atividades e funções; esta característica é uma das principais do modelo de Gestão por Competência.

Vale ressaltar a importância que a Gestão por Competência transfere para o espaço ocupacional, pois, à medida que o colaborador busca qualificação e contribui com a empresa, seu espaço ocupacional também se amplia.

O que também é o possível perceber hoje nas organizações são as necessidades destas mudarem constantemente, o que acaba gerando a necessidade de perfis profissionais ecléticos e dinâmicos, preparados para operar em espaços ocupacionais mutáveis. Esta necessidade é compatível com a política de investimento no desenvolver das pessoas, mas incompatível com a formatação gerada pelo cargo.

CONCLUSÃO

As organizações têm se preocupado em cada vez mais buscar adaptação às transformações que estão ocorrendo e precisam estar atentas a todas as questões que envolvam o comportamento humano, como: motivação, habilidades, personalidade, inseguranças e anseios, objetivando o equilíbrio entre os mesmos para que com isso as pessoas possam desenvolver suas atividades de forma satisfatória para ambos. Não é diferente a preocupação da Cotrimaio. Entre os vários aspectos focados pelas preocupações da empresa, salienta-se a preocupação com a viabilidade de implantar um Plano de Carreira estruturado de forma a respeitar as filosofias organizacionais ao tempo que supra os anseios de desenvolvimento dos colaboradores.

É possível afirmar que a estruturação de um Plano de Carreira baseado no modelo de Gestão por Competência irá contribuir com a organização e seus colaboradores pelo fato de estar voltado às necessidades das pessoas, permitindo a elas traçar seus próprios planos de carreira, criando, assim, um maior incentivo na busca de aperfeiçoamento. A Gestão por Competência está focada no espaço ocupacional, ou seja, verifica-se que a dinâmica do espaço ocupacional de uma pessoa na organização, bem como sua demarcação em determinado momento, são estabelecidas, de um lado, pelas necessidades da empresa,

e, de outro, pela capacidade da pessoa em atender a essas necessidades. Na medida em que a pessoa aumenta sua qualificação, seu espaço ocupacional também tende a se ampliar. A Cooperativa mantém uma preocupação constante com a formação de seus colaboradores e pretende, através da estruturação de um Plano de Carreira, possibilitar e auxiliar estes na busca de treinamento e desenvolvimento, com o intuito de melhorar seus desempenhos e de motivá-los a buscar cada vez mais novos conhecimentos.

Conforme o exposto, é possível notar claramente que a implantação de um Plano de Carreira estruturado em acordo com a filosofia norteadora da empresa (sua missão, suas diretrizes e seus valores), sua estrutura organizacional e o sistema de valorização que adota, proporcionará maior flexibilidade organizacional perante as mudanças, além de incentivar seus colaboradores no sentido de se desenvolverem constantemente, ampliando e reciclando suas habilidades e competências, com o intuito de não só acompanharem as alterações ambientais, mas se tornarem os agentes de ações proativas.

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho Humano nas Empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na Empresa. Descrição, Análise de Cargos e Avaliação do Desempenho Humano**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1989.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na Empresa. Pessoas, Organizações e Sistemas**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1989.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7ª Ed. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2002.

DUTRA, Joel Souza. **Administração de Carreiras**. São Paulo: Atlas, 1996.

DUTRA, Joel Souza. **Competências – Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

FILHO, Paulo de Vasconcelos e PAGNONCELLI, Dernizo. **Construindo Estratégias para Vencer**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PONTES, B.R. **Administração de Cargos e Salários**. São Paulo: Ltr, 1990.

WERTHER, William B. e DAVIS, Keith. **Administração de Pessoal e Recursos Humanos**. São Paulo: Afiliada, 1983.



REDE DE COOPERAÇÃO: ANÁLISE DOS FATORES DE COMPETITIVIDADE ESTRATÉGICO-EMPRESARIAIS DAS ESCOLAS SINODAIS DA REGIÃO NOROESTE DO RS

Mauro Alberto Nüske¹

Rudimar Antunes da Rocha²

RESUMO

O crescimento da concorrência, a abertura dos mercados e a expansão do setor educacional proporcionam novos desafios na gestão das instituições escolares. Para fazer frente a essa realidade é preciso mudar-se alguns conceitos, os quais consideram que empresas ou instituições do mesmo ramo de atuação devem ser concorrentes; ao contrário, devem adotar estratégias e ações conjuntas para atuarem em Rede de Cooperação. Para as escolas sinodais da Região Noroeste do RS, essa necessidade se evidencia, razão pela qual a presente pesquisa buscou analisar os fatores de competitividade estratégico-empresariais de cinco escolas sinodais da Região Noroeste do RS, através da aplicação de pesquisas entre seus gestores e entre os clientes externos de suas escolas. Na metodologia, utilizou-se o método de abordagem e de procedimentos e técnicas de documentação direta e indireta. O estudo foi o descritivo e as abordagens utilizadas na pesquisa foram a qualitativa e a quantitativa. Dentre os aspectos pesquisados, buscou-se avaliar os maiores gaps (intervalos) entre a pesquisa com os gestores e a pesquisa com os clientes externos (pais ou responsáveis), os quais foram identificados e analisados. Avaliaram-se, também, os aspectos considerados como pontos fortes e como pontos fracos das escolas sinodais, por escola e conjuntamente. O resultado das análises direciona para quais fatores de competitividade estratégico-empresariais precisam ser potencializados para que essas escolas possam adotar, futuramente, estratégias e ações como Rede de Cooperação.

Palavras chave: Redes de cooperação, fatores de competitividade estratégico-empresariais, gestão.

ABSTRACT

The growth of competition, the opening of the markets and the expansion of the education section provide new challenges in the administration of the school institutions. According to this reality, it is necessary to change some concepts, which consider that companies or institutions of the same branch of performance should be competitive; on the contrary, they should adopt strategies and united actions, for acting in the Cooperation Net. For Sinodal schools of the Northwest Region of Rio Grande do Sul state, this need is evidenced, reasons for which this present research looked for analyzing the strategical-enterprise factors of competitiveness of 5 Sinodal schools of the Northwest Region of RS, through the application of researches among their managers and among the external customers of their schools. In the methodology, the approach method and procedures were used, and techniques of direct and indirect documentation. The study was descriptive, and the approaches used in the research were the qualitative and the quantitative. Among the researched aspects, it was looked for evaluating the largest "gaps" (intervals) with the research of the managers and the

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Assessor Administrativo e Professor da Faculdade Três de Maio – SETREM - mauronuske@setrem.com.br

² Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – rud_antunes@burturbo.com.br

research with the external customers (parents or responsables), which were identified and analyzed. It was also evaluated the aspects considered as load points and about weak points of the Sinodal schools, in each school, and jointly. The result of the analyses addresses for which strategic-business factors of competitiveness need to be potentiated, so that those schools can adopt, hereafter, strategies and actions as Cooperation Net.

Key-Words: Cooperation nets, strategic-business factors of competitiveness, administration.

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário mundial, caracterizado por mudanças rápidas e constantes com a redução gradativa das fronteiras em praticamente todos os contextos geográficos e políticos, passa a ser um desafio latente para as empresas. As formas de expansão e a busca de novos mercados já não são mais estratégias exclusivas de grandes corporações. As distâncias entre os países e regiões, barreiras quase que intransponíveis, são diariamente transpassadas pelas mais diversas formas de fluxo comercial de mercadorias e serviços.

Não é mais novidade, principalmente em pequenos e médios municípios, o surgimento de uma nova empresa nas proximidades, vindo de qualquer parte do Brasil ou do mundo. Para Casarotto Filho e Pires (1999), qualquer empresa pode ter a surpresa de, a cada momento, ver aparecer um concorrente no mundo produzindo melhor e mais barato. As mudanças são rápidas, muitas empresas não conseguem acompanhar o novo ritmo e quebram, demitem, geram desemprego.

No setor educacional não é diferente. O crescimento de instituições de ensino, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, evidencia-se. Em relação a essa diversidade de possibilidades oferecidas pelas instituições educacionais, estudiosos defendem que bens e serviços são desenvolvidos para atender necessidades e desejos de pessoas que são bombardeadas por várias possibilidades de escolha em um mercado intensamente competitivo. Essa multiplicidade de ofertas é fruto da globalização em que se inserem hoje as economias de todos os países.

Na Região Noroeste do RS, as escolas sinodais, formadas pelas escolas ligadas confessionalmente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, passam por situações desafiadoras semelhantes. A melhoria constante do ensino público, o crescimento de instituições e opções de ensino diferenciadas fazem frente à tradição e a históricos de atuação em suas comunidades. Não basta apenas manter o que se oferecia há tantos anos; é preciso investir, mas não apenas em tecnologia ou infra-estrutura e, sim, em novas formas de gestão, que possam abrir novos horizontes, fortalecer as instituições e mantê-las no mercado.

Para isso, seus gestores necessitam, inicialmente, analisar se o que oferecem atende às expectativas de seus clientes externos. Ou seja, "por que seu cliente é seu cliente?" "O que leva o cliente a escolher você e não seu concorrente?" "Você, como gestor, está seguro sobre quais são os fatores estratégico-competitivos que influenciam seu cliente a contratar seu serviço?"

2. ESTRATÉGIA

Os dinâmicos mercados globalizados proporcionam análises de cenários inter-relacionados, influenciando na forma de se gerenciar as organizações, independentemente de seu porte, segmento e área de atuação, necessitando assim, por parte de seus gestores, do uso de uma ferramenta que os norteie para que mantenham a empresa na direção estabelecida, frente às constantes alterações ambientais atualmente vivenciadas. Conforme Day e Reibstein (1999), as empresas têm a preocupação em manter suas vantagens competitivas frente aos mercados dinâmicos, pois o tempo acaba tornando as suas ações obsoletas. Frente a um ambiente extremamente competitivo, alteraram-se sensivelmente as concepções básicas de como produzir e comercializar bens e serviços.

Para Freire (1997), estratégia é o conjunto de ações da empresa que visa a proporcionar aos clientes mais valor que o oferecido pela concorrência, sendo que para Day e Reibstein (1999) "estratégia é buscar uma vantagem competitiva sobre os concorrentes e, ao mesmo tempo, diminuir a erosão das vantagens atuais". Segundo Vanalle, Alves e Kuri (2001), a estratégia pode ser vista como sendo o conjunto de planos, políticas, programas e ações desenvolvidas por uma empresa ou unidade de negócio com o intuito de ampliar ou manter, de modo sustentável, suas vantagens competitivas frente aos demais competidores.

3. ESTRATÉGIAS APLICADAS A INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

A partir das últimas décadas, as instituições educacionais têm visto crescer as expectativas econômicas, políticas e sociais a que devem atender. O número de clientes cresce e se diversifica, as conexões com o mercado de trabalho se tornam mais estreitas, mutáveis e temporalmente estabelecidas, novos tipos de conhecimentos são produzidos no interior das universidades para usos anteriormente inexistentes. Este novo ambiente exige diferentes formas de financiamento das atividades acadêmicas, requerendo crescente capacidade de adaptação e flexibilidade. Diante deste cenário característico deste segmento empresarial, faz-se necessário o desenvolvimento de um planejamento que venha a atender as necessidades das instituições.

Um dos grandes desafios da gestão das instituições de ensino contemporâneas é desenvolver uma maior capacidade de resposta às demandas externas como forma

de sobreviver a um ambiente tão competitivo e de profundas transformações. Para isso, é necessário que seus gestores estejam capacitados a utilizar a abordagem do planejamento e da gestão estratégica.

Esta abordagem, na sua essência, objetiva identificar os principais problemas e ações estratégicas a serem desenvolvidas para que a instituição de ensino superior possa atingir seus objetivos e cumprir sua missão, apoiada numa relação dinâmica com um contexto em permanente mudança.

Dentre as estratégias adotadas por instituições educacionais, a associação, através de redes ou alianças, é uma das que mais ganha força nos dias atuais. Muitas instituições fazem parte de uma rede; porém, muitas vezes, como é o caso da Rede Sinodal de Educação, são escolas unidas em rede pela confessionalidade, mas estrategicamente não desenvolvem ações para se desenvolverem e fortalecer a marca, sendo que a gestão e o desenvolvimento de material e cursos são totalmente isolados e cada escola é autônoma para decidir seu rumo.

4. REDES DE EMPRESAS E COOPERAÇÃO

As redes de empresas podem ser definidas como acordos entre três ou mais empresas independentes que potencializam ou racionalizam recursos, buscando objetivos compatíveis com a finalidade principal de ganhar vantagem competitiva (LAGEMANN, 2004).

Redes são organizações voltadas ao aprendizado contínuo, focadas na inovação e aptas a cooperarem. Para isso, elas precisam ser democráticas, com ampla participação dos envolvidos tanto na tomada de decisões quanto nas atividades de criação e inovação; flexíveis, seja do ponto de vista do atendimento das variações de demanda, seja do ponto de vista de encadeamento das atividades produtivas; conectivas, não só permitindo, mas também instigando a troca constante de informações; motivadas, mantendo estimulados os participantes internos e externos; e, acima de tudo, igualitárias nas quais os resultados dos esforços conjuntos sejam distribuídos de forma mais equitativa do que nas atuais estruturas de propriedade. As iniciativas de reorganização organizacional antes apresentadas tentam adequar as exigências de nova competição aos velhos padrões empresariais do paradigma ultrapassado. Apesar de algumas delas obterem êxito, tais iniciativas não abrangem todas as amplas possibilidades organizacionais proporcionadas pelo novo padrão competitivo.

Outro conceito que deve ser analisado ao se estudar as redes é o de vantagem competitiva, apontado como o motivo principal de formação das redes. Barney (1991, *apud* LAGEMANN, 2004) utiliza os preceitos de vantagem competitiva, sustentando que ela deve possuir valor, ser rara, ser imperfeitamente imitável e não possuir substitutos; vê-se que a melhora na situação de competitividade pode dever-se à criação de valor possibilitada pela formação da rede.

Por diversas razões, dificilmente a criação de uma nova rede permitirá os mesmos ganhos da rede que se quer imitar, podendo, porém, suplantá-la se nova vantagem competitiva for formada.

A ação conjunta entre as empresas viabiliza a solução dos problemas específicos, tais como provisão de serviços, infra-estrutura e treinamento, não excluindo, porém, a competitividade, e sim, por outro lado, deixando o mercado mais transparente o que incentiva a rivalidade (AMATO NETO, 2000, p. 55).

Nesse sentido, as redes são como um conjunto de organizações que atuam de maneira articulada/coordenada e cujos processos decisórios estariam primordialmente ligados à existência da rede.

Uma das formas mais simples de cooperação é a parceria, que geralmente se diferencia pelo elevado grau de informalidade. Nela, as organizações se dispõem a trabalhar juntas por um curto período de tempo na busca de melhorias específicas nos negócios.

As redes de empresas atrelam-se à administração das operações estratégicas e à busca do posicionamento competitivo para toda a rede coletiva, pressupondo forte integração interorganizacional e coesão massiva dos processos de negócios das empresas. Nas redes prevalece a focalização dos negócios e a flexibilidade coletiva, incrementando-se continuamente, a rentabilidade das empresas, através de uma gama estreita de processos, tecnologia de produto e *core business* (Barbosa e Sacomano, 2001, *apud* OLIVEIRA E GUERRINI, 2003, p. 2).

A cooperação entre empresas possibilita as mais diversas formas de agregar valor aos produtos ou serviços em busca da vantagem competitiva. Como exemplo de sucesso, pode-se citar o Programa Redes de Cooperação, que é uma iniciativa inovadora do Governo do Estado para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. Iniciado no ano 2000 foi concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados. No somatório de atividades, desde seu início no ano 2000, ter-se-á, em junho de 2006, cento e oitenta e quatro Redes de Cooperação apoiadas, com um total de três mil e quinhentas empresas integradas, gerando e/ou mantendo mais de quarenta e cinco mil postos de trabalho diretos e alcançando em conjunto um faturamento anual superior a um bilhão de reais.

4.1 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO DE REDES DE EMPRESAS

Na visão de Castells (1999), no mundo contemporâneo, as redes de cooperação se estruturam através de complexas teias de relacionamento socialmente imbricadas e economicamente motivadas, nas quais há pouco espaço para ações individuais de agentes isolados, principalmente no campo econômico.

Em virtude da crescente competição global, cresce a investigação das empresas em novos processos de interação de modo a manter sua posição competitiva. De um modo geral, as empresas têm se dedicado à melhoria de alguns aspectos como melhor desenho de produtos, maior sensibilidade para o mercado, melhor desenho do processo, melhor gestão estratégica e melhor gestão operacional.

As empresas estão buscando operar de forma cooperativa com objetivo de atender às mudanças das condições ambientais, acessar mais rapidamente novos mercados e tecnologias, superar os limites impostos pela escala em produção ou pesquisa e desenvolvimento, melhorar condições de acesso a conhecimentos fora da empresa, compartilhar riscos ou ainda contratar serviços complementares (POWELL *apud* PUFFAL, 2005).

A cooperação interempresarial ou interfirma busca o atendimento de uma série de necessidades das empresas que seriam de difícil satisfação, caso as empresas atuassem isoladamente. Amato Neto (2000) descreve tais necessidades como sendo:

- combinar competências e utilizar *know-how* de outras empresas;
- dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, compartilhando o desenvolvimento e os conhecimentos adquiridos;
- partilhar riscos e custos de explorar novas oportunidades, realizando experiências em conjunto;
- oferecer uma linha de produtos de qualidade superior e mais diversificada;
- exercer uma maior pressão no mercado, aumentando a força competitiva em benefício do cliente;
- compartilhar recursos, com especial destaque aos que estão sendo subutilizados;
- fortalecer o poder de compra;
- obter mais força para atuar nos mercados internacionais.

Além destas possibilidades, é possível ainda apresentar uma série de outras facilidades que se pode conquistar com a formação de alianças estratégicas, tais como: penetração em novos mercados, inovação com rapidez, competição via integração de tecnologias, facilidade em construir competências, "classe mundial", obter padrões globais, romper as barreiras de mercado, diminuição acelerada de custos e a busca constante por novas oportunidades de negócios em todo o mundo com uma boa gestão do meio ambiente.

No entanto, para que uma rede de cooperação possa funcionar em harmonia é necessário considerar alguns

aspectos: considerações do ponto de vista do parceiro; tratamento ético; busca de valores compatíveis e equilibrados; compromisso de estimular o relacionamento entre as partes interessadas; interdependência contínua entre as partes; comunicação ágil e eficaz; comprometimento e envolvimento.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DAS REDES

As redes podem ser localizadas num mesmo local ou não. Os especialistas costumam chamar as redes localizadas num determinado território de arranjos produtivos locais, distritos industriais e *clusters*, enquanto as redes dispersas geograficamente, são definidas como alianças estratégicas.

Para clarear cada tipo de aglomeração, Casarotto Filho e Pires (1999) apresentam as seguintes definições:

- **Pólo:** concentração regional de empresas voltadas ao mesmo segmento de produtos.

- **Cluster** (aglomeração competitiva): pólo consolidado onde haja interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante, lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e governamentais.

- **Cadeia produtiva:** são as diversas etapas de produção, desde a matéria-prima ao produto final, incluindo fornecedores de equipamentos, podendo ou não estar integralmente num *cluster*.

- **Sistema Produtivo Local** (ou sistema econômico local): região fortemente estruturada, contendo um ou mais *clusters*, com um planejamento territorial de alta interação pública-privada, com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

- **Rede de empresas:** conjunto de empresas entrelaçadas por relacionamentos formais ou simplesmente negociais, podendo ou não ser circunscrito a uma região.

- **Consórcio de empresas:** redes de empresas entrelaçadas por laços formais de cooperação, normalmente circunscrita à determinada região.

Para Grandori e Soda, *apud* Amato Neto (2005), numa compilação de diversos trabalhos, as redes empresariais, segundo seus graus de formalização, centralização e mecanismos de cooperação, podem se apresentar como (i) sócias, (ii) burocráticas e (iii) proprietárias, conforme apresentados a seguir:

• **Redes Sociais:** são redes em que o relacionamento dos integrantes não é regido por nenhum tipo de contrato formal. Podemos subdividi-las em Redes Sociais Simétricas ou Redes Sociais Assimétricas.

• **Redes Sociais Simétricas:** não existe um pólo detentor de poder diferenciado; isto é, todos os participantes têm a mesma capacidade de influência. Este tipo de rede é aconselhado para estimular desenvolvimentos de caráter mais exploratório em que as informações tratadas apresentam alto potencial, mas valor econômico desconhecido. É útil também para regular transações entre parceiros quando as contribuições e *performances* são muito difíceis de avaliar por meios contratuais ou burocráticos. Pólos e Distritos Industriais de alta tecnologia, Grandori e Soda (1995, *apud* AMATO NETO, 2005) são um exemplo clássico deste tipo de rede, já que por um lado a propagação e o compartilhamento de informações e conhecimentos entre as empresas dos distritos são bastantes eficientes e, por outro, a coordenação dessas trocas se baseia em mecanismos informais. A seguir, apresenta-se a classificação e caracterização dos tipos de rede descritos pelo autor:

• **Redes Sociais Assimétricas:** caracterizam-se pela presença de um agente central. Com frequência existem contratos formais entre as firmas deste tipo de arranjo, mas os mesmos se referem às especificações de produtos ou serviços negociados e não à organização do relacionamento entre as empresas.

• **Redes Burocráticas:** são caracterizadas pela existência de um contrato formal que se destina a regular não somente as especificações de fornecimento, como também a própria organização da rede e as condições de relacionamento entre seus membros.

• **Redes Burocráticas Simétricas:** as associações comerciais, por auxiliarem o desenvolvimento de acordos formais de relacionamento entre diversas firmas dos mesmos setores, sem que prevaleçam interesses particulares, são exemplo clássico e bastante comum de redes burocráticas simétricas.

• **Redes Burocráticas Assimétricas:** redes de agências, licenciamento e franquias são casos tradicionalmente conhecidos deste tipo de rede.

• **Redes Proprietárias:** caracterizam-se pela formalização de acordos relativos ao direito de propriedade entre os acionistas de empresas. Podem ser classificadas também em simétricas e assimétricas.

• **Redes Proprietárias Simétricas:** são os *joint-ventures*, geralmente empregadas na regulação das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inovação tecnológica e de sistemas de produção de alto conteúdo tecnológico.

• **Redes Proprietárias Assimétricas:** são normalmente encontradas nas associações do tipo *capital ventures*, que relacionam o investidor de um lado e a empresa parceira de outro. São encontradas em maior frequência nos setores de tecnologia de ponta em que se estabelecem os mecanismos de decisão conjunta e até mesmo de transferência de tecnologia gerencial.

A partir das definições apresentadas, pode-se classificar as escolas sinodais da Região Noroeste do RS, objeto deste estudo, como um Pólo, pois atuam em uma mesma região, na mesma área, mas sem troca de experiências ou adoção de estratégias conjuntamente. O que se busca, a partir deste estudo, alinhar os fatores de competitividade estratégico-empresariais para que, futuramente, possam atuar como uma Rede Social Assimétrica, adotando estratégias conjuntamente, para se manterem e se desenvolverem no mercado como uma Rede de Cooperação.

4.3 VANTAGENS DA FORMAÇÃO DE REDES

Os benefícios proporcionados passam a ser uma vantagem competitiva conjunta dos associados que cooperam para gerá-lo. Como são particulares de uma coletividade que colaborou para originá-los, Olson (1999) *apud* Verschoore (2005) denomina-os de benefícios coletivos exclusivos. São coletivos por pertencerem ao conjunto de empresas geradoras e exclusivos por não serem estendidos a outras organizações ou grupos de organizações. Pode-se concluir, então, que a cooperação com a finalidade de geração de vantagens de que somente associados as torna mais competitivas frente àquelas que não fazem parte do grupo. Em um mundo concorrencial, isso causa um sério dilema.

Quanto maior o número de associados, maiores são as possibilidades de geração de benefícios, porém, quanto menor o número de associados, mais exclusivas tais vantagens se tornam. Esse pode ser denominado dilema da cooperação em rede (VERSCHOORE, 2005, p. 19).

Dentre outras, as vantagens e desvantagens que podem ser consideradas para a celebração de uma aliança são as seguintes, conforme o Quadro 01:

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • acesso a mercados fechados • aumento do poder de barganha • bloquear concorrentes • criar padrão de mercado para sua tecnologia • distribui risco • incentivos governamentais • possibilita conhecer o mercado • potencial de absorção de tecnologia • reduz custo da inovação • reduz tempo da inovação • soma vantagens comparativas dos parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • divisão dos benefícios • potencial de conflitos • restrições impostas pela aliança • risco de absorção pelo parceiro mais forte • risco de fortalecer futuro concorrente

Fonte: Vasconcellos (1992) *apud* Freitas (2003)
Quadro 01 - Vantagens e Desvantagens em relação às alianças estratégicas

O estabelecimento de redes de cooperação ocorre em organizações de todo o porte, mas é em pequenas e médias empresas que aparecem maiores vantagens, tais como as apresentadas por Amato Neto (2000):

- elevar o poder de competitividade: criando relações mais confiantes com seus fornecedores e clientes, pequenas e médias empresas podem concorrer de forma mais equilibrada com grandes empresas;

- dividir riscos e custos: somando os investimentos iniciais menores, a união de pequenas e médias empresas dividem também eventuais riscos, assim o prejuízo ficará

diluído entre elas fazendo com que essas empresas se adaptem melhor às mudanças de mercado;

- maior transferência de informação e tecnologia: permite que as pequenas e médias empresas estejam sempre se atualizando em todos os aspectos, uma vez que a velocidade de transferência de informações é muito grande.

Para Teixeira e Guerra (2002), a disseminação dos princípios de confiança mútua se explica pela presença dos seguintes elementos:

- minimização da incerteza comportamental associada a práticas oportunistas;
- eliminação de custos contratuais vinculados à montagem de arranjos que incorporam mecanismos defensivos de monitoração das condutas;
- otimização da divisão do trabalho no âmbito da rede, adequando-se às escalas de produção e evitando-se a duplicação de esforços;
- viabilização de transferências de informações de natureza tácita.

As redes de empresas se atrelam à administração das operações estratégicas e à busca do posicionamento competitivo para toda a rede coletiva, pressupondo forte integração interorganizacional e coesão massiva dos processos de negócios das empresas.

5. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, utilizou-se a abordagem indutiva. Os dados levantados neste estudo se deram através da documentação direta, através da aplicação de duas pesquisas de campo em forma de questionário, caracterizando-se como uma observação direta extensiva. Também se utilizou da documentação indireta, realizada através da pesquisa bibliográfica. O estudo aplicado foi o descritivo. O Método Qualitativo foi utilizado para a definição dos fatores de competitividade estratégico-empresariais a serem utilizados para a elaboração dos instrumentos de pesquisa, levando-se em conta os fatores locacionais e estruturais das escolas objeto do estudo. O Método Quantitativo foi utilizado para a definição da amostra e para a análise e representação dos resultados, através de médias, percentuais e figuras gráficas.

As pesquisas bibliográficas e documentais foram realizadas no ano de 2005 e 2006. A aplicação dos questionários com os gestores e com os clientes externos foi realizada em março de 2006. O universo desta pesquisa foi os gestores e clientes externos das escolas sinodais localizadas nos municípios de Três de Maio, Horizontina, Santa Rosa, Tuparendi e Giruá, na Região Noroeste do RS.

Para a coleta de dados dos gestores foi aplicada uma pesquisa aos gestores das escolas objeto deste estudo. A pesquisa foi aplicada para toda a população, sendo que de cada escola responderam a direção, representado(a) pelo(a) diretor(a), e a coordenação pedagógica, representado(a) pelo(a) coordenador(a), perfazendo um total de quinze formulários preenchidos.

Para a coleta de dados dos clientes externos foi aplicada uma pesquisa a estes clientes das escolas objeto deste estudo.

Para a aplicação da pesquisa, a população foi de um mil seiscentos e quarenta e cinco estudantes, que compreende o somatório de matrículas nas cinco escolas objeto do estudo. Na definição da amostragem da pesquisa, utilizou-se um grau de confiança de noventa por cento e margem de erro de dez por cento, chegando-se ao tamanho mínimo da amostra de quinhentos e sessenta e nove pesquisados, apresentados nos Quadros 01 e 02. Para tanto, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n = Z^2 * p * q * N / (E^2(N-1) + Z^2 * p * q)$$

Em virtude de não se atingir a amostragem necessária para analisar os índices de confiabilidade da pesquisa aplicada, decidiu-se por aplicar outro instrumento, o Alfa de Cronbach, através do qual comprovou-se a confiabilidade e a consistência da pesquisa. Aplicou-se a fórmula apresentada na Figura 01.

$$\alpha = \frac{rk}{1 + (k-1)r}$$

Fonte: Cronbach (1990).

Figura 01 - Fórmula do Alfa de Cronbach

Nível-Série/Escola	SETREM		CFJL		Da Paz		CERB		Alunos	Amostra	Alunos	Amostra
	Alunos	Amostra	Alunos	Amostra	Alunos	Amostra	Alunos	Amostra				
Educação Infantil	54	11	60	12	76	15	72	14	37	7	299	59
Ensino Fundamental	184	68	255	95	257	95	159	62	126	50	981	370
1ª Série	19	8	27	11	19	8	27	11	16	7	108	45
2ª Série	15	7	29	13	26	11	17	8	12	5	99	44
3ª Série	13	6	20	9	27	12	16	7	14	7	90	41
4ª Série	22	8	32	12	27	10	24	9	16	6	121	45
5ª Série	26	9	32	12	34	12	24	9	17	6	133	48
6ª Série	32	11	26	9	39	14	18	7	22	8	137	49
7ª Série	27	10	37	13	40	14	10	4	18	7	132	48
8ª Série	30	9	52	16	45	14	23	7	11	4	161	50
Ensino Médio	73	28	64	25	123	46	59	22	46	19	365	140
1ª Série	27	9	17	6	43	15	33	11	19	7	139	48
2ª Série	23	9	27	10	50	18	16	6	12	5	128	48
3ª Série	23	10	20	9	30	13	10	5	15	7	98	44
TOTAL	311	107	379	132	456	156	290	98	209	76	1.645	569
Questionários Respondidos	89		102		117		98					

Quadro 01 - Demonstrativo de Matrículas, amostragem da pesquisa aplicada e questionários respondidos pelos Clientes externos

Nível-Série/Escola	SETREM		CFJL		Da Paz		CERB		Vera Cruz		TOTAL	
	Gestores	Amostra	Gestores	Amostra	Gestores	Amostra	Gestores	Amostra	Gestores	Amostra	Gestores	Amostra
Diretores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5
Coord. Pedagógicos	3	3	2	2	1	1	1	1	3	3	10	10
TOTAL	4	4	3	3	2	2	2	2	4	4	15	15

Quadro 02 - Demonstrativo de Gestores que responderam à pesquisa aplicada aos mesmos

6. OBJETO DE ESTUDO

As escolas comunitárias objeto deste estudo fazem parte da Rede Sinodal de Educação, que possui sessenta escolas localizadas em diversos estados do Brasil. Vale salientar que o aspecto que une as escolas é a confessionalidade, sendo que a gestão de cada uma delas é individualizada.

A Rede Sinodal de Educação abrange o setor educacional escolar na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB.

A Rede Sinodal de Educação é a reunião de escolas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul (quarenta e duas instituições), Santa Catarina (dez instituições), Paraná (cinco instituições), São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso (uma instituição em cada estado).

As escolas atuam nos três níveis do ensino: educação infantil (de zero a seis anos de idade), educação básica (ensino fundamental e médio) e ensino superior. Algumas das escolas médias oferecem cursos técnicos.

Para o estudo, foram selecionadas as seguintes escolas sinodais, localizadas na Região Noroeste do RS:

- Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM - Três de Maio - RS
- Colégio Frederico Jorge Logemann - Horizontina - RS
- Instituto Sinodal Da Paz - Santa Rosa - RS
- Colégio Evangélico Rui Barbosa - Giruá - RS
- Colégio Sinodal Vera Cruz - Tuparendi - RS

7. FATORES LOCACIONAIS

As escolas se localizam na Região Noroeste do RS, sendo que a distância máxima entre uma ou outra escola é de sessenta e seis quilômetros. No Quadro 03, apresenta-se a distância entre os municípios das escolas objeto deste estudo.

Escola/ Localização	SETREM Três de Maio	CFJL Horizontina	Da Paz Santa Rosa	Vera Cruz Tuparendi	CERB Giruá
SETREM Três de Maio		18 km	41 km	38 km	62 km
CFJL Horizontina	18 km		47 km	30 km	66 km
Da Paz Santa Rosa	41 km	47 km		19 km	25 km
Vera Cruz Tuparendi	38 km	30 km	19 km		38 km
CERB Giruá	62 km	66 km	25 km	38 km	

Quadro 03 - Distâncias entre os municípios-sede das escolas objeto deste estudo

8. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostragem foi aplicada de forma segmentada, sendo que, inicialmente, levantou-se o número de gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) por escola e as matrículas na Educação Básica em cada escola objeto do estudo. O levantamento das matrículas foi realizado por turma, sendo que a amostragem foi realizada por nível de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para cada matrícula, enviou-se um questionário para o pai ou responsável responder. Para fins dessa pesquisa, considera-se cada matrícula, vinculada ao pai ou responsável, como cliente.

A análise dos resultados é feita, num primeiro momento, por escola e, na seqüência, agrupando-se os resultados das pesquisas de todas as escolas juntas.

A pesquisa com os gestores e com os clientes externos das escolas sinodais do Noroeste do RS foi aplicada em março de 2006. Foram aplicadas duas pesquisas estruturadas.

A pesquisa com os gestores apontou, por graus de importância, quais os aspectos que os mesmos julgam determinantes para que os clientes externos optem pela escola que dirigem.

A pesquisa com os clientes externos apontou, por grau de importância, os aspectos que influenciam na escolha da escola de seus filhos ou dependentes.

Os aspectos questionados são os mesmos tanto para a pesquisa com os gestores quanto para a pesquisa com os clientes externos. O que difere uma da outra é que os gestores responderam na pesquisa o que consideraram relevante para os clientes externos optarem pela escola que dirigem e, na pesquisa com os clientes externos, estes responderam os aspectos que influenciaram na escolha da escola de seus filhos ou dependentes.

Os questionamentos foram baseados nos fatores de competitividade estratégico-empresariais apresentados a seguir. Para se chegar à definição por estes fatores na pesquisa, tomou-se por base considerações de Braga (2004, *apud* Lima *et al*, 2004, p. 9) a partir da análise de ambientes interno e externo para Instituições de Ensino. Dessa forma, os aspectos que direcionaram a elaboração dos questionamentos da pesquisa foram os seguintes:

1. Proposta pedagógica/curricular e cursos oferecidos.
2. Pesquisa.
3. Eficiência do ensino.
4. Qualidade dos recursos humanos e materiais.
5. Tecnologia e Sistemas de Informação.
6. Estrutura organizacional.
7. Imagem institucional.

8. Localização e acessibilidade.
9. Valor da mensalidade e relação custo x benefício.
10. Preferência e exclusividade.

Para cada um destes aspectos foram elaborados dois questionamentos. Para responder ao questionário, o pesquisado identificava o grau de importância de cada questionamento da pesquisa, sendo que o grau de importância um equivale a nenhuma importância na escolha (seguido dos graus dois e três, com pouca ou alguma importância), o grau de importância quatro equivale à importância intermediária e o grau de importância sete equivale à extrema importância na escolha (antecedido pelos graus cinco e seis, com boa ou grande importância).

No Quadro 04, apresenta-se a pesquisa com os aspectos e os questionamentos.

Na pesquisa com os gestores, em cada escola, os questionários foram respondidos pela direção e pelos coordenadores pedagógicos. No total, foram respondidos quinze questionários referentes às cinco escolas-alvo deste estudo.

Já na pesquisa com os clientes externos em cada escola, o número de questionários foi aplicado conforme demonstrado nos Quadros 02 e 03.

Aspectos	Questionamentos
Proposta pedagógica/curricular e cursos oferecidos	1. Proposta pedagógica e curricular
	2. Opções extracurriculares (dança, teatro, artes, música, esportes, idiomas, etc.)
Pesquisa	3. A escola promove e/ou incentiva a pesquisa (pesquisa científica, bibliográfica, participação em eventos, etc.)
	4. Há laboratórios de ciências e/ou experimentos, informática, internet, dentre outros.
Eficiência do ensino	5. Qualidade do ensino e qualificação dos professores
	6. Segurança (segurança interna proporcionada pela escola)
Qualidade dos recursos humanos e materiais	7. Atenção e orientação educacional aos estudantes e pais e atendimento em geral (no telefone, nos setores da escola)
	8. Eficiência do ensino (acompanhamento e atendimento a pais e alunos, reuniões, orientação educacional)
Tecnologia e Sistemas de Informação	9. Laboratórios (equipamentos, tecnologia, espaço físico)
	10. Há acesso a computadores, Internet, e-mail, biblioteca informatizada
Estrutura organizacional	11. Espaços, ambientes e instalações físicas
	12. Limpeza e manutenção (conservação) dos ambientes internos e externos
Imagem institucional	13. Inserção na comunidade (a escola desenvolve atividades de responsabilidade social, presta serviços comunitários e/ou participa de atividades das comunidades)
	14. Recomendada por familiares, amigos, ou conhecidos e/ou por a escola ser confessional/religiosa
Localização e acessibilidade	15. Acesso facilitado (há transporte)
Valor da mensalidade e relação custo x benefício	16. A escola fica próxima da minha residência, cidade ou local de trabalho
	17. Valor da mensalidade (adequado ao orçamento familiar)
Preferência e exclusividade	18. Relação custo/benefício (oferece mais opções por um custo menor que outras escolas)
	19. É a única escola particular da cidade
	20. Tenho preferência por escola particular

8.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO AGRUPAMENTO DAS PESQUISAS REALIZADAS EM TODAS AS ESCOLAS

Em todas as cinco escolas pesquisadas foram respondidos quatrocentos e cinquenta e dois questionários por clientes externos e quinze questionários por gestores. A Figura 02 apresenta o resultado do cruzamento dessas pesquisas.

8.1.1 Análise dos Gaps (intervalos) relevantes

Conforme se pode verificar na Figura 02, há, de um modo geral, poucos *gaps* relevantes. Dentre eles a Questão 9, "Laboratórios (equipamentos, tecnologia, espaço físico)" e a Questão 10, "Há acesso a computadores, Internet, e-mail, biblioteca informatizada" se destacam, sendo consideradas de influência intermediária para os gestores e de maior influência para os clientes externos. Esses *gaps* se evidenciam em praticamente todas as escolas pesquisadas. Percebe-se que os gestores consideram os aspectos relacionados à Tecnologia e Sistemas de Informação não tão importantes para os clientes externos quanto estes. Dessa forma, pode-se concluir que os gestores necessitam reavaliar a atenção dada aos mesmos para manter os atuais clientes externos e conquistar novos clientes externos.

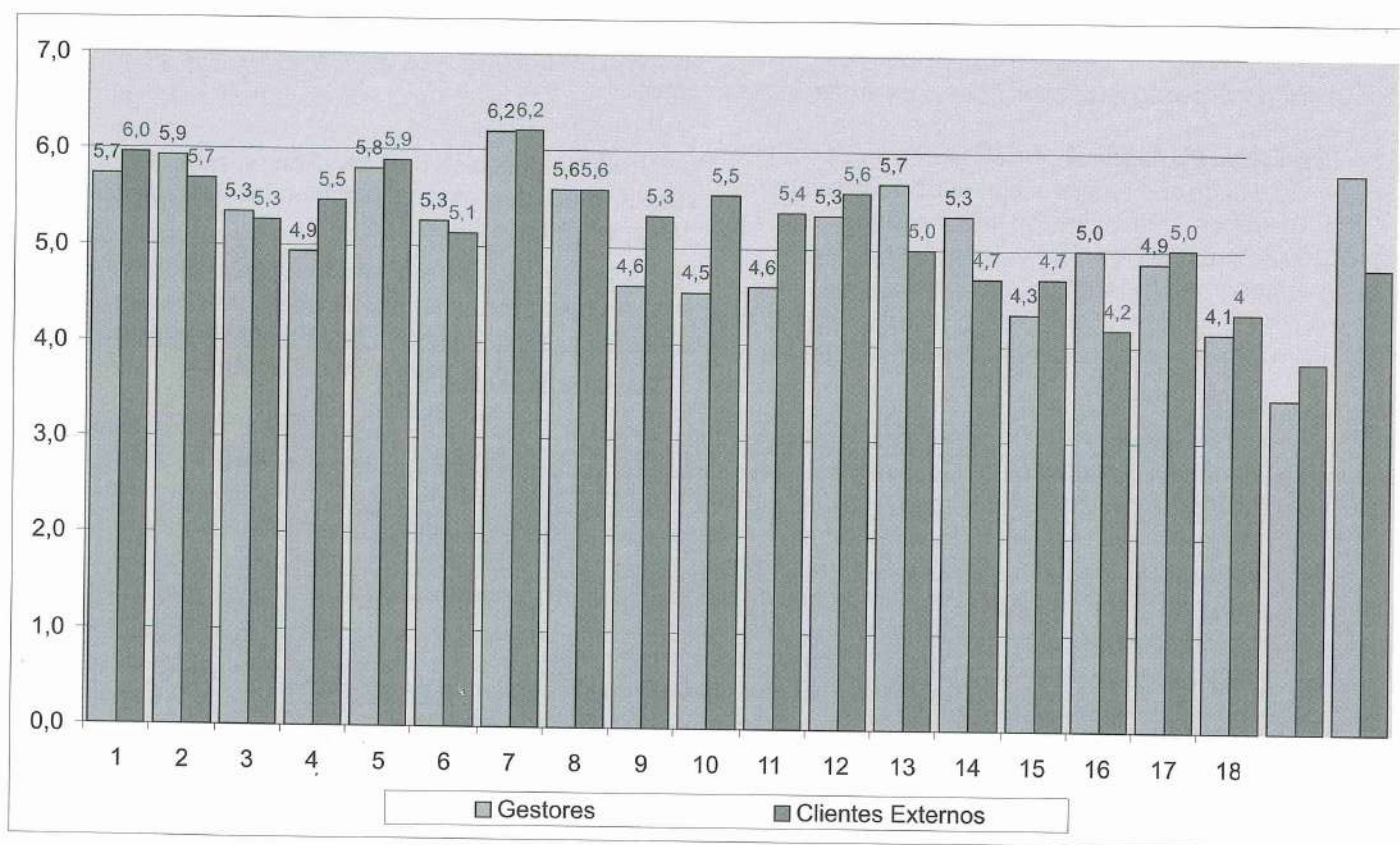


Figura 02 - Médias, por questão, do resultado da pesquisa com gestores e clientes externos de todas as escolas

Outro aspecto que se destaca é referente à Questão "Espaços, ambientes e instalações físicas", considerado com maior importância pelos clientes externos que pelos gestores, em quatro das cinco escolas pesquisadas. Percebe-se que os clientes externos consideram a estrutura e ambientes da escola com maior importância que os gestores no momento de optar pela escola.

intensidade pelos clientes externos, sendo de influência intermediária para a escolha da escola pelos clientes externos.

Em relação à Questão 20, "Tenho preferência por escola particular", seu resultado foi influenciado pelo resultado da pesquisa nas escolas onde as mesmas são exclusividade como particulares, como CERB e Vera Cruz. Mesmo assim, é importante salientar que a importância dada pelos gestores a este aspecto não se evidencia na mesma

8.1.2 Análise dos aspectos que mais influenciam e que menos influenciam na escolha da Escola, na opinião dos gestores e dos clientes externos.

Na opinião dos gestores, de acordo com a Figura 02, os aspectos que mais e que menos influenciam os clientes externos na escolha da escola, estão apresentados no Quadro 05.

Aspectos que mais influenciam na escolha	Aspectos que menos influenciam na escolha
Q. 1: Proposta pedagógica e curricular	Q. 9: Laboratórios (equipamentos, tecnologia, espaço físico)
Q. 2: Opções extracurriculares (dança, teatro, artes, música, esportes, idiomas, etc.)	Q. 10: Há acesso a computadores, Internet, e-mail, biblioteca informatizada
Q. 5: Qualidade do ensino e qualificação dos professores	Q. 11: Espaços, ambientes e instalações físicas
Q. 7: Atenção e orientação educacional aos estudantes e pais e atendimento em geral (no telefone, nos setores da escola)	Q. 15: Acesso facilitado (há transporte)
Q. 20: Tenho preferência por escola particular	Q. 18: Relação custo/benefício (oferece mais opções por um custo menor que outras escolas)
	Q. 19: É a única escola particular da cidade

Quadro 05 – Aspectos que mais e que menos influenciam os clientes externos na escolha da escola, na opinião dos gestores de todas as escolas.

Na opinião dos clientes externos, de acordo com a Figura 02, os aspectos que mais e que menos influenciam os mesmos na escolha da escola, estão apresentados no Quadro 06.

Aspectos que mais influenciam na escolha	Aspectos que menos influenciam na escolha
Q. 1: Proposta pedagógica e curricular	Q. 14: Recomendada por familiares, amigos, ou conhecidos e/ou por a escola ser confessional/religiosa.
Q. 2: Opções extracurriculares (dança, teatro, artes, música, esportes, idiomas, etc.)	Q. 15: Acesso facilitado (há transporte)
Q. 5: Qualidade do ensino e qualificação dos professores	Q. 16: A escola fica próxima da minha residência, cidade ou local de trabalho.
Q. 7: Atenção e orientação educacional aos estudantes e pais e atendimento em geral (no telefone, nos setores da escola)	Q. 18: Relação custo/benefício (oferece mais opções por um custo menor que outras escolas)
	Q. 19: É a única escola particular da cidade

Quadro 06 – Aspectos que mais e que menos influenciam os clientes externos na escolha da escola, na opinião dos clientes externos de todas as escolas.

Analisando-se os Quadros 05 e 06, verifica-se uma proximidade muito grande entre os aspectos que mais influenciam na escolha da escola, tanto na opinião dos gestores, quanto dos clientes externos. Eles se referem, principalmente, à proposta pedagógica e curricular, às opções extracurriculares, à atenção e orientação educacional, à qualidade do ensino e dos professores, além do atendimento. Outro aspecto que se destacou apenas na opinião dos gestores é referente à preferência por escola particular.

Em relação aos aspectos que menos influenciam na opção pela escola, tiveram destaque tanto na opinião dos gestores quanto dos clientes externos, o acesso facilitado, relacionado com a disponibilidade de transporte, a relação custo/benefício e a preferência por escola particular, que é revelada principalmente por aqueles municípios que possuem apenas uma escola particular, que são Giruá, com o CERB, e Tuparendi, com o Colégio Vera Cruz.

Para os aspectos destacados apenas na pesquisa com os gestores que menos influenciam na escolha, estão aqueles relacionados à tecnologia e infra-estrutura. Na pesquisa com os clientes externos, os aspectos destacados que menos

influenciam na escolha são aqueles relativos à recomendação da escola por outros e a proximidade da escola.

9. CONCLUSÃO

A partir da análise das pesquisas, percebe-se o quanto são necessárias avaliações pela gestão das instituições, relativas a seu desempenho no mercado em que estão inseridos. Muitas vezes, as empresas dedicam esforços na manutenção e prospecção de clientes externos, com estratégias ou ações que não surtirão efeito pela falta de uma análise aprofundada sobre as necessidades e satisfação dos mesmos.

Avaliando o conjunto das escolas, conclui-se que as mesmas influenciam seus clientes externos, principalmente pela qualidade do ensino e qualificação dos professores, pela proposta pedagógica e curricular, pela eficiência do ensino e pelas opções extracurriculares de cursos. Na ótica dos gestores, os mesmo julgam que

seus clientes externos optam pelas escolas que dirigem, principalmente pela eficiência e qualidade do ensino e qualificação dos professores, pela preferência por escola particular, pelas opções extracurriculares de cursos, pela proposta pedagógica e curricular e pela inserção comunitária.

Em suma, pode-se concluir que as escolas sinodais da Região Noroeste do RS possuem muitos diferenciais competitivos que influenciam positivamente na escolha pelos clientes, os quais fazem a diferença num mercado cada vez mais competitivo como o setor educacional. Dessa forma, orienta-se que as mesmas potencializem estes diferenciais, além de propor melhorias naqueles que foram apontados como de pouca influência na escolha da escola pelos clientes externos. Também se deve atentar para aqueles aspectos em que os *gaps* são muito grandes, os quais merecem uma reavaliação por parte dos gestores. Essas melhorias irão direcionar as escolas para um alinhamento de seus fatores de competitividade estratégico-empresariais, primordial para que as escolas possam adotar estratégias como Rede de Cooperação.

A partir deste estudo - rede de cooperação: de uma proposta de configuração entre escolas sinodais da Região Noroeste do RS -, espera-se que o 1º passo dado seja motivador para que estas instituições dessa região, que atuam hoje como um pólo, possam se unir para discutir os resultados deste trabalho, alinhar seus fatores de competitividade estratégico-empresariais e passem a adotar estratégias que, pelo apresentado durante o trabalho, passem a constituir uma rede social assimétrica, para futuramente, atuar como uma Rede de Cooperação.

Sugere-se, também, a realização de reuniões entre as escolas objeto deste estudo, buscando compartilhar os diferenciais competitivos e as deficiências de cada escola.

10. REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. (Coord.). **Redes entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e Desenvolvimento Regional: Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999. CRONBACH, L. **Essentials of psychological testing**. 3ª ed. New York: Harper and Row, 1990.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 1.

CRONBACH, L. **Essentials of psychological testing**. 3ª ed. New York: Harper and Row, 1990.

DAY, G. S.; REIBSTEIN, D. J. **A dinâmica da estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREIRE, A. **Estratégia é ação**. Exame Executive Digest, Portugal, Edição n.27, janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed27opin.html>. Acesso em 31 de maio de 2003.

FREITAS, L. S. de. **Alianças estratégicas na perspectiva da economia industrial, do enfoque de recursos humanos e da economia evolucionista**. ANPAD, 2003. Disponível em <http://www.anpad.org.br/3es2003-evento-trabalhos-p.html>, acesso em março de 2006.

LAGEMANN, L. **Fatores que influenciam a performance de redes de pequenas e médias empresas**. Dissertação (Mestrado em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LIMA, A.J.; TOMIELLO, N.; SILVEIRA, R.R. **Metodologias de Planejamento Estratégico: uma discussão preliminar para IES**. INPEAU, 2004. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/ivcoloquio/a0index.php?a0qwertyu=a1>, acesso em março de 2006.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, R. F. de; GUERRINI, F. M. **Estrutura Morfológica de Redes de Empresas**. Disponível em <http://www.simpes.feb.unesp.br/anais10/gestaoestrategicaeorganizacional/arq22.PDF>. Acesso em março de 2006.

PUFFAL, D. P. **Cooperação na indústria de componentes para caçados do Vale do Rio dos Sinos**. 157f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. **Programa redes de cooperação**. Porto Alegre. Disponível em www.sedai.rs.gov.br. Acesso em: Abril. 2006.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. **Redes de aprendizado em sistemas complexos de produção**. ERA. Gestão de operações e logística. out/nov/dez. p.93-105, 2002.

VANALLE, R. M.; ALVES, A. G. e KURI, M. G. P. **Estratégia Competitiva e Estratégia de Produção: O caso de uma empresa de cosméticos**. Porto Alegre: ABEPRO, Revista Produção, maio de 2001 vol. 10 n.2, 79p.

VERSCHOORE, J. R. **Redes de cooperação - uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2005.



OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO APORTE À CONSTRUÇÃO DE SOFTWARES EDUCACIONAIS: UMA INSERÇÃO PROGRESSIVA DA INFORMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Gustavo Griebler¹

Vera Lúcia Lorenset Benedetti²

Edemilson Jorge Ramos Brandão³

SETREM⁴

UPF⁵

RESUMO

O texto aborda as possibilidades de inserção progressiva de novos recursos tecnológicos no Ensino Fundamental, mais precisamente de objetos de aprendizagem como aporte para a construção de *softwares* educacionais multimídia voltados ao Ensino Fundamental. A inserção de recursos tecnológicos em educação, sobretudo aqueles que promovem uma educação mais dinâmica e interativa, podem representar um momento importante na busca de alternativas para o atual cenário de desencanto configurado tanto na percepção de estudantes quanto de professores. Com base inicialmente em uma pesquisa bibliográfica voltada à inserção da Informática em educação, buscou-se, através de uma pesquisa aplicada, o desenvolvimento de um *software* educacional voltado a estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, denominado Puff, a partir de objetos de aprendizagem, como forma de viabilizar novas representações de conteúdos e atividades em sala de aula.

Palavras-chaves: Informática na Educação, *software* educacional, objetos de aprendizagem, educação infantil.

ABSTRACT

The text treats the possibilities of gradual insertion of new technological resources in Elementary School, more necessarily of multimedia learning objects in port for the construction of educational softwares to this level of teaching. The insertion of technological resources in education, over all those that promote a more dynamic and interactive education, can represent an important moment in search of alternatives to the current scene of disenchantment configured in the perception of students and teachers. Based initially in a bibliographical research directed to the insertion of Computer Science in education, it was wanted the development of an educational software directed the students of the initial series

¹ Acadêmico do 4º semestre do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da SETREM e bolsista de iniciação científica do Programa de Incentivo à Pesquisa SETREM (PIPS). E-mail: gustavogriebler@gmail.com

² Mestre em Ciência da Computação pela UFSC. Professora da SETREM e orientadora do trabalho de iniciação científica. E-mail: vlben@setrem.com.br

³ Doutor em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma, Itália. Professor da Faculdade de Educação da UPF e co-orientador da pesquisa. E-mail: brandao@upf.br

⁴ Sociedade Educacional Três de Maio. Avenida Santa Rosa, 2.405. E-mail: setrem@setrem.com.br

⁵ Universidade de Passo Fundo. Km 171 – BR-285, Bairro São José, Caixa Postal 611. E-mail: upf@upf.br

of Elementary School, called Puff, searched through an applied research, from learning objects, as form to make possible new representations of contents and activities in classroom.

Keywords: Computer Science in Education, educational software, learning objects, infantile education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se verificado uma crescente inserção de computadores nas escolas brasileiras. No entanto, a literatura mostra que a maioria dessas escolas ainda continua a adotar práticas consideradas tradicionais em seus processos de ensino-aprendizagem.

Nesse novo cenário, caracterizado pela introdução de tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, novas organizações de conteúdo e metodologia de trabalho surgem oportunizando novas dinâmicas de trabalho e momentos de interação entre professor-estudante-conteúdo.

Novas propostas de trabalho, envolvendo multimídia e hipermídia em educação, vêm sendo consideradas como possíveis saídas para o atual modelo de ensino. Optou-se por analisar o uso de recursos tecnológicos, principalmente de objetos de aprendizagem e *softwares* educacionais, como apoio às atividades didáticas desenvolvidas em sala de aula do Ensino Fundamental.

Como aporte à construção do *software* educacional voltado a estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, optou-se por utilizar objetos de aprendizagem como uma das possíveis formas de inserção progressiva da Informática em educação e de representação de conteúdos e atividades voltados à construção de conhecimento em sala de aula.

METODOLOGIA

O presente trabalho, resultado de projeto de iniciação científica a ser desenvolvido em dois anos (tomando como ponto de partida março de 2005), inicialmente classificado como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, documental, atualmente se caracteriza como uma proposta metodológica voltada ao desenvolvimento de projeto e à descrição de novas aplicações.

Inicialmente, buscou-se através dos achados da literatura, o referencial teórico que sustentasse uma proposta concreta de *software* educacional na área de educação. Como componente empírico subjacente à pesquisa, optou-se pela análise e o posterior desenvolvimento de objetos de aprendizagem que serviriam de base para o *Software* Educacional "Puff", voltado para estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Após finalizado (em sua versão *beta*), foi realizado um teste com o programa para verificar o que seria necessário modificar na sua estrutura lógica, *interface* e conteúdo. Com base nas análises de campo, será lançada oficialmente a versão final do *software*, também na condição *beta* (2) por se entender que o *software* educacional, nesse sentido, enquanto sistema derivado de objetos de aprendizagem em contínua transformação, dificilmente possa ser considerado totalmente finalizado.

EDUCAÇÃO E A PROGRESSIVA MUDANÇA DO PANORAMA DE ENSINO

De certa forma, pode-se dizer que o propósito da educação, no sentido mais amplo, é possibilitar a emergência de homens críticos e inventivos. Nesse contexto, Piaget (1969) destaca:

O principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer novas coisas e não de simplesmente repetir o que outras gerações fizeram, homens que sejam criativos, inventores e descobridores; o segundo objetivo da educação é formar mentes que possam ser críticas, que possam analisar e não aceitar tudo que lhes é oferecido.

Cada indivíduo, com o passar dos anos, adquire progressivamente conhecimentos e valores que dão forma e significado à sua aprendizagem, concebida, segundo Weiss (1997) *apud* Griebler (2002), como,

[...] um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca, meio esse expresso inicialmente pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos permeados pela sociedade em que estão.

Por outro lado, Valente (1998) ensina que a aprendizagem pode ocorrer tanto pela memorização da informação ou processada por esquemas mentais, que uma vez efetivada pode conduzir à construção de conhecimento.

A aprendizagem através da memorização, que se observa ainda hoje, resulta entre outros fatores da crença milenar de que os mais velhos, com os seus saberes adquiridos através da descoberta e das experiências, muitas vezes baseadas em tentativas e erros, deveriam passar estes conhecimentos aos mais jovens, que por sua vez transmitiriam aos seus descendentes, e assim por diante.

A partir do momento que os processos educacionais foram evoluindo, a educação que antes era quase que exclusividade dos mesopotâmicos passou a fazer parte da vida dos egípcios mais tarde (com a invenção da escrita).

Em seguida, surgiu a educação greco-romana, com as enormes contribuições de inúmeros filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles. Já na Idade Média, a educação sofreu uma grande influência da Igreja Católica que praticamente exercia um poder exclusivo sobre a produção e o acesso ao conhecimento acumulado. A maioria das escolas existentes funcionava na clandestinidade, já que a Igreja censurava muitos temas a serem abordados nas escolas. Em meados do século XVII, foi criado o primeiro programa organizado de escolarização universal, organizado pelo tcheco Comenius, que preconizou uma escola elementar onde todos – ricos, pobres, homens e mulheres – teriam acesso e a partir da qual seriam selecionados os indivíduos mais capacitados para cursar níveis superiores. A democratização do ensino tardaria ainda dois séculos para se tornar realidade. Somente no final do século XIX e início do XX é que as crianças passaram a ser incentivadas a freqüentarem a escola, com a criação de órgãos como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Atualmente, apesar de incentivos do governo brasileiro, muitas crianças abandonam a escola para trabalharem em trabalhos insalubres, lançando-se no mercado de trabalho prematuramente e sem qualificação, mesmo com o advento progressivo da Informática como instrumento auxiliar na produção do saber.

Discutir novos meios de se produzir conhecimento com o auxílio de novas tecnologias em todas as áreas do conhecimento é o grande desafio que aflige muitas escolas que pouco esforço fizeram para se adaptarem a essa nova realidade, limitando a introduzir computadores em seu ambiente, sem uma proposta pedagógica que orientasse suas práticas.

Coombs (1992) faz uma dura crítica ao modelo tradicional de ensino:

Tipicamente, as salas de aula tradicionais têm fileiras de estudantes, sentados lado a lado, encarando bem em frente um professor, que é o fornecedor do conhecimento. Quaisquer diferenças entre os estudantes são explicadas como medidas da inteligência individual. Esta estrutura espelha os sistemas de linhas de montagem da sociedade industrial e reflete a mentalidade da revolução industrial que certa vez guiou os caminhos de nossa sociedade. A era da informação de hoje necessita de um novo modelo para a educação; por isso, existe o potencial para uma revolução no aprendizado.

Vallin (2005) analisa uma situação que acontece muito nos dias de hoje e que nos faz refletir profundamente sobre o papel do professor: "Há professores que não passam de meros reprodutores de frases, exercícios e aulas. Embora existam, esses não merecem o título. Pegam o livro didático, ou a apostila da matriz e vão seguindo. Para estes, pode ser difícil elaborar propostas de uso do computador".

Mas uma proposta de introdução da Informática na educação é muito mais ampla e muito tem sido discutido acerca da modificação que ela provoca, especialmente no que diz respeito ao papel do professor. Muitos educadores

sentem medo que o computador faça com que os estudantes se tornem verdadeiras máquinas de busca e pesquisa na *Internet* a ponto de tornar obsoleto o livro. Ao contrário, bons professores não serão substituídos pelos assistentes de ensino e ajudantes de professores, mas liberados para definir a educação em termos mais excitantes e criativos (COOMBS, 1992).

A INTELIGÊNCIA HUMANA E A SUA PROBLEMÁTICA NA ATUALIDADE

A inteligência humana sempre foi alvo de estudos, envolvendo análises dos mais diferentes estágios de desenvolvimento.

Piaget (1969), em seus estudos, estruturou algumas características e exemplos dos principais estágios da evolução do raciocínio.

De 0 a 2 anos, temos o raciocínio sensório-motor, em que a partir de reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio. A inteligência é prática. As noções de espaço e tempo, por exemplo, são construídas pela ação. O contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento.

Dos 2 aos 7 anos, no pré-operatório, a criança se torna capaz de representar mentalmente pessoas e situações. Já pode agir por simulação, "como se". Sua percepção é global, sem discriminar detalhes. Deixa-se levar pela aparência, sem relacionar aspectos. É centrada em si mesma, pois não consegue colocar-se, abstratamente, no lugar do outro.

A fase operatório-concreto se desenvolve dos 7 aos 11 anos. Nessa fase, a criança já é capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Não se limita a uma representação imediata, mas ainda depende do mundo concreto para chegar à abstração. Desenvolve também a capacidade de refazer um trajeto mental, voltando ao ponto inicial de uma situação.

Dos 12 anos em diante, a representação agora permite a abstração total. A criança não se limita mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, mas é capaz de pensar em todas as relações possíveis logicamente, numa etapa que se denomina lógico-formal (PIAGET, 1969).

O psicólogo norte-americano Howard Gardner, em seus estudos sobre as inteligências múltiplas do ser humano, estruturou em sete as chamadas inteligências humanas, mas é o pensador austríaco Rudolf Steiner que em 1919 criou a chamada "Pedagogia Waldorf", que define os estágios (setênios) em que algo deve ser introduzido na educação de uma pessoa.

Abaixo estão relacionados os três primeiros e principais setênios da Pedagogia Waldorf, uma vez que acima de 21 anos (terceiro setênio) todo o aprendizado se torna mais difícil.

	Visão do mundo	Características
Primeiro Setênio (1-7 anos)	Mundo bom	Criança aberta ao ambiente; educação baseada na fantasia imaginada e no ritmo; o local deve servir para brincar e aprender fazendo; visão de professor/mãe.
Segundo Setênio (8-14 anos)	Mundo belo	Criança controla razoavelmente a sua vontade; educação baseada na estética artística, incentivando a imaginação; deve-se evitar a rigidez; visão de professor generalista.
Terceiro Setênio (15-21 anos)	Mundo verdadeiro	Jovem individualiza gradativamente seus pensamentos; busca da compreensão de fenômenos; educação baseada em explicações de conceitos e modelagem matemática; visão do professor especialista.

Fonte: <http://www.api.adm.br/ufrj/WSetzer.htm>. Acesso em 5 abr. 2005.

Quadro 1: Setênios da educação de uma pessoa.

Complementando as idéias de Rudolf Steiner, Setzer (2005) criou um sistema que une os setênios ao uso de computadores nas diversas faixas etárias. Assim sendo, instituiu que a partir dos quatro anos é o período ideal para uma pessoa iniciar a ter contatos com o computador, usando programas interativos e de aprendizagem básica.

Planilhas, editores, sistemas gráficos e gerenciadores de bancos de dados, que forcem um raciocínio lógico-matemático, com uso de linguagens formais, somente devem ser apresentados aos estudantes a partir do Ensino Médio.

E, a partir dos 17 anos, quando o estudante está entrando na faculdade, pode ocorrer o real uso do computador como ferramenta para a educação, já que é enquanto instrumento o computador passa a ser visto como um facilitador e não um substituto do talento de um bom professor.

EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA

Valente (2005) faz uma distinção entre o aprendizado sobre computadores e o uso de computadores na educação. A primeira é essencial para que a segunda entre em prática, pois o estudante precisa saber computação para depois colocá-la em prática. Sobre isso faz uma dura crítica: "as escolas oferecem cursos de computação onde os estudantes, trabalhando em duplas, têm acesso ao computador somente uma hora por semana, quando muito".

Sem dúvida, o computador é uma máquina interativa e fascinante. Para Komosinski (2000),

[...] o segundo grande diferencial do computador sobre as demais tecnologias é o fato de ele ser uma máquina interativa. Isto quer dizer que, além de transportar conhecimento (tal como fazem a televisão e a transparência), o computador pode dialogar (ainda que de forma limitada se comparada com o diálogo entre pessoas) com o seu usuário. Ele também potencializa o diálogo entre as pessoas, permitindo que elas sejam autores do seu conhecimento. Esta perspectiva se opõe àquela das máquinas tradicionais que restringem as pessoas

ao papel de receptoras do conhecimento produzidas por terceiros.

A Informática na Educação consiste também na introdução de recursos informáticos, especialmente computadores, com apoio para a atividade didática. Com ela, surgem muitas propostas enquanto outras são remodeladas. Na concepção de Valente (2005), aprender a aprender, ocorre quando "o estudante está criando suas próprias soluções, está pensando e aprendendo sobre como buscar e usar novas informações (aprendendo a aprender)".

As primeiras discussões acerca do uso da Informática na Educação começaram a ocorrer de forma mais presente e maciça no início da década de 1980, com a realização dos primeiros congressos, seminários e simpósios da área.

No entanto, o Brasil iniciou propriamente a busca de um caminho para informatizar a educação em 1971, quando pela primeira vez se discutiu o uso de computadores no ensino de Física (USP/São Carlos).

Em 1973, algumas experiências começaram a ser desenvolvidas em outras universidades, usando computadores de grande porte como recurso auxiliar do professor para ensino e avaliação em Química (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e para o desenvolvimento de *software* educativo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em 1982, com a explosão de vendas dos PCs e a proliferação de *softwares*, alguns voltados especificamente para a educação, Harriott *apud* Chaves (1988) afirmou, o que para nós, hoje, parece um futuro muito próximo, que "há uma possibilidade bastante acentuada de que antes do final deste século os estudantes venham a receber toda a sua instrução através de computadores, sem, absolutamente, nenhum contato com professores vivos".

Um ano após, em 1983, Harriott; Sinclair *apud* Chaves (1988) foi mais longe ao afirmar que "o computador substituirá não só a Encyclopaedia Britannica, mas também a escola". Entretanto, a revolução proposta por eles não ocorreu da forma acentuada como definiram. Ainda hoje, o Brasil está engatinhando nesse aspecto, apesar dos grandes avanços alcançados em algumas áreas.

FERRAMENTAS DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Sem ferramentas para o aprendizado, a Informática na Educação se torna apenas um mero conceito.

Alguns recursos tecnológicos freqüentemente utilizados para a produção do conhecimento são banco de dados, imagens, textos, gráficos, sons, multimídias e hipermídias, jogos, entre outros, presentes muitas vezes dentro de um único CD. Outra ferramenta de apoio que surge,

e de capacidade indiscutível, é a *Internet*, com seus bate-papos, *e-mail*, fóruns de discussão.

No entanto, de nada adianta termos todas essas tecnologias se não há vontade de aprender por parte do estudante. Nada funcionará se o professor trouxer a ferramenta, mostrar aos seus educandos o funcionamento da mesma e eles não colaborarem com o processo de aprendizagem, ignorando a aula e ficarem usando o computador de forma não participativa.

Alves (2005) ilustra muito bem esse cenário de subutilização das máquinas. Segundo ele,

para haver um ensino significativo que abranja todos os educandos, as aulas precisam ser mais participativas, interativas, envolventes, os estudantes devem se tornar 'agentes' da construção de seu próprio conhecimento, o professor por sua vez estará utilizando a tecnologia para dinamizar as aulas e orientar os educandos na construção de seu saber.

SOFTWARES EDUCACIONAIS

Dentre as várias formas de se desenvolver ambientes computacionais que favoreçam o processo ensino-aprendizagem, destaca-se o *software* educacional, que segundo Lucena (1992), "é todo aquele programa que possa ser usado para algum objetivo educacional, pedagogicamente defensável, por professores e estudantes, qualquer que seja a natureza ou finalidade para o qual tenha sido criado".

Seu conceito, no entanto, é muito mais abrangente, como bem define Oliveira e Silva (1998): *softwares* educacionais "são programas de computador que possuem uma proposta de ensino com um objetivo educacional pré-definido e que se proponha a auxiliar na aprendizagem de conteúdos e habilidades mediante a utilização de uma interface computadorizada".

Valente (2005) explica os tipos de *softwares* educacionais existentes, fazendo relações e citando tipos, conforme explicações prévias de Taylor (1980); Knezek; Rachlin; Scannell (1988):

Taylor classifica os *softwares* educativos em tutor (o *software* que instrui o estudante), tutorado (*software* que permite o estudante instruir o computador) e ferramenta (*software* com o qual o estudante manipula a informação). Assim, o tutor equivale aos programas do pólo onde o computador ensina o estudante. Os *softwares* do tipo tutorado e ferramenta equivalem aos programas do pólo onde o estudante 'ensina' o computador. Já outros autores preferem classificar os *softwares* educativos de acordo com a maneira como o conhecimento é manipulado: geração de conhecimento, disseminação de conhecimento e gerenciamento da informação.

O *software* educacional poderá vir a ser uma saída para o professor estressado das aulas expositivas, além de

representar uma forma de o educador avaliar as dificuldades da turma na sua matéria. Nas palavras de Vallin (2005),

os *softwares* educativos, como são chamados, tentam substituir a interação pessoa *versus* pessoa pela interação pessoa *versus* máquina. Ou porque o professor não consegue dar atendimento individual, ou porque não se consegue ter professor em quantidade suficiente, ou porque é mais barato prover a sociedade com máquinas do que com professores, por qualquer um desses motivos a máquina é chamada para interagir diretamente com o indivíduo. Embora se fale muito que a máquina não veio para substituir o homem, na sala de aula ela chega bem perto. O professor nesse momento aproveita para observar seus estudantes e suas dificuldades, o que poderá servir de subsídio para a preparação da próxima aula. Às vezes, ele está tão esgotado e aproveita esse momento para refazer seu fôlego.

OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Objetos de aprendizagem, segundo Sá Filho (2005) *apud* Brião; Nogueira (2005), são "recursos digitais que podem ser usados, reutilizados e combinados com outros objetos para formar um ambiente de aprendizado rico e flexível".

Eles representam o passo inicial para o desenvolvimento de *softwares* educacionais. No entanto, eles se encontram em um patamar embrionário ainda, sem muita fundamentação e desenvolvimento, mas podem representar uma nova forma de produção de conhecimento futuramente. Segundo Brião; Nogueira (2005),

Embora os objetos de aprendizagem ainda não possuam definições mais precisas sobre seu padrão de desenvolvimento, formato, tamanho, armazenamento e disponibilização, é inquestionável que representam um novo recurso para o processo de produção de conhecimentos. A utilização deste recurso valoriza o perfil (identidade) do estudante, ou seja, suas habilidades cognitivas, ao mesmo tempo em que possibilita ao professor flexibilizar seu conteúdo visando adequá-lo às necessidades de cada ambiente educacional.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A parte empírica deste trabalho se constituiu inicialmente na análise das necessidades e posterior desenvolvimento de um *software* educacional para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

O mesmo se constitui de 16 objetos de aprendizagem, distribuídos entre as quatro séries, que a levam ao pensamento e à tomada de decisão sobre algum problema

proposto. O programa levou o nome de *Software* Educacional Puff, em alusão ao desenho animado Pooh, propriedade da Disney.

Foi construído um personagem, o Puff, para animar o programa e guiar o educando ao longo das telas. A figura 1 mostra o mesmo:



Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDÃO, 2006.
Figura 1: Puff.

A ferramenta utilizada para o desenvolvimento do *software* Puff foi o Microsoft® PowerPoint, integrante do pacote Office. Este programa se constitui em uma poderosa ferramenta de apresentação de *slides*. Na elaboração propriamente do *software*, utilizaram-se principalmente as ferramentas de *hiperlink* para passagem de *slides* e avanço para outras telas que continham instruções que a criança poderia seguir, bem como recursos primários como inserção de figuras e *gifs* que animavam as apresentações.

Antes de se partir para a elaboração do *software* educacional, fez-se uma análise dos já existentes para o uso de idéias. Assim sendo, foi avaliado o Coelho Sabido, a Coleção Tia Tânia, o ABC da Mônica e o *Software* Educacional Pró-Ciências – Biologia da Universidade de Passo Fundo, além de projetos de *software* educacional de estudantes da UPF orientados pelo professor Edemilson Brandão. Estes dois últimos, constituem-se em uma coletânea de diversos programas desenvolvidos em Microsoft® PowerPoint, a ferramenta utilizada neste trabalho para a construção do Puff.

A figura 2 mostra uma compilação das telas de outros programas utilizados como subsídios para a posterior elaboração do Puff.



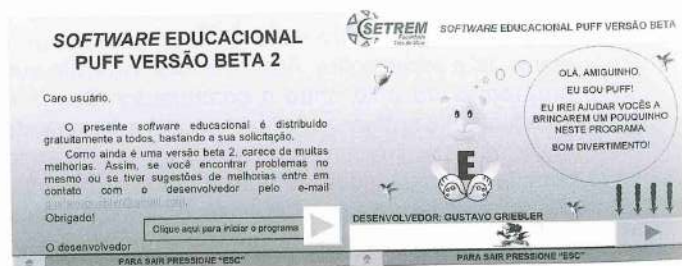
Fonte: Coelho Sabido, Coleção Tia Tânia, Pró-Ciências – Biologia.
Figura 2: Algumas telas de *softwares* educacionais.

Depois de feita toda a análise tomando por base os modelos existentes e uma conversa com uma pedagoga para ver as atividades que se adaptariam em cada série, iniciou-se a elaboração do *Software* Educacional Puff em sua versão beta. Ele se constitui em um ambiente interativo e um jogo que se propõe a divertir a criança. Ao fazer a criança pensar em alternativas para solucionar problemas, está fazendo com que a mesma construa seu conhecimento, fugindo do modelo tradicional de ensino, que privilegia a passagem de saberes. Foram dispensadas, nessa primeira fase, aproximadamente 100 horas de “programação” em PowerPoint.

A versão beta do programa se constituía em dez objetos de aprendizagem para a primeira e terceira série. Concluída esta etapa, em julho deste ano, realizou-se uma experiência com o mesmo em uma turma de terceira série de escola pública, no mesmo mês.

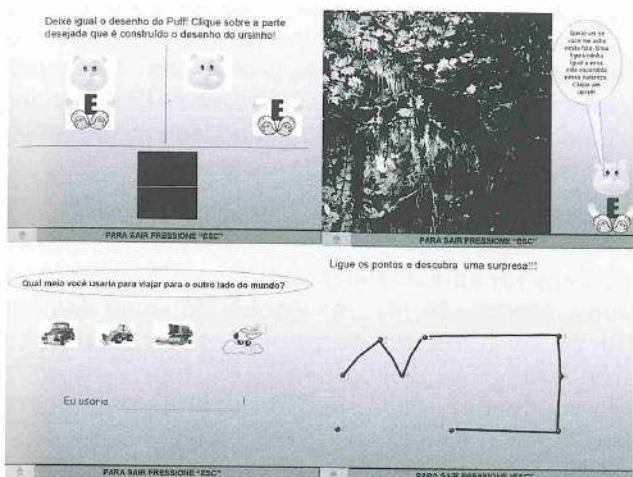
A partir dos resultados obtidos com a aplicação de uma pesquisa entre os estudantes, passou-se à elaboração da versão beta 2 do *software*, em agosto mesmo, com mais aproximadamente 50 horas de programação, terminando esta etapa em outubro. Melhorias foram apresentadas no programa com a inserção de atividades para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Cada uma recebeu quatro tarefas, totalizando 16 ao total no programa.

Na figura 3, são apresentadas as telas de abertura do *software* bem como a tela principal com os objetos desenvolvidos.



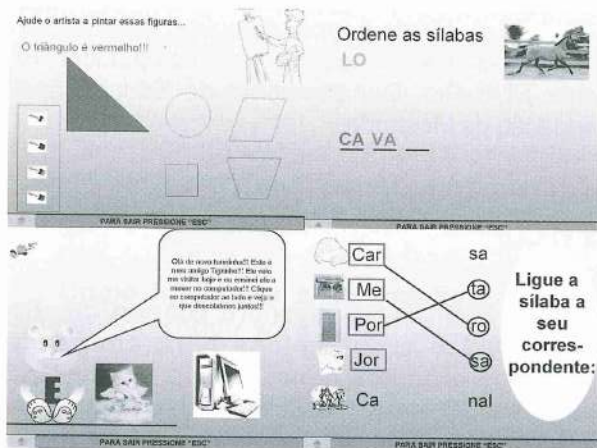
Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDÃO, 2006.
Figura 3: Telas iniciais do Puff.

Para a primeira série, as atividades foram um “quebra-cabeça animado”, um “ligar pontos”, um “caça-puff” e um “qual meio”. A figura 4 mostra uma compilação das telas dessas atividades.



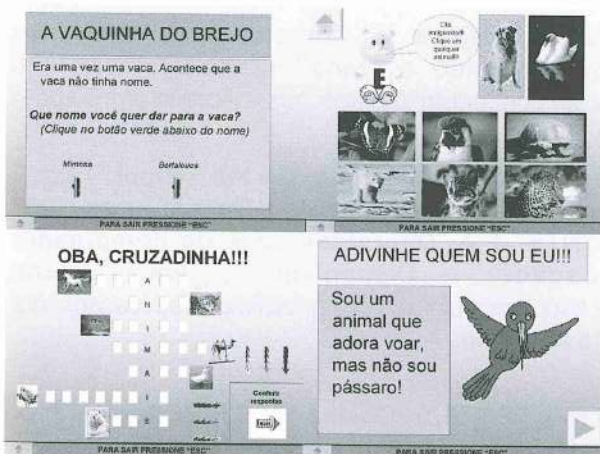
Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDAO, 2006.
 Figura 4: Objetos da primeira série.

Para a segunda série, as atividades foram “ajude o pintor”, “descobrimdo o computador”, “ordenar” e “ligar palavras”. A figura 5 mostra uma compilação das telas dessas atividades.



Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDAO, 2006.
 Figura 5: Objetos da segunda série.

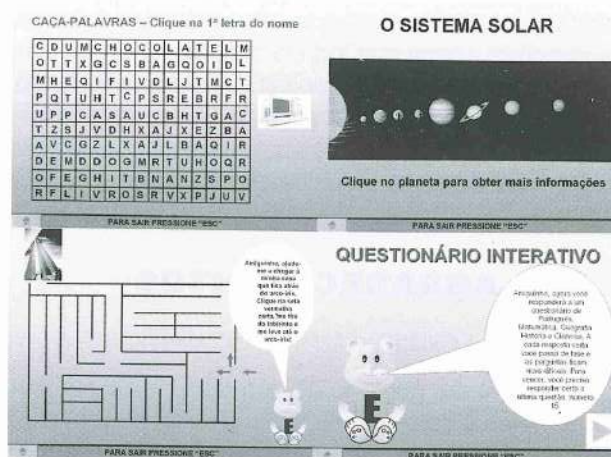
Para a terceira série, as atividades foram “a vaquinha do brejo”, “descobrimdo os animais”, uma “cruzadinha” e um “adivinha quem sou eu”. A figura 6 mostra uma compilação das telas dessas atividades.



Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDAO, 2006.

Figura 6: Objetos da terceira série.

Para a quarta série, as atividades foram “caça-palavras”, “labirinto”, “sistema solar” e “questionário”. A figura 7 mostra uma compilação das telas dessas atividades.



Fonte: GRIEBLER; BENEDETTI; BRANDÃO, 2006.
 Figura 7: Objetos da quarta série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas propostas para a modificação do panorama que se vive atualmente com a sala de aula tradicional serão sempre bem-vindas junto à comunidade acadêmica, já que propõem modelos novos. O uso de recursos informáticos na educação está se tornando uma realidade, assim como tentou ser o *software* exposto neste estudo. Da mesma forma, neste trabalho não se buscou uma forma de substituir o modelo existente, apenas inferiu-se uma nova forma de produção do conhecimento extra-sala-de-aula. Este *software* pode possibilitar uma fuga temporária do modelo educacional de ensino desgastante para muitos de hoje em dia.

Este trabalho é o término de dois anos de pesquisa que englobou a produção e experimentação de um *software* a partir de uma fundamentação teórica. O programa construído em suas duas versões, beta e beta 2, é distribuído gratuitamente junto à comunidade acadêmica e aos demais interessados, bastando a sua solicitação ao desenvolvedor. O mesmo também pode ser baixado sem ônus na página da *Internet* da instituição financiadora do projeto no endereço www.setrem.com.br.

Como o mesmo foi finalizado em versão beta, carece de algumas melhorias. Entretanto, optou-se por deixá-lo assim e desenvolver mais futuramente um modelo um pouco melhor de ensino, já que o Puff é propriamente um jogo para divertir as crianças, fazendo-as ter uma fuga temporária da sala de aula como forma de diversão, encontrada no computador. Também se pensou em adaptar o *software* em outra ferramenta, como o *Flash* da Macromedia®, dando mais dinamicidade ao programa. No entanto, como a proposta do estudo era demonstrar a potencialidade de uma ferramenta de apresentação na construção de *softwares*, permaneceu-se com o PowerPoint.

Dando-se um fechamento em tudo o que foi exposto até aqui, pode-se fazer uma pequena comparação entre o uso da Informática na Educação e mais especificamente do *software* educacional com a *Internet*. Em seu livro "Os Bastidores da *Internet* no Brasil", Eduardo Vieira fala que a *Internet* ainda não teve grande crise para desaparecer, já que o jornalista afirma que toda tecnologia tem um advento, um auge e um declínio ou estabilização. Acerca da *Internet*, pode-se dizer que ela está chegando na segunda fase – do auge – e os *softwares* educacionais estão ainda na fase do advento, subdividida na etapa da especulação.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à SETREM que tem financiado a bolsa de iniciação científica, bem como à professora orientadora da pesquisa Vera Benedetti, bem como ao co-orientador externo professor Edemilson Brandão. Da mesma forma, agradeço ao Michel de Souza, pela elaboração do personagem deste trabalho e, naturalmente, à minha família, que é o meu esteio natural e que sempre me apoiou nos estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABC TURMA DA MÔNICA. São Paulo: FTD, 1998. (1 CD)

ALVES, Moisés Pereira. **A Informática como ferramenta auxiliar na construção do conhecimento dentro e fora da escola.** Disponível em <http://www.pedagogia.pro.br/informatica_na_escola.htm>. Acesso em: 4 abr. 2005.

BRANDÃO, Edemilson Jorge Ramos. **CD Software Educacional** – subsídios para a escola. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

BRIÃO, Adriana Horst; NOGUEIRA, Meire Cristina de Almeida. **Objetos de aprendizagem:** conceitos, aplicações e padrões para desenvolvimento com ênfase no componente curricular de língua portuguesa. Três de Maio: Programa de Pós-Graduação em Tecnologias e Aplicações em Sistemas de Informação, Sociedade Educacional Três de Maio, 2005 (Monografia de especialização).

CHAVES, Eduardo O.C. **O uso de computadores em escolas:** fundamentos e críticas. In: CHAVES, Eduardo O.C.; SETZER, Valdemar W. **O uso de computadores em escolas.** São Paulo: Scipione, 1988. Disponível em <<http://www.edutecnet.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

_____. **Computadores, Educação e Logo.** Disponível em <<http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/informed.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2005.

_____. **Conceitos básicos de Tecnologia na Educação e Ensino à Distância.** Disponível em <<http://www.edutecnet.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

COOMBS, Norman. **Teaching in the Information Age.** EDUCOM Review, v.27, n. 2, 28-31, march-april 1992. Versão em português de Laura Coutinho – **Ensinando na Era da Informação.** Disponível em <<http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/199.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

GRIEBLER, Vilson Renato. **Aprendizagem Cooperativa via Internet.** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. (Dissertação de mestrado)

KNEZEK, G.A.; RACHLIN, S.L.; SCANNELL, P. (1988). **A taxonomy for educational computing.** Educational Technology, March, 28 (4). In: VALENTE, José Armando. **Diferentes usos do computador na educação** – introdução. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ27a.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2005.

KOMOSINSKI, Leandro José. **Um novo significado para a Educação Tecnológica fundamentado na Informática como artefato mediador da aprendizagem.** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. (Tese de doutorado)

LUCENA, M. A. **Gente é uma pesquisa:** desenvolvimento cooperativo da escrita apoiado pelo computador. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 1992. (Dissertação de Mestrado)

MEGAFILE INFORMÁTICA. **Coleção Tia Tânia.** S.I.:s.n., 2003. (1 CD)

OLIVEIRA E SILVA, Cassandra Ribeiro de. **Bases pedagógicas e ergonômicas para concepção e avaliação de produtos educacionais informatizados.** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 1998 (Dissertação de Mestrado). Disponível em <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/ribeiro/#A>. Acesso em: 23 mai. 2005.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SETZER, Valdemar W. **Computadores na educação:** porquê, quando e como? Disponível em <<http://www.api.adm.br/ufrj/WSetzer.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2005.

TAYLOR, R.P. **The computer in the school:** Tutor, Tool, Tutee. New York, USA: Teachers College Press, 1980. In: VALENTE, J. A. **Diferentes usos do computador na educação.** Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao>>. Acesso em 15 abr. 2006.

TLS PROPERTIES. **Coelho Sabido Maternal.** S.I.:s.n., 1997. (1 CD)

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Software Educacional Pró-Ciências - biologia**. Passo Fundo: s.n., 2004.

VALENTE, José Armando. **Análise dos diferentes tipos de software usados na educação**. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. Salto para o futuro: TV e Informática na Educação. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

_____. **O uso inteligente do computador na educação**. Disponível em <<http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/215.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

_____. **Diferentes usos do computador na educação – um pouco de história**. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ27a.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2005.

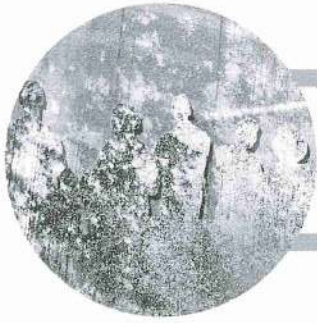
_____. **Por que o computador na educação**. Disponível em <<http://www.proinfo.gov.br/indexSite.php?op=P>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José de. **Visão analítica da Informática na Educação no Brasil: a questão da formação do professor**. Disponível em <<http://www.proinfo.gov.br/indexSite.php?op=P>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

VALLIN, Celso. **Como usar o computador na escola**. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/artigos/tecnologia/0006>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

_____. **Como implantar a Informática na escola**. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/artigos/tecnologia/0007/#1>>. Acesso em: 16 mai. 2005.

VIEIRA, Eduardo. **Os bastidores da Internet no Brasil**. São Paulo: Manole, 2003.



EDUCAR PELA PESQUISA: PROCESSOS DE ESTUDO E APRENDIZAGEM COM PESQUISA¹

Roque Ismael da Costa Güllich, MSc.²

RESUMO

O texto que aqui apresentamos discute e possibilita a reflexão em educação, a partir da perspectiva do Educar pela Pesquisa. Inicialmente faz referência a Educação e a Escola de forma ampla e a pressupostos da matriz teórica do Educar pela Pesquisa; depois, sistematiza resultados iniciais que são parte/fruto do trabalho desenvolvido com a equipe de professores da SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Giruá – RS, que estão envolvidos num grupo de estudo e pesquisa referente à temática central da discussão.

Palavras-Chave: Educar pela Pesquisa, Formação Inicial e Continuada.

ABSTRACT

The text that here we present discusses and facilitates the reflection in education, starting from the perspective of Educating by the Research. Initially it makes reference the Education and the School wide and presupposed form of the theoretical head office of Educating for the Research; later it systematizes first results that are part/fruit of the work developed with the teachers' of SMEC team - Municipal Secretary of Education and Culture of Giruá - RS, that are involved in a study group and research regarding the thematic central of the discussion.

Key Words: *To educate for the Research, Initial and Continuous Formation.*

1 Texto sobre os conceitos iniciais acerca do educar pela pesquisa, produzido com base em leituras referenciais da área e textos produzidos pelos integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa da Equipe da SMEC/Giruá-RS: Ana Luisa Silva de Abreu – Professora de Ed. Infantil - Pedagoga; Dalila Gertz – Professora de Ed. Infantil - Pedagoga; Evald Essemberg – Professor de Séries Iniciais; Joseana Stecca Farezim – Professora de Biologia; Katiussa do Amaral Grosse – Professora de Matemática e Física; Marilaine Fátima da Costa Güllich Tolomini – Professora de Língua Portuguesa; Palmieri Ruschel Wielens - Professora de Educação Física; Solange Terezinha Rothenbach – Professora de Séries Iniciais - Pedagoga.

2 Secretário Municipal de Educação e Cultura: SMEC de Giruá-RS, Licenciado em Ciências Biológicas e Mestre em Educação nas Ciências – Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa. Professor da Rede Pública Estadual do RS e da Faculdade Três de Maio – SETREM. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Educação Científica e Tecnológica – Pesquisador Líder. Membro do Núcleo de Pesquisa em Educação da SETREM – NUED.

1 UMA BREVE INTRODUÇÃO: TEORIZANDO SOBRE O EDUCAR PELA PESQUISA

Educação é sobretudo formar a autonomia crítica e criativa do sujeito histórico competente (DEMO, 2000, p.10).

Na EDUCAÇÃO, acreditamos que o “Educar pela Pesquisa”, enquanto práxis do professor, torna-se mais que uma simples metodologia; é um princípio básico do ensino. Educar pela pesquisa pressupõe um trabalho que supera a lógica tradicional de pesquisa em casa, põe fim à cópia, superando os antigos paradigmas de trabalhos escolares e abrindo a possibilidade de, através da educação/trabalho do professor e disciplina(s), mostrar que o caminho da pesquisa uma vez aprendido pode ser adaptado a qualquer situação de aprendizagem, necessário à formação acadêmica e à vida profissional das diferentes áreas do conhecimento.

O trabalho com pesquisa nas Escolas supera a própria lógica da pesquisa aplicada nos programas feiras, projetos de exigência formal ou meramente comprobatória e sem comprometimento. Ele mostra ao professor e ao aluno possibilidades novas de pensar e repensar suas perguntas e constantemente reorganizar idéias, problemas, sínteses e conclusões, além de se configurar em um processo de docência com pesquisa, em que prática e teoria estão imbricadas na Práxis do ensino e da aprendizagem, ou seja, como afirma Demo (1999, p. 247), teoria e prática devem estar sempre costuradas.

A Pedagogia, Ciência da Educação (Cf. MARQUES, 1996), tem, ao longo de seus mais de 60 anos de história brasileira, demonstrado que a Educação deve de fato ser pensada e assumida como uma Ciência. Com isso, pode-se perguntar que matriz teórica ou paradigma sustenta as práticas docentes na Escola? Que metodologia de base é utilizada para planejar-organizar-executar os projetos pedagógicos e metodicamente a produção do conhecimento em aula? E cabe também perguntar, quando a educação: os processos de ensinar e aprender tornam-se Ciência?

As investigações em Educação aumentam dia-a-dia tanto no âmbito da Universidade como nas demais instituições de pesquisa e de ensinagem. A pesquisa, portanto, começa a atravessar a Escola com um significado diferenciado, não mais o de simples cópia ou resumo de livros e enciclopédias, mas como aporte da produção conceitual (MARQUES, 2000).

A pesquisa na Escola se inseriu tradicionalmente, via área de ciências, m, todavia não é sua única forma de expressão. Portanto cabe questionar: quando as ciências deixam de ser Ciência? E quando as outras áreas do conhecimento destacam-se na Escola como Ciência?

Dois aspectos são muito importantes no contexto destas perguntas: Primeiro que ensinar ciências não significa

produzir Ciência, não quando é reproduzido apenas o conhecimento (conteúdo) historicamente acumulado e depositado nos livros; segundo que a arte, a linguagem, a matemática e as ciências sociais também se constituem em importantes conhecimentos da humanidade, produzidos pela Universidade. Assim sendo, nem toda aula de ciências produz conhecimento via pesquisa e, portanto, deixa de trabalhar/significar conceitos científicos.

Na real extensão dos sentidos e significados da palavra Ciência decorre de um conjunto de conhecimentos sistematizados através da lógica da pesquisa tendo como princípio o método científico; com isso, passam a existir “Ciências” e não mais uma única ciência no contexto da organização da diversas áreas do conhecimento.

Cabe explicitar que a intecomplementaridade entre as Ciências e suas diversas subáreas é sumariamente necessária como afirma Marques (2002) e, neste sentido, vale ressaltar que, para além da necessidade de “interlocução e complementaridade”, deve ser estabelecida uma “dinâmica [...] no interior das comunidades argumentativas abertas ao confronto com os dinamismos socioculturais [entre] as áreas do saber” (p.14). Outro aspecto fundante deste referencial acerca do Educar pela Pesquisa é a razão comunicativa, ou seja, o paradigma da ação comunicativa colocado como eixo norteador da argumentação, proposta defendida por Demo(1994), apontada por Moraes (2000) e Marques (2002), baseados na teoria do filósofo alemão Habermas (1989).

Esta matriz teórica mais ampla dentro da qual se apóiam os estudos do educar pela pesquisa deve ser assumida e melhor compreendida pelo grupo de professores que a estuda, que a diz praticar. Ela também se articula com os argumentos da perspectiva sócio-histórica ou histórico-cultural de Vigotski (2001), pois a produção conceitual é sempre mediatizada pela linguagem num esquema que articula o pensamento. Assim, tanto o uso da linguagem na produção de sentidos e significados às palavras como o uso para socialização/comunicação destes conceitos perpassa a intersubjetividade dos sujeitos históricos que se apropriam e produzem conhecimento, validando e reconstruindo os conhecimentos. Assim, teoria e prática se aliam num processo reflexivo e dialógico: o ensino e a aprendizagem.

Se as áreas do conhecimento estão organizadas, interagindo entre si e com a sociedade e produzindo conceitos, então, torna-se claro que se utilizam de método (científico) para tanto. Produzir Ciência não é também, somente ensinar através do ensino experimental de laboratório que, na maioria das vezes, desenvolve-se repetindo experimentos em aula prática e deduzindo-se resultados. Em contrapartida, o ensino a partir das aulas práticas pode levar ao estudo e observação de fenômenos diversos, inclusive no ambiente natural, por exemplo.

Que é então produzir Ciência na Escola? Alguns dos aspectos mais relevantes do processo do Educar pela Pesquisa como princípio do processo de produção de conhecimentos contribuem para discussão acerca da Docência com Pesquisa de forma a sugerir: - a Escola como

2 SOBRE O GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA: METODOLOGIA

um lugar espaço/tempo que oficializa o saber científico; - o Projeto Pedagógico da escola como identidade e articulado entre professores e comunidade como documento que emerge da autonomia do coletivo que o produz; - a identidade do professor como pesquisador (DEMO, 1999); - a produção de leitura e escrita na sala de aula; - a sistematização dos saberes; - a argumentação contextualizada; - a coletividade emergida das diferenças; - a autonomia intelecto-social do cidadão/estudante crítico frente à realidade e ao processo de ensino com pesquisa, que examina sua trajetória, seu potencial e é sujeito de sua aprendizagem.

Este conjunto de quesitos básicos que dão suporte ao Educar pela Pesquisa, preconizados por Demo (2000), priorizam a produção textual, a discussão coletiva e o aproveitamento de experiências dos alunos na busca do diálogo crítico, do questionamento e da elaboração própria que possibilite autonomia, conforme afirma também Moraes; Galiazzi; Ramos (2002).

A autoria, a identidade e a elaboração própria se tornam visíveis e inter-relacionadas no processo de ensino-aprendizagem quando os docentes se assumem como pesquisadores, adquirindo uma perspectiva teórica na sua identidade e prática e são transpostos o rigor, o clássico e o tradicional, transcendendo-se a lógica reproducionista/copiante do ensino, fazendo e educando com pesquisa e modificando assim, a sua Ciência. Não se carece de uma grande descoberta para sermos cientistas, mas precisa-se educar e fazer pesquisa para contribuir com nossa Ciência.

O ensino das “Ciências” (história, biologia, língua inglesa, educação infantil, geografia, ed. física, matemática,...) passa, então, por um processo de reorganização didático-metodológica. O processo de pergunta, da diferença, do desconfiar do livro, da valorização do saber cotidiano passa a tomar forma e articular um período em que se prioriza a reflexão ante e pós a ação pedagógica: um outro (novo/diferente) contrato (sócio-histórico) com o conhecimento – a pesquisa, como forma de produção.

Neste redimensionamento pedagógico, o professor se torna o ator principal, pois na prática – a sala de aula e seus produtos - depende de que matriz teórica o sujeito – professor assume, da forma como ele compreende o ato de ensinar e aprender e de sua postura/conduta frente à Ciência. Assim, se o professor entender que tem o papel de levar/sensibilizar os alunos a vislumbrar o mundo com os olhos de sua ciência, estará contribuindo para menor ingenuidade social, para o aumento da alfabetização científica e para aproximação entre Ciência e Sociedade.

A partir dos pressupostos assumidos acima e no intuito de ampliar os entendimentos sobre o educar pela pesquisa de professores da Secretaria de Educação da Rede Municipal de Ensino de Giruá-RS, iniciou-se um grupo de estudos e pesquisa que será apresentado neste texto e dele decorre a análise de parte do estudo empírico que será discutida posteriormente.

Este texto-análise dos conceitos iniciais sobre educar pela pesquisa surgiu do trabalho de um grupo de professores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Giruá-RS e tem como objetivo central apresentar os conceitos fundamentais que cada um dos 10 integrantes do grupo de estudo e pesquisa sobre esta temática transcreveu em um dos primeiros encontros de 2006, segundo ano de encontro e estudos do grupo. No primeiro ano, estudamos quatro textos sobre a questão do educar pela pesquisa: um sobre os conceitos e pressupostos teóricos, um sobre o projeto pedagógico com pesquisa, outros dois sobre o uso da pesquisa em sala de aula. Além disso, o grupo participou de palestras sobre a temática e iniciou a constituição de leituras de referência. No segundo ano, 2006, o grupo tem se reunido semanalmente para estudo e discussão de textos que apresentam a perspectiva pedagógica do educar pela pesquisa, fazendo o aprofundamento teórico sobre esta perspectiva.

Os estudos realizados através de leitura e escrita de textos constituíram um portfólio individual, de uso coletivo pelo grupo. Para Hernández (1998 apud MORAES, 2000), o portfólio se constitui num modo de organização da produção (textual) em pesquisa, através do qual cada sujeito do grupo pode acompanhar seu próprio desenvolvimento e refletir sobre sua aprendizagem.

As idéias constituídas na interação coletiva passadas ao papel serão apresentadas e discutidas de forma a colocar em xeque os principais conceitos já elaborados pelo grupo acerca do educar pela pesquisa.

O grupo de estudo e pesquisa da SMEC em 2006 logo aparece como espaço-tempo de educação continuada e se torna lugar de conflito, de disputa, de discussão-reflexão, de produção de identidade e autonomia, como afirma Palma (2006), o “educar pela pesquisa provoca, intriga e acalma” e nas palavras da Gasânia (2006) que diz que devemos “educar para podermos desafiar nosso aluno”, ficando nítido o entendimento de que o grupo e os encontros serão nosso caminho/mecanismo de aprofundamento teórico, de interações e de situações de aprendizagens.

3 OS CONCEITOS INICIAIS SOBRE O EDUCAR PELA PESQUISA DE UM GRUPO DE PROFESSORES: Resultados

Em 2006, o grupo de estudo e pesquisa decidiu, além de intensificar os encontros de leitura e discussão, desafiar-se em escrever, elaborando de forma individual, inicialmente, textos que apresentem nossos conceitos e entendimentos sobre a educação com pesquisa ao longo do ano e, posteriormente, textos coletivos, estruturando nossa forma de pensar e nossos modos de agir pedagogicamente.

Para os professores Rosa, Hemerocálix, Gasânia e Hortência o conceito de educar pela pesquisa ainda não está definido, mas todos têm contribuições relevantes no seu discurso sobre seu papel no educar, seu processo e seu produto final. Rosa (2006) afirma que o processo de pesquisa exige que "tanto o professor e aluno estejam em constante busca"; Hortência (2006) relata que a pesquisa em aula pode levar o aluno a "decidir, ou criar sua própria concepção [sobre um terminado assunto ou conceito] do que pensa estar certo e assim defender [argumentar] suas idéias, tornando-se sujeito e não simplesmente mais um objeto na sociedade".

Demo (2000, p.16) faz referência à situação expressa por Hortência, afirmando que o "aluno não é objeto de ensino, é sujeito do processo, parceiro do trabalho", princípio que deve ser orientador da prática docente para educar alunos com potencial de modificar a sociedade a partir do envolvimento, ou seja, com participação e compromisso social, levando à "emancipação" (p.08). Neste sentido, Rosa (2006) complementa dizendo-nos que "a pesquisa torna os sujeitos do processo críticos e atuantes [e lhes confere] uma autonomia maior sobre sua formação". O Hemerocálix (2006), professor experiente, escreve em seu primeiro texto sobre o educar pela pesquisa que deve haver uma "necessidade de inserir-se novos métodos na maneira de educar, de formar, de preparar os seres para enfrentarem mudanças", pois o educar pela pesquisa trabalha na perspectiva de tornar os sujeitos autônomos, argumentativos e críticos, pois se trata de ensinar também a aprender a aprender (DEMO, 2000, p. 32), dar subsídios para que nossos alunos e professores possam continuamente pesquisar e ensinar pesquisando.

As professoras Palma, Petúnia e Margarida fazem afirmações intermediárias entre um conceito de educar pela pesquisa inicial já formulado e o papel deste na escola, como se utiliza e as partes do processo deste na aula com pesquisa. Assim, a professora Palma (2006) expõe: "a leitura do educar pela pesquisa propõe o crescimento do registro, do autocrescimento, do entendimento da linguagem, da necessidade das etapas, da evolução gradativa", pois como concorda a Margarida (2006),

os envolvidos no processo vão construindo individual e coletivamente uma idéia daquilo que pesquisam. Isto é importante porque vai desenvolvendo sua autonomia, tendo uma visão das coisas e construindo seus próprios conceitos, além de torná-los sujeitos mais participativos no meio social.

Aqui se apresentam dois conceitos centrais do processo de educar pela pesquisa: a autonomia e o papel social dos sujeitos envolvidos na sociedade, que podem ser lidos/compreendidos como autonomia intelecto-social, categoria final, produto esperado por níveis mais complexos do processo. Talvez nosso grupo começa a formar as raízes do entendimento da perspectiva que estamos estudando.

Já a professora Petúnia (2006) expressa que

o educar pela pesquisa é eu ter um objetivo de onde quero chegar, dar chão, subsídios de minhas idéias aos alunos e auxiliar estes nos caminhos da aprendizagem para que possamos concluir a pesquisa naquele momento sobre aquele assunto, mas que este sempre terá algo novo a acrescentar, já que nossos conhecimentos não são termináveis e sim aprimorados.

Notamos como as etapas que decorrem do educar pela pesquisa estão presentes no enredo dos textos trazidos na forma de fragmentos neste artigo, em especial, no discurso das Professoras Palma, Margarida e Petúnia, deixando evidente a necessidade de planejamento, organização e clareza de objetivos, o trabalho coletivo e os questionamentos, as verdades provisórias, colocando as conclusões em xeque, em dúvida, ou seja, em novas perguntas.

A Calêndula (2006) se expressa de forma muito clara quando apresenta em seu texto que

para mim, educar pela pesquisa é desafiar o aluno a buscar, é oportunizar ao aluno a construção do conhecimento através de questionamentos e dúvidas que ele próprio possui e precisa buscar, precisa descobrir resposta para estas dúvidas.

Nesta apropriação inicial, a professora Calêndula consegue expressar um dos princípios desta perspectiva pedagógica que é o educar pela pergunta, pelos desafios, que leve através dos questionamentos, pesquisa e argumentação a uma produção de conhecimento e ao conhecimento de um caminho possível ao estudo, produzindo autonomia.

A Petúnia (2006) deixa claro que o professor deve estudar, quando diz: "- eu professora necessito de um embasamento teórico maior", precisamos todos estudar e buscar aprofundamento, este é o papel do grupo de estudo e pesquisa. Ela acrescenta: "sou leiga [...], mas minha prática em sala de aula não está longe da pesquisa" (PETÚNIA, 2006). A professora Rosa (2006) também manifesta sua preocupação com o ensino pautado na pesquisa, dizendo que este requer "grande fundamentação teórica e constante revisão bibliográfica", e acrescenta que é necessário que "o grupo de pesquisa saiba quais são seus propósitos, suas perspectivas [objetivos, intenções]" (ROSA, 2006).

O professor Hemerocálix (2006) também expressa: "sinto-me leigo, mas com o grupo que temos acho que o trabalho vai ser muito proveitoso" e a Palma (2006) complementa dizendo que o educar pela pesquisa: "permite-me crescer mais uma vez, aprofundar meus conhecimentos, ampliar minhas dúvidas e até afirmar o que acredito". Estes entendimentos de que é preciso estudar e que a autonomia é fruto de acreditar no grupo e na argumentação individual posiciona o nosso grupo de estudo e pesquisa num lugar de autoridade, coletivo, de reflexão que vai levar à discussão e a um produto de pesquisa importante: clarificar nossos entendimentos e práticas sobre o educar pela pesquisa, com o tempo.

Neste contexto, a competência esperada do professor poderia ser assim resumida: a) *pesquisa*, para poder realizar questionamento reconstrutivo, com qualidade formal e política, unindo teoria e prática; b) *formulação própria*, sobretudo para se chagar a projeto pedagógico próprio; c) *teorização das práticas*, para exercitar autocrítica e crítica das práticas, retornando à teoria, inovando a teoria e a prática; d) *atualização permanente*, porque competência competente é aquela que, sobretudo sabe se refazer todo dia; e) *manejo reconstrutivo da instrumentação eletrônica*, para dar conta de maneira mais efetiva da [produção e comunicação] do conhecimento, e principalmente para trabalhar de maneira moderna o questionamento reconstrutivo (DEMO, 2000, p. 51-2 [grifos do autor]).

O papel do professor também aparece dentro do processo do educar pela pesquisa, como preponderante do sucesso. Calêndula (2006) afirma que “o professor neste processo se torna um mediador durante o ensino-aprendizagem, pois auxilia, conduz o aluno, mostra o caminho por onde ele deve ir para conseguir respostas para seus questionamentos” e enfatiza que o aluno “se torna sujeito da aprendizagem, pois é através da sua dedicação, da sua busca, a obtenção dos resultados da pesquisa” – produção do conhecimento na aula com pesquisa. Pois, conforme frisa Demo (2000, p. 34), o “professor deve orientar o aluno permanentemente para: - expressar-se de maneira fundamentada; - exercitar o questionamento sempre; - exercitar a formulação própria; - reconstruir autores e teorias; - cotidianizar a pesquisa”.

Esta lógica de superação do ensino tradicional, do tudo pronto e mastigado, pela busca é reafirmada pelas indicações de Demo (2000), quando escreve:

é claro que o procedimento de fazer o aluno procurar material coloca a necessidade de uma escola equipada minimamente, pelo menos com uma biblioteca incipiente [inicial], alguma enciclopédia, livros didáticos variados, além de outros componentes repetidamente usados para mostrar experiências, fenômenos, exemplos, etc. [CD, internet, por exemplo]. Quando só existe o livro didático, é preciso pelo menos fazer o aluno procurar nele o que interessa, usando-o mais como fonte de pesquisa, do que como manual ou receita (DEMO, 2000, p. 21).

O discurso de educar levando o aluno à busca, ao questionamento e educar pelo argumento, como afirma também Ramos (2002), não se sustenta sem um projeto pedagógico, sem uma estrutura formal escolar, sem educação continuada de professores e sem que cada professor assuma seu projeto pedagógico próprio e pessoal, através de uma postura e identidade de professor pesquisador.

Assim, podemos notar que estamos produzindo um conceito coletivo sobre a aula com pesquisa, que será gradual e constituído num processo ímpar, (des)contínuo, porém profícuo, de estudo e pesquisa. Pois, temos de assumir

nosso espaço de educação contínua como um lugar de “construção”, de um “espaço científico” (MORAES, 2000, p. 15). Um tempo e um espaço de “teorização das práticas” (DEMO, 2000, p. 44), que nosso grupo entende como preferencial para discutir e organizar: - o aprofundamento teórico do grupo; - a crítica e auto-crítica das práticas individuais e coletivas revisitadas pelo grupo; - a teorização das práticas em si; e - a melhoria e qualificação das práticas, de forma a propor que neste espaço possamos acompanhar o movimento articulado de estudo e pesquisa do grupo.

Notamos, ainda, a necessidade de descrever nossos medos e angústias iniciais, que também fazem parte do processo de estudo e pesquisa a que nos submetemos, como forma de suscitar a discussão de nossas interações com o educar pela pesquisa.

4 OS MEDOS E ANSIEDADES INICIAIS DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA: OUTROS RESULTADOS

A autonomia na escrita começa entrar em jogo neste momento de estudo e de pesquisa que nos revelamos, nos mostramos, e vai parecendo que somos impessoais, que achamos difícil assumir nossa posição. Ao mesmo tempo a autoria, a escrita de um texto individual sobre o educar pela pesquisa faz com que necessitemos nos assumir e nos apresentar de uma ou outra maneira, crescendo no individual e no (e com o) grupo, nesta dialética hermenêutica e necessária.

Neste contexto, a descrição dos “anseios, angústias, aprendizagens no decorrer da experiência” (GALIAZZI, 2003, p. 77), em diários de classe, por exemplo, facilitaram a análise das resistências ao processo e a forma como “forma modificando os posicionamentos iniciais [...] que apresentam sempre ansiedade, dificuldade e alguma resistência em relação ao que [está] sendo proposto” conforme Galiazzi (2003, p. 77), quando explicita caminhos metodológicos e processos cíclicos de uma pesquisa com professores de graduação e graduandos sobre o educar pela pesquisa. Mesmo que em nosso grupo estas resistências tenham transcorrido no ano anterior, elas estão presentes e são assumidas, quando na discussão dos textos de referência, confessamos que não compreendemos, que demoramos a entender o que está posto, por exemplo. A professora Gasânia (2006), declara: “apesar dos constantes medos que sinto a situações novas, estou à vontade [...]” para “crescer como pessoa, sujeito capaz”, o que mostra como estamos, também, desafiados.

Os membros do grupo, em sua maioria, notam que o coletivo é “uma oportunidade única de crescimento em conjunto” – palavras da Rosa (2006). A Hortência (2006) vai adiante nos objetivos do texto quando escreve: “preciso colocar no papel o que realmente penso”, comprometendo-se com seu processo de construção escrita, ou seja, de elaboração própria, justificando que tem consciência de que é capaz e pode então, produzir.

“Eu, como professora, tenho capacidade” diz a Calêndula (2006) e a Gasânia (2006) se sente “tranquila em vencer etapas”. Estas frases, retiradas dos textos das professoras do grupo trazem consigo suas delícias, suas autorias, suas identidades e apresentam tanto a capacidade em buscar e superar os conflitos, como a forma autônoma de expressão, capacidades que nós professores desenvolvemos nos muitos espaços e tempos de educação que participamos, através de nossas vivências. Para Moraes (2000, p.15), “assumir uma interpretação pessoal implica assumir uma compreensão e um sentido no texto trabalhado”, o que significa dizer que este é o caminho para o nível de reconstrução conceitual na produção de conceitos, através do educar pela pesquisa, nível este que leva os sujeitos do processo à autonomia.

Mesmo a maioria dos integrantes de nosso coletivo de discussão acreditando que temos somente a ganhar, emergem no grupo os medos e preocupações que despertam algumas ansiedades e angústias.

Assim, podemos perceber que as professoras expressam seus “medos e receios”, diz Petúnia (2006), a “insegurança” que relata a Margarida (2006) e a Hortênsia (2006), que se sente “angustiada”. Rosa (2006) comenta que processo de compreensão do que é educar pela pesquisa parece estar “lento”, para ela.

A angústia da Professora Hortênsia (2006) também flui da “experiência de estar estudando em meio a tantas pessoas, com diversas idéias”, pois o medo e o “respeito e ‘aceitação da autoridade’ dos que conheciam mais” (MORAES, 2000, p. 27) são dificuldades apresentadas por integrantes do grupo de pesquisa empírica de Moraes (2000), o que coloca este “desconforto” da Hortênsia como uma dificuldade inicial que pode ser superada através dos “debates e discussões em [...] grupo” (p.27), acolhendo as múltiplas vozes, dando voz e vez a todos, respeitando e criando espaço de autoria-autonomia.

O grupo tem oscilações, discrepâncias, heterogeneidades, ou seja, um exercício e exemplo de Pedagogia da Diferença, e é nesta teia-grupo que o professor coordenador se sente, ao mesmo tempo: “seguro, por acreditar na proposta e ter clareza do objetivo final: aprofundar o estudo e teorização da perspectiva e estender a perspectiva ao encontro das práticas nas escolas municipais”; e “preocupado, por verificar que o sonho e utopia de uma educação de qualidade dependem de mudanças pessoais [de cada professor] de cada um e não podemos controlar isso, apenas facilitar o processo de forma interveniente” (CRAVO, 2006).

5 INICIANDO UMA SÍNTESE: CONCLUINDO

Longe de uma conclusão absoluta, este espaço textual se reserva a uma síntese inicial do articulador do grupo, que por ora escreve este artigo organizando as idéias do grupo e as contextualizando a partir do educar pela

pesquisa e de outras experiências como pesquisa, já vivenciadas.

Assim, este Cravo (2006) articulador – coordenador do grupo, permite-se afirmar que o grupo tem despertado tanto para teorização das práticas de sala de aula e experiências anteriores através da leitura e estudo da perspectiva do Educar pela Pesquisa como fundamento pedagógico, conforme preconizado por Demo (2001), como para o estudo e pesquisa desta perspectiva num coletivo de professores que trabalham com a educação continuada de outros professores.

Deste processo de via dupla, o grupo começa a empreender o conceito de que o Educar pela Pesquisa, “trata-se de uma perspectiva didático-pedagógica que se baseia na produção de conhecimentos através da pesquisa, por consequência do método científico” (CRAVO, 2006), pois esta metodologia – matriz de ensino decorre do uso da pesquisa em sala de aula para desenvolver capacidade argumentativa, produção escrita coletiva e individual, autonomia intelecto-social e interações, tais como: discussão, apresentação/comunicação do conhecimento, troca de experiências e conhecimentos através da negociação de sentidos e significados no processo de conceitualização das palavras (VIGOTSKI, 2001), aprovação e refutação de “verdades” – conhecimentos durante a produção de conceitos em aula.

Nosso coletivo de discussão e estudo e pesquisa se colocam como possibilidade de aprendizagem assim como o educar pela pesquisa se coloca como possibilidade tanto de produção da aula, como espaço de estudo e pesquisa de papel do professor e da sua aula, concordando com o que afirma Moraes (2000), a experiência no educar pela pesquisa representa “uma reflexão sobre o papel do professor e do aluno numa sala de aula” (p.32). Daí começamos a perceber no diálogo crítico um outro princípio de pesquisa como coloca Demo (1994), dentro do paradigma da ação comunicativa, também defendido por Marques (2002).

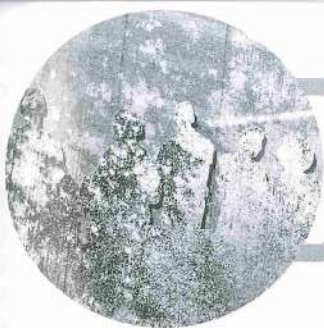
A pesquisa em sala de aula pode ser compreendida como um movimento dialético, em espiral, que se inicia com o questionar dos estados de ser, fazer e conhecer dos participantes, construindo-se a partir disso novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os participantes do processo.

Neste sentido, podemos encerrar este texto inicial fruto do trabalho do nosso grupo de estudo e pesquisa, afirmando que o processo continua, num ciclo de pesquisa, de forma a aprofundar a dimensão teórica e prática reflexiva, cada vez mais, emergindo com consistência as categorias centrais do Educar pela Pesquisa, ou seja: o questionamento,

a construção de argumentos e a comunicação (MORAES, GALIAZZI, RAMOS, 2002, p. 11).

REFERÊNCIAS

- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- _____. **Pesquisa e construção do conhecimento: Metodologia científica de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. **Desafios modernos da educação**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003.
- HARBERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.
- MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 3. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- _____. **Educação nas ciências: interlocução e complementaridade**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- _____. **Pedagogia, a ciência do educador**. 2. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1996.
- _____. **Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000-a.
- _____. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000-b.
- MORAES, Roques; GALIAZZI, Maria do Carmo; RAMOS, Maurivan G. **Pesquisa em sala de aula: fundamentos e pressupostos**. In: MORAES, Roques; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. **Produção numa sala de aula com pesquisa: superando limites e construindo possibilidades**. In: Revista Educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. n. 40, p. 9-38.
- RAMOS, Maurivan Güntzel. **Educar pela pesquisa é educar para a argumentação**. In: MORAES, Roques; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.496.



OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

Neusete Machado Rigo

Sociedade Educacional Três de Maio-SETREM

RESUMO

Este artigo situa o Projeto Político- Pedagógico (PPP) no contexto contemporâneo e os desafios na necessidade da escola desencadear um movimento permanente para sua construção coletiva, tomando-o como instrumento orientador da ação educativa. Estabelecer reflexões em torno da crise paradigmática que a escola precisa enfrentar para fazer escolhas e constituir suas intencionalidades a serem expressas no PPP. Historicamente a escola moderna produziu um sujeito (sujeito moderno), mas as mudanças provocadas por novos referenciais paradigmáticos desestabilizaram verdades e a escola precisa retomar suas intencionalidades para produzir um outro sujeito e uma outra cultura. Sendo assim, a construção coletiva do PPP precisa enfrentar alguns desafios, como: aceitar que não há receitas; que não existe o caminho, mas caminhos; é um processo coletivo, sempre em construção, que aceita e respeita as diferenças.

Palavras-chave: projeto pedagógico – crise paradigmática – construção coletiva

ABSTRACT

This article situates the Politician Pedagogical Project (PPP) in the contemporary context and the challenges of the necessity of the school to unchain a permanent movement of the collective construction, being taken as orienting instrument of the educative action. To Establish reflections around the paradigmatic crisis that the school needs to face make choices and to constitute its intentionally to be expressed in the PPP. Historically, the modern school produced a subject (modern subject), but the changes provoked by new paradigmatical references desestabilized truths and the school needs to retake its intentionally to produce one another subject and one another culture. Being this, the collective construction of the PPP needs to face some challenges as: to accept that it does not have prescriptions; that it does not exist the way, but ways; and a collective process, always in construction, that accepts and respects the differences.

Key - words: pedagogical project – paradigmatical crisis – colletive construction

1 Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado, Professora do Curso de Pedagogia, e-mail: neuseterigo@ibest.com.br.

2 Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM, Av. Santa Rosa, 2504, Três de Maio – RS, e-mail: setrem@setrem.com.br.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da necessidade de um Projeto Político-Pedagógico (PPP)² como instrumento ordenador e orientador da ação educativa escolar têm sido freqüentes entre os/as educadores/as nos últimos anos. Isto porque, desde que as instituições escolares conquistaram a autonomia de planejamento reivindicada com a abertura democrática do país, nos anos oitenta, vem ocorrendo um progressivo abandono da racionalidade técnica, que subordinava a pedagogia e a ação docente ao controle burocrático e à decisão dos especialistas, conduzindo a escola na busca de novos horizontes paradigmáticos, mais coerentes com as profundas mudanças que se instalam nos contextos mais recentes.

A referida autonomia, agora garantida pela LDB (Lei 9394/96) e estimulada pelas políticas públicas, coloca as escolas ante a possibilidade de mudanças curriculares para buscar uma identidade singular, articulada às aspirações da comunidade, em que se insere e definitivamente comprometida em promover cidadania através de aprendizagens que articulem conhecimento e cultura.

Nesse sentido, muitas escolas buscaram (re)construir suas propostas pedagógicas, algumas delas investindo em novos referenciais teórico-metodológicos para dar suporte a uma estrutura curricular e a uma ação docente alternativa, capaz de contemplar a cultura popular e, dessa forma, garantir acesso à aprendizagem da grande massa de alunos/as excluídos/as desse direito.

Os desafios que a legislação, as políticas públicas e a sociedade contemporânea impõem à escola, na definição de sua proposta pedagógica, vão além da mera reconstrução curricular para se situar no âmbito das decisões coletivas que necessitam ser assumidas acerca do papel institucional, num projeto político-pedagógico que poderá situar-se no paradigma da modernidade ou na discussão que hoje se coloca frente a um paradigma emergente na condição pós-moderna³.

A discussão sobre o contexto contemporâneo é ponto de partida para a construção do PPP, pois a escola de qualidade precisa responder aos desafios que a realidade apresenta.

Os desafios para a construção coletiva do PPP são demasiadamente complexos e, para ultrapassá-los, serão

necessárias algumas reflexões para abrir possibilidades à compreensão das relações e das exigências que o mundo atual nos apresenta.

A ESCOLA E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

A transição paradigmática é um momento de crise tanto à sociedade como à escola porque implica em conflitos, transições, dúvidas, rupturas e, segundo Lyotard (1993, p. 50), a nossa época é marcada pela incerteza para pensarmos nossos objetivos. Por um lado, os/as educadores/as vivendo um mal-estar que provém de que eles/as já não sabem qual é a finalidade de sua ação educativa; por outro o desejo de saber dos/as educandos/as parece ter desaparecido; "assistimos a uma espécie de tempo morto no desejo de saber" (LYOTARD, 1993, p. 53). Esse mal-estar se apresenta por nos situarmos numa zona (descontínua) de tensões e conflitos entre um tempo em que não é mais, mas que ainda não é, caracterizando o mundo contemporâneo pela co-existência de referenciais do Paradigma Moderno e do Paradigma Pós-moderno.

Historicamente, a Educação e a escola serviram para a difusão de uma racionalidade, e a escola pública como advento da Modernidade, assumiu o papel de fundamentar a transformação social consolidando a racionalidade instrumental. As propostas pedagógicas e os currículos foram, assim, constituídos pelo projeto iluminista da modernidade e a escola se tornou, então, um espaço privilegiado para a produção do sujeito moderno supostamente racional, emancipado, guiado unicamente por sua razão e por sua racionalidade, autônomo, soberano no controle de suas ações, unitário, não admitindo divisões ou contradições, moldado para a moderna democracia representativa, centrado, sua consciência colocada como o centro das suas ações.

O caráter atribuído à escola quanto à formação de um sujeito, está diretamente ligado à sua proposta pedagógica: que sujeitos a escola quer formar? Que cultura ou que racionalidade quer construir? O projeto da Modernidade contribuiu para a formação de um sujeito (uno, autônomo, centrado), o qual, hoje é questionado por novos referenciais que propõem a formação de um sujeito múltiplo, com uma identidade que não está fixa, mas em construção, num processo intersubjetivo, permeado por relações e pelos efeitos dos discursos. Quando a escola propõe a construção do PPP, propõe também a formação de um sujeito e, por isso, necessariamente terá de apresentar suas

2 O termo "Projeto político-pedagógico" empregado neste estudo tem por referência, "Projeto", porque aponta a intencionalidade das perspectivas de atuação solidária; "Projeto político" porque se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela concidadania responsável em amplo debate; "Projeto pedagógico" porque deve ser gestado no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola, sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas (Cf Marques 1995, p. 89-96).

3 A expressão "condição pós-moderna", apresentada por Lyotard (2002), designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. A condição pós-moderna fundamenta-se na incredulidade dos metarrelatos, ou seja, nos grandes discursos produzidos no século XIX que explicavam a condição histórica do homem ocidental, nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Estes metarrelatos tinham como ponto de partida o ideal libertário da Revolução Francesa e como fundamento os princípios da razão iluminista. Assim, na "condição pós-moderna", descartados os metarrelatos legitimadores do bom, do justo e do verdadeiro, que orientaram o pensamento da humanidade durante muito tempo, flui uma realidade antitotalitária, múltipla e democraticamente fragmentada, e com ela emerge uma grande questão, que é a de saber como construir formas para viver em um outro paradigma, que não o da modernidade.

intencionalidades relacionadas a um referencial paradigmático e epistemológico, refletindo suas compreensões a respeito do tempo em que estamos vivendo.

Compreender as marcas do paradigma moderno e seus efeitos nas relações entre os sujeitos e, entre estes e o conhecimento, é um aspecto importante na tomada de decisões no processo de construção do PPP, como também, perceber as formas pelas quais o mundo pós-moderno está constituindo um sujeito.

A modernidade fez promessas de um desenvolvimento harmônico em que, de um lado, a razão instrumental proporcionaria, com os avanços da natureza, de ordem tecnológica e científica, melhores condições de vida e, por outro lado, a racionalidade social, com a justiça, a paz, a solidariedade, a igualdade e a liberdade aos indivíduos. Entretanto, esta última não foi cumprida, como explica Rouanet (1986, p. 93-94):

Muitas promessas do iluminismo, que presidiu ao advento da modernidade, já foram cumpridas. (...) o desenvolvimento das forças produtivas nos últimos dois séculos, os progressos da ciência, os avanços da saúde pública e da medicina, o desenvolvimento dos meios de difusão da cultura e da informação, representam ganhos importantes para a humanidade. Mas outras promessas, talvez as mais fundamentais, deixaram de ser cumpridas. A idéia de que o avanço científico se faria acompanhar de maior autonomia para o indivíduo, revelou-se ilusória. (...) A liberdade de escolha ampliou-se, mas o homem unidimensionalizado não fez uso dela, porque a sua capacidade de perceber horizontes alternativos atrofiou-se. A idéia de "paz perpétua", objeto de tantos ensaios iluministas, está mais longínqua que nunca. Mais fundamentalmente: o próprio progresso material, orgulho da modernidade, limita-se a um terço do gênero humano, enquanto o restante do planeta vegeta em condições de pobreza absoluta.

Esse desequilíbrio produziu muitos problemas que afetam a humanidade e, por isso, faz-se necessário retomar alguns destes aspectos que ainda permanecem válidos, os quais podem estar incluídos nos referenciais do Projeto político-pedagógico da escola.

No processo de construção do PPP é importante compreender que os avanços científicos e tecnológicos, principalmente na questão da informação, imprimem uma velocidade muito grande no mundo atual, rompendo barreiras e ampliando o fenômeno da globalização. Assim, o contexto pós-moderno se caracteriza pelas mudanças constantes, pela provisoriabilidade, pela diversidade, pela diferença e pela incerteza, pois o pensamento pós-moderno desestabiliza a **certeza**, a **ordem** e o **pensamento único**, princípios norteadores presentes no pensamento moderno e, conseqüentemente, de presença marcante no espaço escolar como orientadores da prática pedagógica.

Essas desestabilizações se chocam com a realidade escolar que se idealiza na certeza da obtenção de resultados verdadeiros evitando erros e conquistando "segurança". Conforme Morin (2001, p.206), a noção de ordem representa a utopia de uma sociedade transparente, sem conflitos e sem desordem, o que não deixa de supor um mundo metafísico, perfeito e ordenado. Entretanto, pensar nessa perspectiva já não é mais possível, pois é necessário reconhecer o mundo e os indivíduos com suas complexidades e com suas contradições.

Outra ruptura provocada pelo paradigma pós-moderno é com relação ao pensamento único. Ouvimos com frequência no interior de nossas escolas, a intenção de homogeneizar, criando uma linha única de ação, mas esta forma de pensar não se sustenta mais, pois o contexto atual está envolvido pela diferença, pela diversidade e pela multiplicidade.

O abalo a esses três princípios do pensamento moderno "puxa o tapete" sob o qual se assenta a escola moderna e todos os discursos sobre o "para que serve" a educação (VEIGA-NETO, 1995, p. 14). Assim sendo, a escola contemporânea, ao perder seus pilares fundantes postos pela modernidade, mergulha na incerteza, perde o rumo e se vê desafiada a superar sua visão moderna de PPP e edificá-lo sob novos referenciais filosóficos e pedagógicos.

Assim, para a construção do Projeto Político-Pedagógico, faz-se necessário que a escola reconheça sua origem enquanto uma instituição moderna que carrega as marcas do paradigma moderno, pela sua forma de organização, estrutura e relações entre os sujeitos e com o conhecimento e, além disso, que esteja preocupada em responder aos desafios que são apresentados pelo contexto contemporâneo, principalmente quanto à formação de um novo sujeito: aberto, múltiplo e plural.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP

A construção coletiva do PPP surge como um espaço possível para a escola construir sua identidade de forma singular e única representando-a num currículo a ser "gestado na comunidade escolar, em permanente diálogo que articule os elementos de organização interna com os aspectos externos da sociedade, da cultura e da própria história, imprimindo sentido às ações desenvolvidas" (SANTIAGO, 2001, P. 151). O envolvimento da comunidade escolar na construção do PPP representa a possibilidade da tomada de decisões coletiva e, também, a existência de um espaço de formação capaz de proporcionar a todos os envolvidos algumas compreensões em torno da crise paradigmática em que nos encontramos.

Conforme McLaren (1987, p.4), precisamos trazer para nossas vidas o sentido e o compromisso com o coletivo alimentando utopias, mas não utopias ingênuas de um mundo sem competição, sem desordem, sem conflitos...e

sim, de um mundo melhor e mais solidário que, apesar de não pretender resolver todos os problemas, empreende brechas e possibilidades para realizar pequenas revoluções. Para isso, recorremos a Santos (2001, p.233), que amplia a idéia da utopia como recusa ao fechamento do horizonte, de expectativas, de possibilidades e a anuncia como a vontade de lutar por alternativas. É essa vontade, de lutar por alternativas, que move os educadores e educadoras, política e pedagogicamente comprometidos e que têm coragem de, mesmo não tendo certeza dos passos que se propõem a dar, sob críticas e descréditos, encorajam-se e apostam na construção de um PPP que provoque rupturas na racionalidade moderna.

O processo de construção coletiva do PPP poderá desestabilizar as práticas de planejamento tecnocrático acordando caminhos para desenvolver uma prática pedagógica na perspectiva de contribuir com a formação de uma outra racionalidade e de um outro sujeito.

Os desafios presentes nesse processo são vários, desde a construção de estratégias para reunir as pessoas e estabelecer discussões em torno de questões significativas aos referenciais paradigmáticos e epistemológicos, como também: primeiro, aceitar que não há receitas prontas, assim como não existe o caminho a ser seguido pela escola. Existem sim, *caminhos*, uma pluralidade deles e ... desconhecidos. Cabe à escola inventá-los. É com a intenção de "inventar" um caminho que a escola precisa pensar o seu PPP; segundo, compreendê-lo como um processo coletivo e, por isso, está sempre em construção, nunca fica pronto. O processo coletivo forja uma nova relação entre os sujeitos pressupondo o dissenso e a sobrevivência da diferença. É no respeito às diferenças e às diferentes subjetividades que se constitui o aspecto pedagógico da construção do PPP. Nessa relação, os sujeitos aprendem a conviver numa dimensão oposta à competição, ao individualismo, assumindo posturas tolerantes e solidárias.

Entretanto, a construção desse caminho implica numa escolha. Apesar de não pretender chegar a um lugar pré-determinado, também não pode permanecer no impasse de não saber para onde ir. A intencionalidade do PPP vai apontar num caminho, embora saibamos que ele não é único e definitivo. Mas, o mais significativo é o fato de que este caminho é pensado e assumido pelo coletivo, ou seja, pela comunidade escolar.

É nessa tomada de decisão que está o caráter político do PPP, porque implica numa postura ética diante da realidade. O fato de estabelecer intencionalidades relacionadas a um determinado paradigma estará, obviamente, comprometendo a escola com a formação de um tipo de sujeito. Para tanto, refletir sobre *que sujeito* a escola pretende formar e *que cultura* a escola quer contribuir a formar são questionamentos indispensáveis ao propor as intencionalidades da escola.

Assim, partindo dessas definições, poderão ser melhores discutidas questões referentes ao currículo escolar, ao conhecimento, à metodologia, à avaliação, e às relações entre os sujeitos, traduzindo o PPP na sala de aula e constituindo a prática pedagógica.

CONCLUSÃO

O PPP traduz as concepções que a escola possui a respeito da realidade e as formas de como concebe e trabalha o conhecimento na produção de um sujeito. No PPP estão expressos os referenciais paradigmáticos e epistemológicos sistematizados a partir das discussões realizadas pela comunidade escolar, os quais se tornam orientadores da prática pedagógica para a construção de um sujeito. Sua construção não é uma tarefa fácil, porque implica num trabalho coletivo que precisa respeitar as compreensões de todos e reuni-las numa proposta de ação.

O ponto de partida para sua construção, necessariamente, será a realidade, ou seja, o contexto cultural, político, econômico e social em que está inserida. Atualmente, esse contexto está marcado por uma transição paradigmática representada na relação entre modernidade e pós-modernidade que insurge numa crise que desestabiliza muitas certezas que a humanidade e a própria escola possuíam.

Nesse sentido, a construção coletiva do PPP é um espaço muito importante para que as pessoas – a comunidade escolar – possam discutir suas preocupações e suas formas de compreender esse mundo para chegar a um entendimento sobre quais as intencionalidades da sua prática pedagógica e que sujeito pretende formar. Esse sujeito não mais poderá manter-se preso a uma identidade fixa e às formas excludentes da diferença, como o pensamento moderno provocou e sim, um sujeito com uma identidade em construção, aberto às diferenças, capaz de conviver com as incertezas e a provisoriidade que o referencial pós-moderno vem questionando e problematizando.

Portanto, alguns desafios se apresentam para que a escola construa coletivamente seu PPP numa perspectiva que supere o pensamento moderno, homogeneizador e excludente. Esses desafios significam a ruptura da visão do PPP como um plano, passando a compreendê-lo como um processo, como um caminho que a escola opta para construir e também, que ele é provisório podendo ser reconstruído permanentemente.

REFERÊNCIAS

LYOTARD, Jean-François. O saber já não é um meio de emancipação. Trad: Leonel Ribeiro dos Santos e Carlos João Nunes Correia. In: KECHIKIAN, Anita. **Os filósofos e a educação**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

_____. **A condição pós-moderna**. Trad: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARQUES, Mário O., **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Unijuí, 1995.

Mc LAREN, Peter. Paulo freire e o pós-moderno. In: **Educação e Realidade**, nº 12, p. 3-13, jan/jun, Porto Alegre: 1987.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5ªed. RJ: Bertrand Brasil, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. Do pós-moderno ao neo-moderno. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº84, jan-fev, p. 85-97, 1986.

SANTIAGO, Anna Rosa F. **Projeto político-pedagógico: um novo olhar**. Cadernos UNIJUI, série educação, nº 33. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo et al. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.



CENÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Mário Luiz Santos Evangelista¹

Valmir Heckler²

Ana Carolina Nüske³

Cilione Gracieli Santor³

Fabio Antonio Elger³

Gustavo Griebler⁴

SETREM⁵

FAPERGS⁶

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo desenvolver cenários para o desenvolvimento da atividade leiteira na Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Os cenários são analisados e fundamentados em premissas de acontecimentos futuros de forma otimista, realista e pessimista. A metodologia utilizada se caracteriza por uma pesquisa exploratória porque busca ampliar os conhecimentos pertinentes ao assunto pesquisado, como características do setor do agronegócio na atividade leiteira, além de propor alternativas que venham dar maior suporte aos empresários nas tomadas de decisões sobre esse importante setor da economia regional. E também é bibliográfica porque é amplamente baseada em fontes de autores que abordam a temática em questão. Como conclusão do estudo, foi possível a identificação de um cenário enquadrado como de "difícil navegação" e de "naufrágio a vista", pelas condições organizacionais regionais do setor leiteiro, por atuar de forma incipiente, em termos econômicos, políticos e de infra-estrutura. Tendo como alternativa a passagem para o quadrante "reco para mudança de rumo", num primeiro momento, com a realização de alguns ajustes e melhorias organizacionais regionais.

Palavras-chaves: Cenários; desenvolvimento regional; atividade leiteira.

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor da SETREM/UNIJUÍ. Coordenador do projeto de pesquisa Novas tecnologias no arranjo produtivo agroalimentar do setor leiteiro na Região Fronteira Noroeste do RS da SETREM/FAPERGS. E-mail: mario.evangelista@terra.com.br.

² Mestre em Ensino de Física pela UFRGS. Professor da SETREM. Integrante do projeto de pesquisa Novas tecnologias no arranjo produtivo agroalimentar do setor leiteiro na Região Fronteira Noroeste do RS. E-mail: valmirheckler@setrem.com.br

³ Acadêmicos do curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Agroindustrial e bolsistas do projeto de pesquisa SETREM/FAPERGS. E-mails: aninhacarol.ana@gmail.com; cilisantor@yahoo.com.br; fabioelger@gmail.com.

⁴ Acadêmico do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação e bolsista do projeto de pesquisa SETREM/FAPERGS. E-mail: gustavogriebler@gmail.com

⁵ Sociedade Educacional Três de Maio. Avenida Santa Rosa, 2.405, Centro, Três de Maio-RS. E-mail: setrem@setrem.com.br

⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Rua Carlos Chagas, 55, 3º andar, Centro, Porto Alegre-RS. E-mail: fapergs@fapergs.rs.gov.br

ABSTRACT

The present article has for objective to develop scenes for the development of the milk activity in the Northwest Region of the state Rio Grande do Sul. The scenes are analyzed and based on premises of future events of optimistical, realistic and pessimistic form. The methodology used is characterized as an exploration research because it looks for to extend the pertinent knowledge to the searched subject, as characteristic of the sector of the agribusiness in the milk activity, beyond considering alternatives that come to give greater have supported to the entrepreneurs in the taking of decisions on this important sector of the regional economy. And also is bibliographical because it is widely based on sources of authors who approach the thematic one in question. As conclusion of the study, the identification of a scene was possible, in economic terms, politicians and of infrastructure. Having as alternative the pass for the quadrant "realistic" of the "optimistical" at a first moment, with the accomplishment of some adjustments and regional organizations improvements.

Key words: Scenes; regional development; milk activity.

1. INTRODUÇÃO

A Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul possui vocação para o agronegócio da cadeia produtiva primária, com integração para frente e para trás, buscando otimizar recursos físicos, materiais e humanos, mediante a diferenciação no setor agropecuário, tendo por base a produção de alimentos com tecnologias limpas e renováveis. Essa diferenciação se dá mediante a diversidade edafoclimática e apresenta condições propícias para o desenvolvimento da pecuária leiteira. O Rio Grande do Sul é atualmente o terceiro Estado na produção de leite no País, destacando-se a região Noroeste, como a principal "bacia leiteira" do Estado, possuindo municípios que se destacam nessa atividade.

A bacia leiteira da Região Fronteira Noroeste do Estado faz parte da região noroeste e apresenta uma produção leiteira em franco crescimento, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento regional. A referida região é composta por 20 municípios, assim distribuídos: Alecrim, Alegria, Dr. Mauricio Cardoso, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Mauá, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Santo Cristo, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. O município de Santo Cristo é o maior produtor de leite da região, destacando-se também o município de Cândido Godói com alta produtividade nesta atividade.

O presente artigo tem por objetivo propor estratégias competitivas para a pequena propriedade rural que atua na atividade leiteira da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de ampliar e melhorar o seu posicionamento frente aos competidores e nos investimentos no setor.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a execução do presente estudo e a caracterização do tipo de pesquisa obedece aos seguintes critérios: o plano de coleta de dados, o plano de análise e interpretação dos dados. Segundo Vergara (2000), existem dois critérios básicos para classificar os tipos de pesquisa: quanto aos fins, este estudo se classifica como pesquisa exploratória; quanto aos meios, classifica-se como pesquisa bibliográfica. É pesquisa exploratória porque procura ampliar os conhecimentos pertinentes ao assunto pesquisado, como características do setor do agronegócio na atividade leiteira, além de propor alternativas que venham dar maior suporte aos empresários nas tomadas de decisões sobre esse importante setor da economia regional. E também é bibliográfica porque é amplamente baseada em fontes de autores que abordam a temática em questão.

Quanto aos procedimentos, foram usados os seguintes métodos: histórico e comparativo. O método histórico se referiu a dados e informações já existentes a respeito da atividade leiteira da região e que serve de embasamento para a presente pesquisa. O método comparativo buscou a comparação entre as semelhanças e divergências entre os diversos aspectos econômicos e sociais relativos à atividade leiteira da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Com a finalidade de alcançar os propósitos do trabalho, foram adotadas algumas técnicas que correspondem à parte prática de coleta de dados e informações, distinguindo-se as seguintes: a documentação indireta, a pesquisa bibliográfica, a documentação direta intensiva e a observação da realidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em termos econômicos, segundo Glat (2004), o agronegócio brasileiro movimenta um terço do PIB, ou seja, aproximadamente R\$ 450 bilhões, gerando 37,0% dos

empregos e responde por 44,0% das exportações brasileiras, rendendo em torno de U\$ 30 bilhões ao ano. O setor da agroindústria observado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2004, registrou crescimento de 5,3%. No período de 2002 a 2004 houve um crescimento industrial de 4,5%, a agroindústria avançou 13,3%. A taxa de crescimento da agroindústria superou a da indústria em geral, indicando que os setores industriais identificados com a agroindústria mostraram maior dinamismo que a produção industrial como um todo.

Complementando essas informações, o texto agroindústria, disponibilizadas pela *agronline* (2004), afirma que a agroindústria tem fortes impactos para trás e principalmente para frente. A cada R\$ 1.000,00 produzidos pela agropecuária resultam em R\$ 5.636,00 que são gerados em atividades que estão depois da fazenda (agroindústria, transporte, comercialização) e de mais R\$ 623,00 sobre atividades antes da fazenda (máquinas, fertilizantes). Os setores agroindustriais apresentam mais impacto sobre atividade para trás, como a própria agricultura. Para efeitos comparativos, depois da agropecuária, o setor que tem mais impacto para frente é o refino de petróleo com R\$ 3.719,00.

No que tange ao setor agropecuário da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, este se caracteriza por propriedades rurais de pequeno porte, sendo que mais de 70% delas possuem área inferior a 20 hectares e aproximadamente 45%, menos de 10 hectares. Destaca-se, por outro lado, que apenas 1,29% das propriedades agrícolas possuem área superior a 100 hectares, segundo dados do IBGE (2001). De acordo com esses mesmos dados, a produção agrícola da região de abrangência do COREDE – Fronteira Noroeste, atualmente é composta pelo plantio de culturas como: soja, milho e trigo e apresenta uma área colhida de soja superior a 236.700 hectares e produção de 366.591 toneladas; a área colhida de milho é de 92.318 hectares, com produção superior a 215.247 toneladas; e o trigo compreende área de 64.910 hectares colhidos e produção superior a 763.566 toneladas.

Ao se referir à atividade leiteira, conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - (EMBRAPA, 2006), em 15 anos a produção nacional de leite passou de 11,1 bilhões de litros para 25,7 bilhões. Isto representa um crescimento de 131% entre os anos de 1980 e 2006, transformando o País de tradicional importador, em exportador de lácteos.

Informações obtidas no Atlas Econômico do Rio Grande do Sul (2005), remetem a verificar que o Rio Grande do Sul é o terceiro produtor nacional de leite com de 10,6% da produção nacional, ou seja, apresenta uma produção de 2,2 bilhões de litros. E, entre as regiões com maior produção, são o Noroeste Colonial com 11,3%, produção com 11%, Fronteira Noroeste com 9,4% e Serra com 8,1% do leite produzido no Estado. Esses dados confirmam a importância da atividade para a Região Fronteira Noroeste, em estudo.

Conforme dados obtidos junto ao órgão regional da EMATER de Santa Rosa (2005), existe uma produção de leite média diária na região de abrangência da mesma na

ordem de 760.415 (setecentos e sessenta mil quatrocentos e quinze) litros de leite que são destinados à industrialização.

Bitencourt et al. apud Maraschin (2003) afirma que:

A atividade leiteira no RS caracteriza-se por uma forte concentração de produtores na Mesorregião Noroeste (66,34%), e o restante (33,66%) localiza-se nas demais regiões do Estado. No Noroeste, a produção baseia-se principalmente em pequenas propriedades que desenvolvem culturas de soja, milho e trigo como atividades principais, sendo a pecuária leiteira muito importante como complementação de renda mensal para o produtor.

A atividade leiteira tem um importante papel na sustentabilidade das propriedades agrícolas familiares, tanto no autoconsumo como na geração de renda, sobretudo diária. A dupla aptidão leite e carne permitem inserir o produtor em dois circuitos distintos de comercialização, ambos possuindo vantagens complementares. Essa atividade também permite a diversificação da propriedade e a integração agricultura-pecuária, especialmente no uso dos subprodutos agrícolas na alimentação das vacas e do esterco na adubação dos cultivos (EMBRAPA, 2005).

Segundo Ávila e Ferreira (2002), a administração rural é uma ciência e também uma arte que se iniciou com a análise econômica das culturas e criações, com registros de dados contábeis e técnicos e com a análise de custos de produção. É considerado um ramo da ciência administrativa que não se preocupa apenas em analisar os aspectos inerentes à empresa rural, como também suas inter-relações com o meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que a utilização da administração é fundamental para a elaboração de um diagnóstico regional; por isso, concorda-se com Vasconcellos Filho e Pagnoncelli (2001), ao afirmarem que para realizar a análise de ambiente, é preciso visualizar e escolher os cenários alternativos e escolher o cenário que será referência. Este vai permitir vislumbrar as mudanças mais importantes que poderão ocorrer com os atores envolvidos na atividade, como os clientes, os concorrentes e outros públicos, projetando-se tendências para o século XXI. Ainda, Vasconcellos Filho e Pagnoncelli (2001), consideram como principais tendências do Século XXI, a globalização da concorrência; o capital intelectual valendo mais do que o capital financeiro; a virtualização do mundo; a diferenciação pela inovação; o tempo valendo mais do que o dinheiro; a crescente consciência ambiental; a concentração de empresas; a padronização de produtos; a crescente desregulamentação; a valorização do indivíduo e a valorização da qualidade de vida. Por sua vez, Tavares (1991), também considera importante classificar algumas forças ambientais, segundo a natureza de suas influências, como as sociais, as econômicas, as tecnológicas e as políticas.

Ao definir cenário, Costa (2002), apregoa que cenário é um conjunto coerente e consistente de hipóteses ou premissas que pode ocorrer tanto de forma quantitativa como qualitativa, sobre as características, condições ou atributos

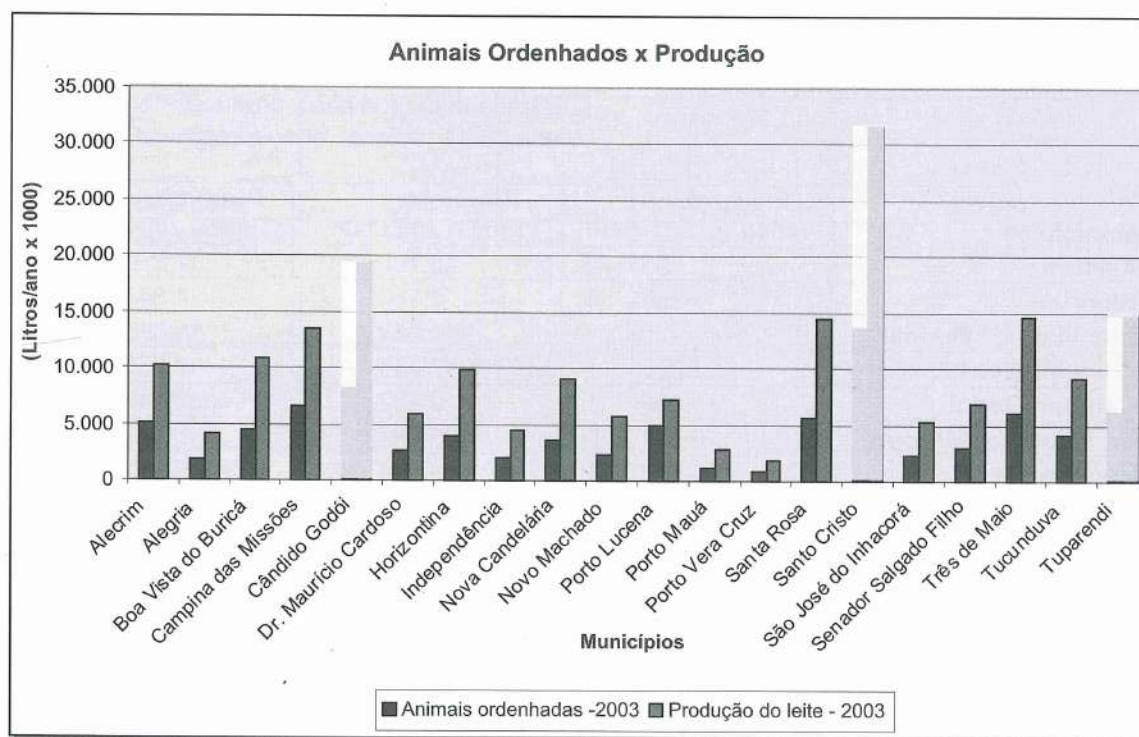
considerados plausíveis e que sejam dominantes no ambiente externo futuro da organização. No entanto, Tachizawa e Rezende (2000), também apontam para o mesmo rumo, ao definirem cenários como “previsões que se baseiam em um conjunto de hipóteses que, para fins práticos são aceitas como dadas”. Já, Cavalcanti (2001), afirma que cenários são histórias de como o mundo poderá se transformar no futuro, prever essas transformações pode ajudar a reconhecer e adaptar diferentes aspectos de mudanças nas empresas e organizações. Por isso, Oliveira (1998), argumenta que cenário é a adequada interação entre composições consistentes entre projeções variadas de tendências históricas e as postulações de eventos específicos.

Tavares (1991) retrata que cenários são acontecimentos possíveis que possam ter impactos negativos ou positivos em uma organização ou região. Correspondem, ainda, ao desenvolvimento de modelos hipotéticos de possíveis ambientes futuros, relacionando seus indicadores com as atividades da organização para facilitar a formulação de estratégias viáveis.

Os cenários normalmente são realizados a partir da interação de inúmeras variáveis sócio-econômicas, analisadas e estudadas por um grupo de especialistas, cada qual na sua especialidade, resultando em um conjunto de hipóteses consideradas, sob os pontos de vista de sentimentos de forma otimista, de realista ou de pessimista.

4. RESULTADOS

Ao se analisar a cadeia produtiva do leite, verifica-se que esta é composta por vários segmentos, os quais exercem influência entre si, bem como demandam de tecnologias que as interligam, como por exemplo: setor de insumos interfere no setor de produção, o qual interage com a indústria, que por sua vez, atinge o setor de distribuição. O dado da Figura 01 compara o número de animais ordenhados por município *versus* a produção dos mesmos. Apresentam-se como maiores produtores de leite na região em estudo, os municípios de Santo Cristo, Cândido Godói e Tuparendi.



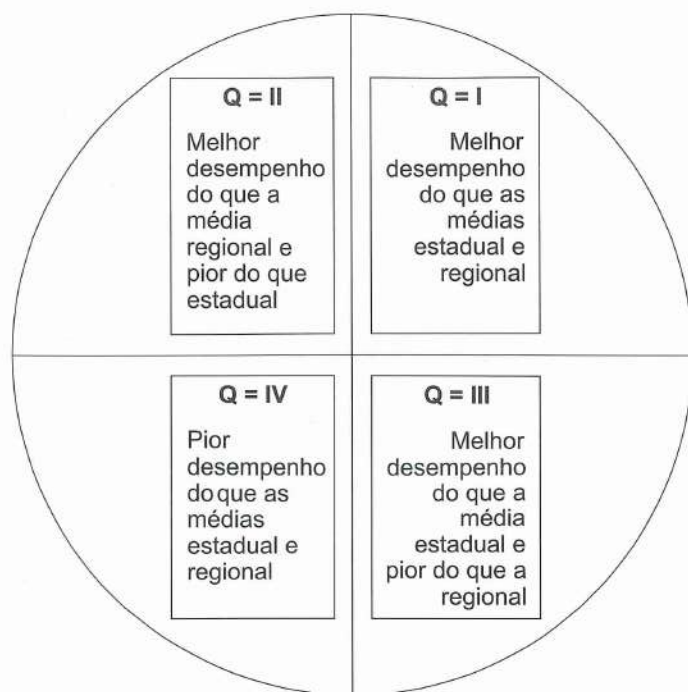
Fonte: IBGE, 2003.

Figura 01: Dados comparativos de animais ordenhados x Produtividade anual.

Na região Fronteira Noroeste se observa que há existência de grandes diferenças de produção leiteira média entre os municípios. Apresentando o município Santa Rosa com a maior produção média, o qual possui produção de 8,5 litros dia por animal ordenhado e, por outro lado, o município de menor produtividade é o município de Porto Lucena com uma média de 4,95 litros dia por animal ordenhado. Esses dados revelam uma baixa média de produção de litros por animais ordenhados, o que indica uma necessidade de avanço da utilização das tecnologias existentes dos setores de insumos e produção.

Em relação à metodologia para a comparação entre a produção e produtividade da região, utilizou-se o seguinte esquema de análise por quadrantes, conforme demonstrado

na Figura 02, e que permite melhor entendimento e comparação dos municípios à região e ao Estado. De acordo com Köhler (2006), nesta configuração, o quadrante I representa um melhor desempenho do município em relação às médias estadual e regional; o II melhor do que a região e pior do que o Estado; o III melhor que o Estado e pior que a região; e o IV pior desempenho do que as médias regional e estadual.



Fonte: Köhler (2006).

Figura 02: Classificação por desempenho do município em relação à região e ao Estado.

Em relação à metodologia, utilizou-se o seguinte esquema de análise por quadrantes, conforme demonstrado na Figura 02, e que permite melhor entendimento e comparação dos municípios à região e ao Estado.

De acordo com Köhler (2006), nesta configuração, o quadrante I representa um melhor desempenho do município em relação às médias estadual e regional; o II melhor do que a região e pior do que o Estado; o III melhor que o Estado e pior que a região; e o IV pior desempenho do que as médias regional e estadual.

Os dados apresentados no quadro 01 demonstram a produção de leite dos municípios que compõem a região Fronteira Noroeste. Desta forma, no quadrante I, enquadram-se os municípios de Boa Vista do Buricá, Campinas das Missões, Cândido Godói, Santa Rosa, Santo Cristo, Três de Maio e Tuparendi, observando que os mesmos não apresentaram variação durante os três anos. Já os municípios de Alecrim, Dr. Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho e Tucunduva estão enquadrados no quadrante III, apresentando melhor desempenho que a média estadual, mas pior desempenho em relação à média regional. No que tange aos municípios de Alegria, Porto Mauá e Porto Vera Cruz, apresentam uma baixa produção comparada com a média estadual e regional, enquadrando-se no quadrante IV.

Municípios	Produção (1000 l) 2002	Q*	Produção (1000 l) 2003	Q*	Produção (1000 l) 2004	Q*
Alecrim	10.493	III	10.162	I	11.239	III
Alegria	4.888	III	4.140	IV	4.347	IV
Boa Vista do Buricá	12.220	I	10.889	I	11.386	I
Campina das Missões	14.330	I	13.435	I	16.653	I
Cândido Godói	19.038	I	19.422	I	13.540	I
Dr. Maurício Cardoso	6.931	III	5.964	III	6.203	III
Horizontina	10.680	III	9.864	III	10.357	III
Independência	7.571	III	4.430	IV	5.961	III
Nova Candelária	9.623	III	8.956	III	9.442	III
Novo Machado	6.786	III	5.670	III	7.087	III
Porto Lucena	7.575	III	7.151	III	8.295	III
Porto Mauá	3.370	IV	2.746	IV	2.864	IV
Porto Vera Cruz	1.854	IV	1.885	IV	2.226	IV
Santa Rosa	17.273	I	14.488	I	16.708	I
Santo Cristo	27.592	I	31.485	I	38.433	I
São José do Inhacorá	6.249	III	5.247	III	7.315	III
Senador Salgado Filho	7.611	III	6.971	III	7.603	III
Três de Maio	18.067	I	14.699	I	20.250	I
Tucunduva	9.923	III	9.252	III	10.085	III
Tuparendi	15.405	I	14.777	I	15.664	I
Produção média (Região)	10.874		10.082		11.283	
Produção média (Estado)	4.698		4.649		4.768	

Fonte: Adaptado de Embrapa Gado de Leite, FEE, IBGE (2004).

Quadro 01: Evolução da produção de leite dos municípios da Região Fronteira Noroeste/RS

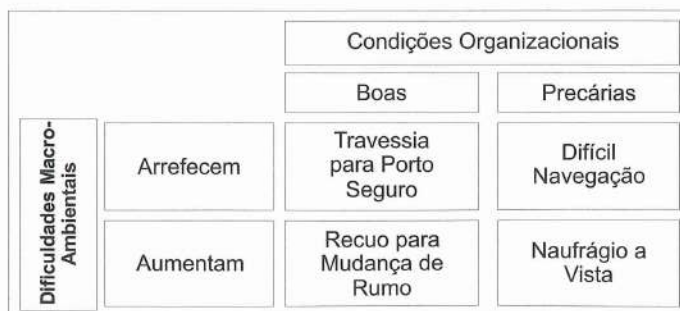
No quadro 02, buscou-se realizar um comparativo da produtividade dos municípios referente aos anos de 2002, 2003 e 2004. Observa-se que houve pouca variação da produtividade, representada pela produção e número de animais ordenhados dos municípios da região. No quadrante I, os municípios que se destacaram no ano de 2004 foram: Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Novo Machado, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio e Tuparendi. E, destacando-se com baixa produtividade, o município de Porto Lucena. Demonstrando, assim, que existe em alguns municípios uma deficiência de utilização de tecnologia em relação à produção de insumos e a produtividade leiteira.

Municípios	Produtividade anual (I) 2002	Q*	Produtividade anual (I) 2003	Q*	Produtividade anual (I) 2004	Q*
Alecrim	2001,72	III	2001,58	III	2007,00	III
Alegria	2336,52	I	2335,03	I	2189,00	III
Boa Vista do Buricá	2478,70	I	2451,93	I	2278,00	I
Campina das Missões	2141,36	III	2054,91	III	2068,00	III
Cândido Godói	2096,70	III	2359,90	I	2081,00	III
Dr. Maurício Cardoso	2301,13	I	2300,93	III	2227,00	I
Horizontina	2495,33	I	2495,32	I	2299,00	I
Independência	2333,13	I	2331,58	I	2284,00	I
Nova Candelária	2520,43	I	2519,98	I	2197,00	III
Novo Machado	2520,80	I	2520,00	I	2274,00	I
Porto Lucena	1460,95	IV	1471,40	IV	1699,00	IV
Porto Mauá	2311,39	I	2311,45	I	2182,00	III
Porto Vera Cruz	2233,73	III	2230,77	III	2080,00	III
Santa Rosa	2555,18	I	2556,10	I	2303,00	I
Santo Cristo	2309,15	I	2308,96	I	2421,00	I
São José do Inhacorá	2359,00	I	2360,32	I	2322,00	I
Senador Salgado Filho	2422,34	I	2422,17	I	2158,00	III
Três de Maio	2425,75	I	2389,69	I	2315,00	I
Tucunduva	2294,87	III	2294,07	III	2299,00	I
Tuparendi	2395,06	I	2398,09	I	2274,00	I
Produtividade média (Região)	2299,66		2305,71		2197,85	
Produtividade média (Estado)	1963,00		1950,00		1967,00	

Fonte: Adaptado de Embrapa Gado de Leite, FEE, IBGE (2004).

Quadro 02: Comparação da produtividade dos municípios Região Fronteira Noroeste/RS

Diante dos dados obtidos pela presente pesquisa, foi possível elaborar os cenários estratégicos para o desenvolvimento da atividade leiteira da Região Fronteira Noroeste. Para a realização dos cenários, foi utilizado o modelo Macroplan (2002), de acordo com a Figura 03, na qual são criados quatro cenários a partir das possíveis variáveis existentes em relação ao tema em pauta. Nesse modelo, o cenário otimista é representado pelo quadrante Travessia para Porto Seguro, outros dois cenários são construídos como forma realista, ou seja, os quadrantes Difícil Navegação e o de Recuo para Mudança de Rumo e o cenário pessimista é identificado pelo quadrante Naufrágio a Vista.



Fonte Macroplan (2002)

Figura 03: Cenário Macro Ambiental

Com base na técnica de elaboração de cenários, analisou-se as principais variáveis relacionadas à atividade leiteira da Região Fronteira Noroeste e se montou a Tabela 01, com o objetivo de identificar possíveis tendências macroeconômicas e sua relação com o ambiente, para dar suporte à elaboração de cenários às organizações que atuam no segmento do leite, como forma de se inserir no contexto do desenvolvimento regional.

Tabela 01: Cenários Macro Ambientais – 2006-2008

<i>Descrição – Variáveis</i>	Travessia para Porto Seguro	Difícil Navegação	Recuo para Mudança de Rumo	Naufrágio
Comércio exterior Exportação (Bilhões US\$)	72	60	55	45
Comércio Exterior – Importações (Bilhões US\$)	45	58	50	60
Barril de Petróleo (US\$)	US\$ 30,00	US\$ 60,00	US\$ 70,00	US\$ 100,00
Crescimento PIB (%)	4,0 %	2,5 %	1,5 %	-1,0 %
Inflação anual (%)	6,0 %	8,0 %	10,0 %	18,0 %
Juros (Taxa Selic) (%)	12,0 %	16,0 %	18,0 %	22,0 %
Taxa de desemprego (%)	6,0 %	12,0 %	15,0 %	20,0 %
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,80	3,00	3,80	4,20
Risco Brasil	300	800	1.000	2.200
Produção de leite (1000 l) dia na região	2.000	1.200	1.400	800
Preço do leite (produtor)	Alto	Moderadamente e baixa	Moderadamente alta	Baixa
Capacidade de Investimento (indústrias)	Alta	Moderadamente e baixa	Moderadamente alta	Baixa
Capacidade de investimento (produtor)	Alta	Moderadamente e baixa	Moderadamente alta	Baixa
Tecnologias utilizadas (produtor)	Alta	Moderadamente e baixo	Moderadamente alto	Baixa
Linhas de crédito para investimento no setor	Alta	Moderadamente e baixo	Moderadamente alto	Baixa
Infra-estrutura regional	Organizada	Moderadamente e desorganizada	Moderadamente organizada	Desorganizada
Logística de transporte	Boa	Regular com viés de baixa	Regular com viés de alta	Ruim
Fatores climáticos	Normais	Regular	Regular	Anormais
Fatores edafológicos	Favoráveis	Regular	Regular	Não favoráveis
Capacidade de produção de alimentos	Alta	Moderadamente e baixo	Moderadamente alto	Baixa
Associativismo e Cooperativismo	Forte	Moderadamente e fraco	Moderadamente forte	Fraco
Pluviosidade	Chuvvas bem distribuídas	Chuvvas mal distribuídas	Curtos Períodos de Estiagem	Altos períodos de Estiagem
Potencialidade de consumo de leite	Alta	Moderadamente e baixo	Moderadamente alto	Baixa
Política ambiental	Alta conscientização pelo ambiente	Moderada com viés de baixa	Moderada com viés de alta	Baixa conscientização pelo ambiente

Fonte: Adaptado Macroplan (2002)

Observando-se as informações contidas na Tabela 01, verifica-se que a tendência aponta para um cenário otimista, pois as condições organizacionais e de governabilidade que o país atravessa são favoráveis, embora existam algumas dificuldades ambientais externas de ordem econômica. Para melhor ilustrar essa informação, o impacto que o ambiente externo sobre o interno, verifica-se que há uma transição entre o quadrante e 'difícil navegação' para o de 'naufrágio a vista'. Isso pode se confirmar se o produtor rural não aumentar a produtividade média do leite, se não aumentar a capacidade de investimentos e não realizar melhorias em termos de tecnologia. Por outro lado, no ambiente externo, também pode haver maior investimento nas indústrias beneficiadoras do produto e fornecedores de insumos.

Para que isso se concretize, faz-se necessário que o governo amplie a capacidade de abertura de linhas de crédito para novos investimentos no setor, bem como realize os ajustes fiscais e da previdência, o controle das taxas de juros e a manutenção da inflação com viés de baixa, a ampliação na geração de empregos a fim de estimular o consumo, dispensar maior atenção ao agronegócio da cadeia produtiva do leite, com a manutenção de uma política de exportação correta e a intensificação de ações para a redução do custo da máquina administrativa.

Por sua vez, as empresas e as organizações que atuam no setor na Região Fronteira Noroeste também devem fazer a sua parte, como: realizar investimentos em setores produtivos que promovam retorno econômico, gerar novos postos de trabalho que agreguem renda e qualidade de vida às pessoas.

Outros aspectos positivos observados no cenário apresentado, dizem respeito a questões locais, como: fatores climáticos, edafológicos, capacidade de produção de alimentos, a pluviosidade e a facilidade em torno do associativismo e cooperativismo, além do país possuir uma potencialidade para a produção de leite, bem como uma política ambiental voltada para o desenvolvimento da atividade.

Mediante o presente trabalho, neste momento, verifica-se que o cenário para o desenvolvimento da atividade leiteira para a Região Fronteira Noroeste se encontra nos quadrantes de "difícil navegação" e de "naufrágio a vista", necessitando de melhorias para atingir o cenário "récuo para mudança de rumo" e, posteriormente aproveitando a redução de dificuldades externas, para passar ao quadrante "travessia para porto seguro".

5. CONCLUSÕES

A partir desse estudo, foi possível identificar os fatores que interferem na atividade leiteira da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a análise de cenários se torna um importante mecanismo que favorece a visualização de diferentes aspectos da economia como um todo, onde é possível realizar o diagnóstico e a situação futura de variáveis internas e externas que afetam a região, as organizações e o país.

Os pequenos e médios produtores rurais e as organizações da região normalmente não dispõem de recursos para a contratação de profissionais para a realização de cenários; por isso, esse estudo bibliográfico a respeito das opiniões e análises de dados obtidos sobre o assunto, serviu de base para a elaboração de cenários para essa atividade. Fica evidente a utilidade da 'ferramenta' cenários para futuras decisões nas propriedades rurais. Dessa forma, o proprietário rural pode gerenciar sua atividade com informações estratégicas e privilegiadas para que possa tomar decisões a respeito do que e como produzir de uma forma segura e menos arriscada, possibilitando um melhor entendimento, acompanhamento e desempenho da atividade, bem como realizar mudanças de rumo assim que supor pertinente.

Os atores envolvidos na cadeia produtiva do leite na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul devem ficar atentos aos movimentos econômicos internos e externos, principalmente na interação entre os quadrantes, pois as alterações das variáveis podem fazer com que os cenários se desloquem de um lado para outro. Nesse caso, pode haver o deslocamento de um cenário realista para um cenário otimista, isso é possível de acontecer, se as condições externas assim o permitirem, bem como as condições internas de governabilidade e a execução de 'tarefas de casa', tanto por parte do governo, como também dos produtores rurais.

O estudo de cenários é importante, porque se pode antever acontecimentos futuros, mediante as análises de tendências, com a ampliação de um leque de possibilidades para tomar decisões, bem como melhorar a flexibilidade, que é verificada no sentido de se ampliar, permanecer ou reduzir o tamanho e o processo produtivo de uma atividade dentro de um negócio.

6. REFERÊNCIAS

AGROINDÚSTRIA. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2004.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas>>. Acesso em: 29 Ago. 2006.

AVILA, Mario Lúcio de; AVILA, Silvia Starling Assad; FERREIRA, Cleone José. **Administração rural**: elementos de estudo na fazenda Córrego da Liberdade no município de Ipiranga de Goiás. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. Edição 2, vol. 1, n. 2, nov. 2002.

BRANDÃO, A.S.P. **Aspectos econômicos e institucionais da produção de leite no Brasil**. In: Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil. Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999. p.37-70.

CASTRO, C.C., PADULA, A.D., MATTUELLA, J.L., MÜLLER, L.A., ANGST, A.N. Relações entre os elos da produção,

industrialização e distribuição da cadeia Láctea do Rio Grande do Sul e expectativas de seus agentes. In: SEMINÁRIO IDENTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÕES TÉCNICAS, ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO NACIONAL – Região Sul. Maringá: MCT/CNPq/PADCT, 1998.

CAVALCANTI, Marly (org.). **Gestão Estratégica de Negócios: Evolução, Cenários, Diagnóstico e Ação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

EMATER Santa Rosa (2005). Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>>. Acesso em 2006.

EMBRAPA Gado de Leite (2004). Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br>>. Acesso em 2006.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL. **Cadeia Produtiva do leite**. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br/index.php>. Acesso em: 28 ago. 2006.

GLAT, Daniel. **O crescimento, as mudanças e os desafios do agronegócio**. Revista Pioneer. Ano IX, n. 18, 6-7p.

GOMES, S.T. **Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil**. In: Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil. Juiz de Fora, EMBRAPA-CNPGL, 1999. p.19-35.

Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, IPD. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br>>. Acesso em 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001-2005). Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>. Acesso em 2006.

KOHLER, R. **Aspectos Socioeconômicos da Região Fronteira Noroeste**. In. DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P.L. (org.). Planejamento Estratégico Territorial. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MARASCHIN, Ângela de Faria. **As relações entre produtores de leite e cooperativas**: Um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa-RS (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <www.ufrgs.br/PGDR/dissertacoes/mestradopgdr/dissertacoespubmpgdr.htm>. Acesso em: 23 ago. 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Macroplan – Prospectiva & Estratégia: Quatro Cenários para o Brasil 2003-2006. Disponível em: <www.macroplan.com.br>. Acesso em 16 set. 2003.

Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 13.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PAIVA E BRITO, Maria Aparecida Vasconcelos de. **Núcleo Temático “Segurança e Qualidade do Leite” Gestor**. Disponível em: <www.cnpqgl.embrapa.br/pesquisa/seguranca.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2006.

SEBRAE Nacional. **Metodologia do Programa SEBRAE**: cadeias produtivas agroindustriais. Brasília: SEBRAE, 2000.

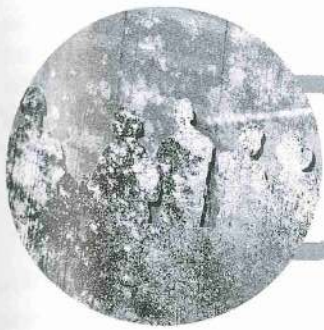
TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. **Estratégia Empresarial**: Tendências e Desafios – Um enfoque na realidade Brasileira. São Paulo: Makron Books, 2000.

TAVARES, Mauro Calixta. **Planejamento Estratégico**: A Opção entre o sucesso e fracasso empresarial. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de.; PAGNONCELLI, Demizo. **Construindo Estratégias para Vencer**: Um método prático, objetivado e testado para o sucesso da sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

UNIVERSIDADE ON-LINE DE VIÇOSA. **Como Aumentar a Produtividade e os Lucros de um Empreendimento Rural**. Disponível em: <http://www.uov.com.br/central_aluno>. Acesso em: 22 ago. 2006.



ADESÃO AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

Leila Edinéia Arnhold Johner¹

Patrícia Regina Sklar²

Claudia Verdum Viegas³

Rafael Marcelo Soder⁴

Sociedade Educacional Três de Maio⁵

RESUMO

A adesão ao tratamento medicamentoso é definida como o ato de seguir a terapêutica proposta conforme a prescrição de um profissional de saúde. A presente pesquisa teve por objetivo verificar o perfil epidemiológico de adesão ao tratamento medicamentoso em adultos, identificando os fatores que interferem, comparando os que contribuem e os que dificultam, tentando determinar o índice de adesão ao tratamento medicamentoso na população pesquisada. O estudo se caracterizou por uma investigação epidemiológica de cunho descritivo e caráter híbrido, ou seja, quanti-qualitativo. A população estudada incluiu adultos da faixa etária entre 18 a 60 anos. A amostra foi definida a partir da população de 1716 pessoas adultas, utilizando o *software* Epiinfo (stat calc), considerando um intervalo de confiança de 90%, admitindo-se erro de 0,05% e uma frequência de ocorrência do fenômeno de 5%. A partir destes parâmetros, a amostra foi composta por 51 pessoas entrevistadas que responderam a várias questões, a partir das quais se pode verificar que 70,6% eram do sexo feminino, tendo faixa etária predominante entre 41 a 60 anos, onde 51% residiam no meio rural e 49,0% no meio urbano. Quando os 51 entrevistados foram perguntados sobre de que forma tomavam o medicamento, 31 (60,8%) responderam que o administram de acordo com a prescrição e 20 (39,2%) responderam que não seguem a prescrição, determinou-se que o percentual de adesão ao tratamento medicamentoso na população pesquisada é de 60,8%. Este resultado revela que a maioria da população se preocupa com sua saúde e compreende a responsabilidade e necessidade de comprometimento com as orientações dos profissionais da área da saúde.

Palavras chave: Adesão ao tratamento; Medicamentos; Adultos.

ABSTRACT

The adherence to the medicament treatment is defined as the act of following the therapeutics proposal according to the professional's of health prescription. The present research had for objective to verify the epidemic profile of adherence to the medicament treatment in adults, identifying the factors that interfere, comparing the ones that contributes and the ones that hinder and to determine the adherence level to the medicament treatment in the researched population. The study was characterized by an epidemic investigation of descriptive matrix and qualitative and quantitative character. The analysed population includes adults of the age group from 18 to 60 years. The sample was defined from a population of 1716 adult people, using Epiinfo software (stact to trace), considering a reliable interval of 90%, being admitted a mistake of 0,05% and admitting a frequency of occurrence of the phenomenon of 5%. Considering these parameters, the sample was composed by 51 people. They were interviewed and they answered to several questions starting from which it could be verified that 70,6% were female, that the predominant age group was from 41 to 60 years old, that 51% lived in the country

¹ Enfermeira Coordenadora do Lar dos Idosos do município de Três de Maio - RS

² Acadêmica do 4º semestre do Curso Bacharelado em Enfermagem - SETREM

³ Mestre e Docente do Curso Bacharelado em Enfermagem - SETREM

⁴ Mestrando e Docente do Curso Bacharelado em Enfermagem - SETREM

⁵ Avenida Santa Rosa, 2405, Três de Maio- RS setrem@setrem.com.br

side and 49,0% in a urban way. Considering that when the same 51 interviewees were asked about how they take the medication, 31 (60,8%) answered that they take the medication in agreement with the prescription and 20 (39,2%) answered that they don't follow the prescription. Considering that by the 51 interviewed only 31 take the medicine according to the prescription. It determined that the percentage of adherence to the medicament treatment in the searched population is of 60,8%. This result reveals that the majority of the population is worried about his health and understands the responsibility and necessity of a commitment with the orientations of the professionals of the health area.

Key-words: Adhesion to the treatment; Medicines; Adults.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar o perfil epidemiológico de adesão ao tratamento medicamentoso em adultos de um município da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A partir disto, foi possível traçar o perfil epidemiológico da população e o percentual de adesão ao tratamento medicamentoso.

A adesão à terapia medicamentosa é um processo que envolve vários fatores, entre os quais podem citar-se fatores econômicos e demográficos entre eles: idade, sexo, estado civil, ocupação, renda, localização (meio urbano ou rural) e distância do paciente à unidade de saúde.

No processo de adesão ao tratamento medicamentoso estão incluídos fatores terapêuticos, educativos e culturais, envolvendo aspectos ligados à aceitação da doença, conscientização quanto à condição de saúde, conhecimento do seu quadro clínico, o que é sua doença, como se desenvolve, causa, seqüências tardias, efeitos adversos quanto ao uso de medicamentos, conhecimento do processo saúde/doença e qualidade de vida.

Deve ser levado em conta o conhecimento do paciente quanto ao seu tratamento, esquema posológico, a finalidade de cada medicamento, efeitos que a medicação pode causar, número de medicamentos, número de comprimidos, doses diárias, tempo previsto da terapia medicamentosa, restrições quanto ao uso da mesma, custo do tratamento e a qualidade de vida que o paciente obtém. Nesse sentido, para que ocorra a adesão, outro passo fundamental é o relacionamento com o profissional de saúde. Este deve saber avaliar o paciente num todo e não somente prescrever. Deve oferecer suporte emocional e social, atuar na promoção e prevenção da saúde, com ações centradas na pessoa e não somente em procedimentos. Deve-se orientar, informar e adequar o esquema terapêutico ao estilo de vida de cada paciente.

A adesão ao tratamento é um processo multifatorial que se estrutura em uma parceria entre quem cuida e quem é cuidado, diz respeito à frequência, à constância e à perseverança na relação com o cuidado em busca da saúde. Portanto, o vínculo entre profissional e pacientes é fator estruturante e de consolidação do processo, razão pela qual deve ser considerado para que se efetive (SILVEIRA; RIBEIRO, 2004, p. 94).

Leite (2002) cita que o conceito de adesão varia entre vários autores, mas de forma geral, é compreendido como a utilização dos medicamentos prescritos ou outros procedimentos em pelo menos 80% de seu total, observando horários, doses, tempo de tratamento. Representa a etapa final do que se sugere como uso racional de medicamentos.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza por uma investigação epidemiológica de cunho descritivo e caráter qualitativo e quantitativo, segundo Richardson (1999). A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário elaborado com perguntas abertas e fechadas, aplicado de forma individual dirigida aos integrantes da amostra, sendo apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes da pesquisa. Nesse documento ficou assegurado sigilo e anonimato, bem como o direito de interromper ou desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Os dados colhidos foram de inteira responsabilidade da pesquisadora assim como a sua publicação. Cabe salientar que este estudo atendeu a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

A população estudada incluiu adultos, com faixa etária de 18 a 60 anos, conforme dados do IBGE, totalizando 1716 pessoas. Esta população faz parte do total de 2883 habitantes de um município da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

A amostra investigada foi definida a partir da população de 1716 pessoas, utilizando-se o software Epilnfo (Stat Calc), considerando um intervalo de confiança de 90%, admitindo-se um erro de 0.05% e uma frequência de ocorrência do fenômeno de 5%. A partir deste dado o número de participantes que deveria compor a amostra foi de 51 pessoas. Todos entrevistados foram selecionados de forma randomizada, a partir dos prontuários médicos da unidade sanitária de saúde do município.

3 ADESÃO AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

Quando um ser humano adoece, freqüentemente se sente apreensivo e ameaçado. Sensações de desconforto, desequilíbrio, e vulnerabilidade são comuns, fazendo com que o desânimo se manifeste de forma acentuada. O indivíduo se debruça sobre si mesmo! Com o avanço da medicina, a farmacologia pode oferecer aos

pacientes inúmeras alternativas medicamentosas, mas estas devem ter credibilidade na atenção voltada ao ser humano, auxiliando, adaptando e incorporando-se a novos e antigos hábitos do cotidiano social.

3.1 APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando se fala em adesão ao tratamento medicamentoso, esta expressão parece ser uma ação simples e de fácil execução, porém, as diferentes características medicamentosas e as diferenças de tratamentos prescritos, acarretam influência no convívio social de forma positiva e/ou negativa à população. Na figura a seguir, pode-se observar o perfil da população entrevistada.

CARACTERÍSTICAS	PERCENTUAIS
Sexo	70,6% Feminino 29,4% Masculino
Idade	17,6% (18 a 30 anos) 15,7% (31 a 40 anos) 31,4% (41 a 50 anos) 35,3% (51 a 60 anos)
Residência	51,0% Meio rural 49,0% Meio urbano
Grau de instrução	Curso superior 5,9% Ensino especial- APAE 2,0% Ensino fundamental completo 5,9% Ensino fundamental incompleto 80,4% Ensino médio completo 3,9% Ensino médio incompleto 2,0%
Estado civil	Casado 80,4% Separada 2,0% Solteiro 13,7% Viúva 3,9%
Renda familiar per capita	R\$ 252,80 per capita

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Figura 01: Perfil sócio-demográfico dos entrevistados.

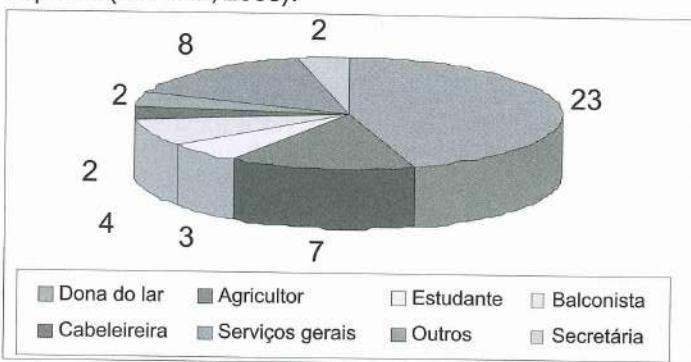
Na figura acima, pode-se observar que houve predominância do sexo feminino (70,6%), e conforme dados do IBGE (2000) a população feminina do município em estudo é de 1.409 e a população masculina é de 1.474. Quanto a isso, pode-se constatar que as mulheres procuram mais o atendimento médico do que os homens, como muitas pesquisas em nível nacional demonstram, evidenciadas pela maior índice de morbidade por parte das mulheres e de mortalidade por parte dos homens.

A faixa etária que predominou foi dos 41 aos 60 anos (66,7%) escolhidos sob a forma randomizada. Houve uma divisão da amostra em relação à origem (residência), sendo 26 pessoas (51%) do meio rural e 25 (49%) do meio urbano. Segundo dados do IBGE (2000) a população urbana do município corresponde a 276 e a população rural a 2616 pessoas, para Rossato (1996), a população urbana corresponde aquela que reside na sede do município e na sede dos distritos.

Fica também evidenciado na figura 01, que há baixo índice de escolaridade, pois a maioria dos entrevistados apenas possui o ensino fundamental incompleto, nesta perspectiva, dados do IBGE (2000) demonstram que o índice

de pessoas com ensino fundamental incompleto corresponde a 68,70% da população total do município em estudo.

Este resultado está de acordo com a média nacional, segundo uma pesquisa realizada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) demonstra que dos 33,4 milhões de jovens entre 14 e 25 anos pesquisados em 2002, 3,8% eram analfabetos, 39% tinham ensino fundamental incompleto, 13,7% possuíam o ensino fundamental completo, 17,4% haviam começado o ensino médio, mas não o concluíram. Concluíram o ensino médio apenas 19,8% e 6,2% cursaram pelo menos 1 ano de ensino superior (BRASIL, 2005).



Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Figura 02: Profissões dos entrevistados em números absolutos

Na figura 02, evidencia-se grande número de pessoas que responderam desempenhar atividades do lar e na agricultura. Levando-se em consideração que o município pesquisado tem sua economia baseada na produção primária, onde a suinocultura e a agricultura familiar (leite, milho, soja, trigo, bovino, aipim e outros), são responsáveis por grande parte do sustento familiar, verifica-se uma coerência dos dados obtidos.

Com isso pode-se caracterizar o município como sendo essencialmente rural, apesar da população que vive no meio urbano. A maioria reside no meio rural e sobrevive da renda do trabalho agrícola. Para Abramovay (1997), a tendência das últimas décadas, em alguns locais é expansão do meio rural, e percebe-se que nestes locais há ou houve investimentos e iniciativas para busca de alternativas para a permanência dos trabalhadores na agricultura. O reflexo disso é o surgimento de maiores oportunidades de trabalho.

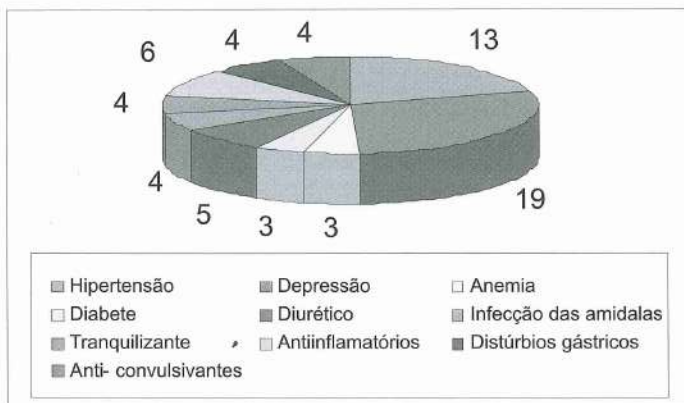


Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Figura 02: Profissões dos entrevistados em números absolutos

Na figura 02, evidencia-se grande número de pessoas que responderam desempenhar atividades do lar e na agricultura. Levando-se em consideração que o município pesquisado tem sua economia baseada na produção primária, onde a suinocultura e a agricultura familiar (leite, milho, soja, trigo, bovino, aipim e outros), são responsáveis por grande parte do sustento familiar, verifica-se uma coerência dos dados obtidos.

Com isso pode-se caracterizar o município como sendo essencialmente rural, apesar da população que vive no meio urbano. A maioria reside no meio rural e sobrevive da renda do trabalho agrícola. Para Abramovay (1997), a tendência das últimas décadas, em alguns locais é expansão do meio rural, e percebe-se que nestes locais há ou houve investimentos e iniciativas para busca de alternativas para a permanência dos trabalhadores na agricultura. O reflexo disso é o surgimento de maiores oportunidades de trabalho.



Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Figura 03: Patologias dos entrevistados em números absolutos

Conforme observado na figura 03 a maioria das patologias citadas pelos entrevistados caracteriza-se como crônicas, necessitando de uso contínuo de medicação, pode-se destacar a depressão e a hipertensão como as patologias mais citadas. Dos entrevistados, 10 (19,6%) responderam que não aderem ao tratamento medicamentoso e 41 (80,4%) responderam que aderem ao mesmo.

Adesão ao tratamento medicamentoso é aderir ao tratamento, aceitar a terapêutica proposta e segui-la adequadamente. Entre os vários fatores que podem influenciar a adesão ao tratamento medicamentoso podemos citar as características da terapêutica, as peculiaridades do paciente, os aspectos relacionados com a equipe multiprofissional e variáveis sócio-econômicas (KURITA, 2003).

A não adesão ao tratamento medicamentoso ocorre segundo Gonçalves (1999), quando o doente desobedece, a prescrição médica, e manifesta este comportamento de forma constante, ou seja, não utilização dos medicamentos estipulados.

Quando os 51 entrevistados foram perguntados sobre como tomam o medicamento, 31 (60,8%) responderam que o administram de acordo com a prescrição e 20 (39,2%) responderam que não seguem a prescrição. Considerando

que dos 51 entrevistados somente 31 tomavam o medicamento conforme a prescrição, determinou-se que o percentual de adesão ao tratamento medicamentoso na população pesquisada é de 60,8%.

3.2 As relações dos entrevistados a adesão ao tratamento medicamentoso

Em relação aos que aderiram à terapia medicamentosa (60,8%) da população entrevistada, 10 referiram inúmeros efeitos adversos, que muitas vezes prejudicam seu cotidiano social, mas persistiram e continuaram o tratamento medicamentoso. Os efeitos estão listados na tabela 01.

Tabela 01: Efeitos adversos dos entrevistados que aderiram ao tratamento medicamentoso

Efeitos adversos	Frequência	Percentual
Sono	1	3,2%
Cansaço	1	3,2%
Distúrbios gastrointestinais	2	6,5%
Dificuldade de locomoção	1	3,2%
Dor nas pernas	2	6,5%
Tontura	1	3,2%
Boca seca	1	3,2%
Limitação (uso de álcool)	1	3,2%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Dos 31 pacientes, 8 (25,8%) usam o medicamento a menos de um ano, 13 (41,9%) utilizam o medicamento de um a cinco anos e 10 (32,3%) usam a mais de 5 anos, conforme mostra tabela 02.

Tabela 02: Tempo de uso do medicamento

TEMPO DE USO DO MEDICAMENTO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Há menos de 1 ano	8	25,8%
De 1 a 5 anos	13	41,9%
Mais de 5 anos	10	32,3%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

A frequência de consultas ao médico entre os 31 entrevistados que aderiram ao tratamento medicamentoso pode ser visualizada na tabela 03.

Tabela 03: Frequência de consulta ao médico

FREQUÊNCIA DE CONSULTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Anualmente	6	19,4%
De 6 em 6 meses	11	35,5%
Mais de uma vez por semestre	14	45,2%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Quando os entrevistados foram indagados sobre as interrupções do tratamento 17 (54,8%) responderam que nunca ocorreu e 14 (45,2%) responderam que já houve interrupções. Vários foram os motivos apontados pelos 14 (45%) entrevistados para a interrupção do tratamento medicamentoso, conforme tabela 04.

Tabela 04: Motivos que levaram os entrevistados a interromper o tratamento medicamentoso

PORQUE INTERROMPEU O TRATAMENTO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Esqueceu	2	14,3%
Falta de sintomas	4	28,6%
Porque não tinha na unidade de saúde	1	7,1%
Tentou diminuir a dose	2	14,3%
Tentou parar de tomar	5	35,7%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

A presença de sensação desagradável lembra constantemente ao paciente que ele está com algum problema, para alguns indivíduos quando os sintomas diminuem, acreditam que não estejam mais doentes, pois a concepção de doença está ligada à presença de sintomas indesejáveis (GONÇALVES, 1999).

É o que acontece freqüentemente, pois quando não estão mais com sintomas, esquecem de tomar o medicamento, como mostra a tabela 04. Em alguns casos os pacientes tentam diminuir a dose ou param de tomar, tempo depois os sintomas voltam e é necessário iniciar o tratamento novamente.

A automedicação é um fenômeno bastante discutido entre os profissionais de saúde, e tido como preocupante no Brasil (ARRAIS; *et al.* 1997). Estudos realizados demonstram que a automedicação no Brasil é praticada principalmente por mulheres, entre 16 e 45 anos, e é atribuída parcialmente a propaganda de medicamentos socialmente difundidos, às recomendações feitas por pessoas leigas, ou pela influência de prescrições anteriores. Os resultados indicam que os analgésicos são disparados, os campeões da automedicação.

Tabela 05: Os medicamentos utilizados que não foram prescritos pelo médico

ANADOR	AAS	ASPIRINA
CEFALIUM	CALMADOR	DORIL
DIPIRONA	DORFLEX	DIPIDOR
DICLOFENACO	NOVALGINA	NEOSALDINA
PARACETAMOL	RESFENAX	SUPERIST

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Entre os que aderem ao tratamento 28 (90,3%) também utilizam métodos alternativos de tratamento, conforme tabela 06.

Tabela 06: Métodos de cuidados alternativos

FAZ USO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Chá	25	80,6%
Argila	2	6,5%
Própolis	2	6,5%
Balsâmo	7	22,6%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

3.3 AS RELAÇÕES DOS ENTREVISTADOS A "NÃO" ADESÃO AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

Não aderir ao tratamento medicamentoso é não seguir a terapêutica proposta. Ocorre por vários fatores, como razões sociais, econômicas, psicológicas, demográficas e também pela insuficiência de informações sobre o tratamento, ou sobre o medicamento.

Segundo Silva; *et al.* (2000), sob o ponto de vista legal, o medicamento é um produto de consumo, e o paciente é um consumidor que tem direito a receber todas as informações necessárias para a adequada utilização e conservação do medicamento, esclarecimento do benefício e reconhecer efeitos adversos dos mesmos.

Para Leite (2003), vários são os fatores ligados a não adesão ao tratamento medicamentoso. Entre eles: dificuldade de acesso ao medicamento, alto custo, esquema terapêutico muitas vezes complexo (grande número de comprimidos, horários diferenciados), a própria doença, a não participação do profissional de saúde no tratamento, falta de confiança do paciente na prescrição, linguagem que o profissional de saúde utiliza, atenção do profissional às dúvidas do paciente e respeito às suas crenças.

Quando perguntados por que não seguem o tratamento os entrevistados referiram os motivos que estão listados na tabela 07.

Tabela 07: Motivos da não adesão à prescrição

PORQUE NÃO SEGUE A PRESCRIÇÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Engordou	3	15,0%
Distúrbios gastrintestinais	7	35,0%
Só toma quando precisa (anafranil, frontal, certralina, haldol, captopril)	5	25,0%
Nem sempre tem o medicamento em casa	2	10,0%
Esqueceu	5	25,0%
Discorda com o tratamento e com o diagnóstico do médico	1	5,0%
Achou que não precisava realizar o tratamento completo (esclerovitam plus, sulfato ferroso)	1	5,0%
Menstruação (efeito colateral)	1	5,0%
Preferiu tratamento alternativo (massagem)	2	10,0%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Em relação ao tempo de uso do medicamento o grupo caracteriza-se conforme descrito na tabela 08.

Tabela 08: Tempo de uso do medicamento

TEMPO DE USO DO MEDICAMENTO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Há menos de um ano	10	50,0%
De um a cinco anos	4	20,0%
Mais de cinco anos	6	30,0%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

A freqüência de consulta ao médico está demonstrada na tabela 09. Os pacientes que consultam anualmente são portadores de doenças crônicas como **depressão, convulsão e hipertensão**. Os que consultam de seis em seis meses são portadores das patologias como **depressão, hipertensão, colesterol elevado, distúrbios gástricos**, entre outros. E ainda, os que consultam mais de uma vez por semestre, possuem **colesterol elevado e hipertensão**, dependentes de tranqüilizantes e/ou diabéticos insulina dependentes.

Tabela 09: Freqüência de consulta ao médico

FREQÜÊNCIA DE CONSULTA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Anualmente	5	25,0%
De seis em seis meses	11	55,0%
Mais de uma vez por semestre	4	20,0%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Os motivos citados para interrupção total do tratamento estão listados na tabela 10.

Tabela 10: Motivos que levaram os entrevistados a interromper o tratamento medicamentoso

PORQUE INTERROMPEU O TRATAMENTO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Esqueceu	5	25,0%
Desaparecimento dos sintomas	5	25,0%
Porque fez mal	8	40,0%
Porque não tinha na unidade de saúde	1	5,0%
Tentou diminuir a dose	1	5,0%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Dos 20 que não aderem ao tratamento 7(35,0%) relatam que não realizam automedicação e 13 (65,0%) confirmam que a utilizam.

Tabela 11: Os medicamentos utilizados que não foram prescritos pelo médico

ANADOR	AAS	ASPIRINA
ALMEIDA PRADO	BENFLOGIN	CERTALDINA
CALMADOR	DIPIRONA	DORIL
DICLOFENACO	ESTOMAZIL	ENTEROFIGON
NOVALGINA	PARACETAMOL	SUPERIST

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 20 05.

Os entrevistados relatam que os medicamentos são indicados pelos atendentes de farmácia e familiares, na face deste quadro, a automedicação é uma forma comum da auto-atenção à saúde. Ocorre quando o indivíduo identifica sua própria doença e a trata, consistindo no consumo de um produto com o objetivo de tratar ou aliviar os sintomas. As várias formas de automedicação incluem adquirir o medicamento sem receita, compartilhar remédios com outros membros da família ou do círculo social, utilizar sobras de prescrições, reutilizar antigas receitas e descumprir a prescrição profissional, prolongando ou interrompendo precocemente a dosagem e o período de tempo indicados na receita (FILHO, 2002).

Dos 20 que não aderiram ao tratamento, 16 (80%) recorrem a métodos de cuidados alternativos conforme tabela 12.

Tabela 12: Métodos de cuidados alternativos

QUAL	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Chá	16	80,0%
Aloés	3	15,0%
Própolis	2	10,0%
Bálsamo	3	15,0%

Fonte: Johner; Viegas; Soder, 2005.

Para os entrevistados os métodos de cuidados alternativos são aliados importantes no processo de tratamento, até por ser uma forma terapêutica considerada menos onerosa e apresentando-se com boa aceitação dentro da comunidade científica da saúde, e com isso, começa emergir incentivos por parte dos profissionais da área para a utilização desta forma de tratamento a população em geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, foi possível concluir que os objetivos do mesmo foram alcançados. Verificou-se o perfil de adesão ao tratamento medicamentoso, determinou-se que o índice de adesão é de 60,8%, ficando evidenciado que a adesão ao tratamento medicamentoso é seguir a terapêutica proposta pelo profissional de saúde. Com este percentual de adesão observa-se que a população tem uma grande preocupação com a sua saúde, realizando o tratamento conforme o prescrito, buscando a ajuda de profissionais de saúde quando este se faz necessário.

Observou-se que vários são os fatores que contribuem para a adesão ao tratamento medicamentoso, devendo ser considerado as características da terapêutica, as peculiaridades do paciente, relacionamento com a equipe multiprofissional, condições socioeconômicas, faixa etária e a cronicidade da doença, fazendo com que o paciente se conscientize da necessidade de adesão ao tratamento medicamentoso, havendo comprometimento com a sua

saúde, aumentando assim, a qualidade de vida e consequentemente a sobrevivência individual e coletiva.

5 REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinidade no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Texto para discussão nº 621, Rio de Janeiro, 1999.
- ARRAIS, P. S. D; et al. Perfil da automedicação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 01, São Paulo, 1997.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Resolução nº196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos**, Conselho nacional de saúde, 1987 Disponível em <<http://www.bioetica.ufrgs.br/res19696.htm>> Acessado em 21 de março de 2005.
- FILHO, A. I. L. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista Saúde Pública**, v.36, n. 01, São Paulo, 2002.
- GONÇALVES H; et al. Adesão à terapêutica da tuberculose em Pelotas, Rio Grande do Sul: na perspectiva do paciente. **Caderno de Saúde Pública**, v.15 n.04 Rio de Janeiro, 1999.
- IBGE. Ministério do desenvolvimento, orçamento e gestão. **Síntese de Indicadores**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen>> Acessado em: 24 de out. 2005.
- KURITA, G. P; PIMENTA, C. A. M. Adesão ao tratamento na dor crônica. Estudo de variáveis demográficas, terapêuticas e psicossociais. **Arq. Neuropsiquiatria**, v. 63 n. 2-B, São Paulo, 2003.
- LEITE, S. N; VASCONCELLOS, M. P. C. Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para a discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura. **Revista Ciência, Saúde Coletiva**, v.08, n. 03, Rio de Janeiro, 2003.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSSATO, R. **Século XX: urbanização e cidadania**. Santa Maria : Pallotti, 1996.
- SILVA, T; DAL-PIZZOL, F; MELLO, C.M; MENGUE, S. S; SCHENKEL, E. P; Bulas de medicamentos e a informação adequada ao paciente, **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n.02, 2000.
- SILVEIRA, L. M. C; RIBEIRO, V. M. B. **Grupo de adesão ao tratamento: espaço de "ensinagem" para profissionais de saúde e pacientes**. Interface, Comunic, saúde, educação, v. 9, n.16, set 2004/ fev 2005.



O ADOLESCENTE E O ADOLESCER COMO SUJEITO E PROCESSO DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE COLETIVA

Fábio Meller da Motta¹

Moiseli Paz Molina²

Vera Beatriz Pinto Zimmermann Weber³

Rafael Marcelo Soder⁴

Patrícia Regina Sklar⁵

Sociedade Educacional Três de Maio⁶

RESUMO

O processo de adolecer, ao longo da história, era considerado meramente, uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta. Sua caracterização era feita a partir dos comemorativos biológicos que marcavam esse momento evolutivo do ser humano. Nas últimas décadas, contudo, a adolescência representa o momento crítico para o desenvolvimento do indivíduo, aquele que marca não só a aquisição da imagem corporal definitiva como também a estruturação final da personalidade, reconhecido como um processo produzido no âmbito das sociedades. No entanto, esta fase também é caracterizada por uma maior exposição aos riscos. Nesta perspectiva, o enfermeiro tem a responsabilidade de propor intervenções voltadas para a atenção à saúde nesse ciclo da vida. O estudo teve como objetivo conhecer e analisar a percepção do adolescente frente ao processo de adolecer como sujeito e processo da atuação do enfermeiro na saúde coletiva, partindo da problemática evidenciada quanto à percepção do adolescente em relação a esta etapa da vida que vivencia e o seu olhar frente à qualidade da assistência à saúde a ele prestada. O estudo é qualitativo e de natureza descritivo. Os sujeitos da pesquisa são adolescentes, escolhidos junto a uma escola pública de ensino médio. O método do questionário com perguntas abertas foi o instrumento de coleta de dados, sendo posteriormente analisado, agrupando as falas dos adolescentes a cada questão proposta, para a estruturação dos tópicos do capítulo da análise. Evidenciou-se, com o estudo, que o adolecer representa para o sujeito um processo de construção e afirmação da identidade quando se depara com inúmeros agravos provenientes desta fase do desenvolvimento humano, sendo fundamental uma ampliação da participação do profissional da enfermagem no processo de assistir ao adolescente, considerando que a saúde coletiva tem caráter preventivo e interfere desta forma no processo saúde-doença.

PALAVRAS-CHAVES: Adolescência; Assistência de Enfermagem; Saúde Coletiva.

¹ Acadêmico do 8º Semestre do Bacharelado em Enfermagem SETREM

² Enfermeira e Docente do Curso de Graduação do Bacharelado em Enfermagem SETREM

³ Pedagoga e Docente do Curso de Graduação do Bacharelado em Enfermagem SETREM

⁴ Enfermeiro e Docente do Curso de Graduação do Bacharelado em Enfermagem SETREM

⁵ Acadêmica do Curso de Graduação do Bacharelado em Enfermagem SETREM

⁶ Faculdade Três de Maio, Avenida Santa Rosa, 2405, Três de Maio -RS - www.setrem.com.br

ABSTRACT

The process of becoming an adolescent through history was considered, merely, a stage of transition between the childhood and the adult age. Its characterization was done from the biological commemoratives that marked this moment of evolution of the human being. In the last decades, however, the adolescence represents the critical moment for the development of the individual, which marks not only the acquisition of the definite corporal image but also the final structure of the personality, recognized as a process produced in the ambit of the societies. However, this stage is also characterized for a larger exposition to the risks. From this perspective, the nurse has the responsibility of proposing interventions turned to the attention to the health in this life cycle. The research had as its main purpose to notice and to acting of the nurse in the collective health. Starting from the evident problematical, concerning the perception of the adolescent in relation to this stage of life that he faces and his look ahead to the quality of the assistance in health gave to him. The research is qualitative and descriptive nature. The subjects of the research are adolescents chosen from a public high school. The method of the questionnaire with open questions was the instrument to collect the dates, being analyzed later, joined the speeches of the adolescents to each proposal question, to the structure of the topics of the chapter of the analyses. It became evident from the research that becoming adolescent represents to the individual a process of construction and affirmation of identity, when he comes across with innumerable that comes from this stage of human development.

KEY WORDS: *Adolescence; Nursing Assistance; Collective Health.*

1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar nos campos de estágios curriculares oferecidos pela Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM, foi perceptível o quanto é incomum nos programas de atenção básica, constituídos nos serviços de saúde pública, a presença de adolescentes. Sabendo-se da vulnerabilidade deles aos agravos à saúde, vê-se a necessidade de compreender esta fase a partir de informações do próprio sujeito, promovendo a reflexão perante a necessidade de intervenção e assistência à saúde deste grupo.

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo fundamental de conhecer e analisar a percepção do adolescente frente ao processo de adolecer como sujeito e processo da atuação do enfermeiro na saúde coletiva.

O presente estudo aborda o processo de desenvolvimento humano neste período de intensas modificações físico-biológicas e psicológicas naturais durante o adolecer e traz destaque às discussões relevantes do cotidiano que foram trabalhadas com os adolescentes durante o período da pesquisa.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida junto a uma escola pública e de ensino médio, situada em um Município pertencente à Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Teve como sujeitos informantes 10 (dez) adolescentes, escolhidos aleatoriamente, sem vínculo específico a algum grupo ou programa de saúde.

O trabalho se constituiu com enfoque na abordagem qualitativa, focalizado como um estudo de natureza

exploratória e descritiva, o qual visa investigar ou analisar um fenômeno (RICHARDSON, 1999). Desta forma, considerou-se para realizar a pesquisa, um grupo vivenciando uma situação específica, ou seja, adolescentes na faixa etária dos 14 (quatorze) aos 19 (dezenove) anos.

Para obtenção de informações acerca deste grupo social, utilizou-se o método do questionário com perguntas abertas, como instrumento de coleta de dados, sendo que através dele se obteve as informações necessárias que permitiu observar as características deste grupo.

Após a aplicação do questionário, partiu-se para a análise do conteúdo disposto, quando se procedeu à leitura e exploração das respostas com o objetivo de agrupar as falas dos adolescentes a cada questão proposta para a estruturação dos tópicos do capítulo da análise.

Ao aplicar o questionário, os informantes neste estudo foram esclarecidos sobre os diferentes aspectos da pesquisa e quanto à privacidade e confidência das informações prestadas que constavam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos sujeitos, em observância à Resolução 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde.

3 A ADOLESCÊNCIA COMO PROCESSO EVOLUTIVO DO SER HUMANO

3.1 O PROCESSO DE ADOLESCER NO MEIO SOCIAL

Todos, indistintamente, passam pela fantástica experiência do adolecer para, assim, entrar na vida adulta;

portanto, ninguém escapa da adolescência, por mais diversos que sejam os modos de cada um vivê-la, caracterizando-se desta forma como um fenômeno individual e social.

No desenrolar da adolescência, o indivíduo é particularmente vulnerável não só aos efeitos decorrentes das transformações biológicas ocorridas em seu corpo, mas também das mudanças sem precedentes, provocadas no mundo moderno pelo impacto das explosões demográficas, do progresso científico, da tecnologia, das comunicações, das novas aspirações humanas e da rápida transformação social. [...] além dos fatores biológicos, a adolescência é influenciada pelo ambiente familiar, social e cultural onde o indivíduo se desenvolve (CAMPOS, 1985, p.28).

Segundo Ramos; Pereira; Rocha (2001) pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico de vivências orgânicas, no qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange a pré-adolescência (faixa etária de 10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (dos 15 aos 19 anos). Já o conceito de juventude resume uma categoria sociológica, que constitui um processo sócio-cultural demarcado pela preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, no plano familiar e profissional.

A adolescência marca uma fase ou etapa de nossas vidas, caracterizada por um estado de rebeldia, pois o adolescente se recusa a se conformar com a realidade e está sempre insatisfeito. Ele insiste em proclamar querer mudar o mundo em que vive, mas ao mesmo tempo se tornar frustrado por não saber como.

Além disto, um conjunto de situações marca a vida do adolescente como: o desenvolvimento do autoconhecimento que dará origem aos sentimentos de auto-estima; o desenvolvimento de uma visão crítica e de um processo de construção de uma escala de valores própria; o conjunto de emoções e os impulsos sexuais ganham maior expressão devido ao processo de transformação física que se verifica com o início da potencialidade para procriação; o aprendizado de novas técnicas para o ingresso no mercado de trabalho e para o relacionamento interpessoal (RUZANY, 2000).

O período da adolescência está aninhado entre a infância e a idade adulta. Os adolescentes não se satisfazem mais em brincar como crianças, mas ainda não possuem o conhecimento e a experiência para se engajar por completo em assuntos adultos. A adolescência é um dos períodos mais preciosos da vida de uma pessoa, porém é o mais difícil.

Sem dificuldade, pode-se enumerar várias situações que se colocam para a adolescência na sociedade: a forte expressividade da violência, com grande número de mortes por homicídios e acidentes de trânsito, o crescente uso de drogas, os grandes índices de acometimento por doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, a evasão escolar, o trabalho precoce e na maioria das vezes

no mercado informal e em condições desfavoráveis (ROCHA, 2000).

Existem no Brasil de hoje vários milhões de crianças jovens e adolescentes considerados de alto risco, sob todos os aspectos, porque afeta a saúde física e mental; porque a falta de um lar ou as condições habitacionais precárias ou inadequadas tornam o viver amargo e difícil, seja em função das doenças que provoca e mesmo a morte, seja em função das dificuldades para o desenvolvimento de potencialidades já tão reduzidas dos menores; porque a vida se desenvolve em um meio que provavelmente oferece poucas oportunidades de um verdadeiro lazer e segurança, e muitas oportunidades de perigo, brutalidade e exposição a comportamentos desviados; porque a vida não oferece muitas esperanças e perspectivas e vai produzindo um sentimento de exclusão e rejeição, um senso de ódio por causa das injustiças, e até uma atitude de abandono e fuga; porque precisa recorrer a cuidados médicos de natureza em geral inferior; porque freqüenta escolas de qualidade reconhecidamente pior; e porque tem perspectivas de vida muito limitadas e sombrias (LISBÔA, 1990, p.37).

Pouco mais de 35 milhões de adolescentes compõem atualmente a população brasileira, o que, sem dúvida, marca importantes características nos perfis sócio-demográficos e epidemiológicos em todo o país. Segundo o Código Internacional de Doenças (OMS, 1985), no grupo de causas externas, a principal causa de mortalidade nesta faixa etária tem origem em situações violentas, dentre estas, a maior expressão é a de causas relacionadas a acidentes de trânsito e homicídio (RAMOS; PEREIRA; ROCHA, 2001).

No que concerne aos agravos da saúde, há um crescimento dos índices de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DST) e vírus HIV, uso de drogas e também o envolvimento em situações violentas, no caso da AIDS, embora o número de casos notificados em adolescentes não seja grande (4.129 casos de 1980-1999), evidencia-se, nos últimos anos, uma evolução da doença no país (BRASIL, 2000).

Outro fenômeno desta fase que não está desvinculado do ciclo de exclusão caracterizado pela pobreza, educação precária e falta de perspectiva de futuro se refere ao aumento dos índices de gravidez na adolescência.

Entre 1993 e 1998, observou-se um aumento de cerca de 31% no percentual de partos de meninas de 10 a 14 anos na rede do SUS, chegando os gastos com partos de adolescentes representarem 27% do total de gastos com partos no sistema no ano de 1998. Apesar das diferenças regionais, o número de recém-nascidos de mães de adolescentes corresponde a 26,75% dos nascimentos. A esta problemática somam-se os dados de abortos realizados em menores de 20 anos (40% do total) e o coeficiente de mortalidade decorrente de aborto, 2,5 vezes maior em menores de 20 anos. Em 1994, um terço das mortes decorrentes de aborto ocorreu em jovens entre 15 e 19 anos (BRASIL, 2000).

O que mais preocupa nestes dados descritos é a forte relação entre a gravidez na adolescência e a gravidez indesejada, ou seja, a precocidade não pode ser limitada à ordem da maturidade biológica; o enfoque é bem maior, deve ser visto num contexto social e, portanto, que repercute muito além do período gestacional, incidindo de forma imediata sobre a educação (evasão escolar), perspectiva profissional e familiar, com sérios reflexos sobre a perspectiva de futuro destes adolescentes.

Na compreensão de Ruzany (2000), se os adolescentes procuram os serviços sem queixas clínicas específicas e encontram um estilo de atenção à saúde que privilegia procedimentos clássicos de anamnese e exame físico, dificilmente pode-se esperar que estes adolescentes retornem novamente, já que suas demandas não estão sendo atendidas. Uma anamnese automatizada com perguntas referentes à família sem uma contextualização e correlação com outros problemas, como violência sexual e familiar, entre outros, mostra-se como uma oportunidade perdida de se intervir em um processo que poderia ser, ou vir a ser, o problema central da vida do adolescente.

Há a clara necessidade de configuração de uma política para a juventude em nosso país, que seja organizada e avaliada intersetorialmente e implementada interdisciplinarmente, dado o caráter multidimensional que é intrínseco à adolescência e às suas necessidades de suporte social para desenvolver-se (ROCHA, 2001, p.36).

Nesta perspectiva, torna-se fundamental ampliar a participação juvenil nas instituições que trabalham com saúde através de estabelecimento de programas constituídos com normas claras para este fim (RUZANY, 2000).

3.2 O ADOLESCENTE COMO SUJEITO DA SAÚDE COLETIVA

Conceitualmente, a saúde coletiva aponta para um novo paradigma na compreensão do processo saúde-doença, entendendo-o como um processo histórico e social, ou seja, conceber a saúde não apenas como ausência de doença, mas relacionada à qualidade de vida. Enfatiza-se a promoção da saúde através da reorganização da vida social e não apenas a partir dos serviços de saúde.

O enfermeiro, na saúde coletiva, para concepção de um programa de atenção à saúde do adolescente, precisa conceituar a adolescência num conjunto de características observáveis em nível coletivo e não apenas individual.

Faz-se necessário que o profissional de saúde se convença de que seu papel deve transcender ao de simples observador de problemas imediatos, passando agora a ser um informante ativo e decodificador das angústias e dúvidas do adolescente ou jovem que venha buscar auxílio neste momento de vida. Deve agir de forma antecipatória aos problemas que possam vir a ocorrer, principalmente de maneira intersetorial nas escolas, clubes, associações

religiosas; enfim, em todos os locais onde eles se encontram (RUZANY, 2000).

Segundo Monteiro e Peres (1992), como profissional de saúde pública, atuando em atenção primária, o campo de ação e abrangência implicaria, necessariamente, a dimensão do concreto da vida dos adolescentes no processo saúde-doença, que subsidiasse a prática educativa de alcance coletivo em educação em saúde e que desse conta das várias formas de relação dos adolescentes nas esferas da vida nas cidades, da cultura, do trabalho, da instituição educacional, das relações familiares, da sexualidade, do lazer, etc.

Diferente das outras fases da vida, a adolescência é marcada pela rapidez com que os eventos ligados ao desenvolvimento ocorrem, a procura pelo serviço de saúde poderá representar uma oportunidade única para o profissional intervir em um processo que poderá vir a ser desastroso para o sujeito (RUZANY, 2000).

Neste sentido, a promoção de saúde se coloca como recorde de trabalho para o desenvolvimento de capacidades pessoais e da coletividade para a elaboração de políticas públicas saudáveis, para a criação de ambientes favoráveis à saúde, para o reforço da ação comunitária e para a reorientação do sistema de saúde (CARTA DE OTAWA, 1986).

Pode-se refletir acerca da saúde do adolescente quando se compreende saúde de uma maneira ampliada, ou seja, mapear os espaços onde se encontram os adolescentes para que seja possível alcançá-los, pois se sabe que os serviços de saúde não são tradicionalmente espaços onde se encontram os adolescentes, pois neste ciclo da vida não se apresentam questões clínicas de forma expressiva a ponto de apresentar uma grande demanda no atendimento clínico individual como ocorre para crianças e idosos.

[...] o trabalho com adolescentes aponta para uma perspectiva de ações para além dos muros dos serviços de saúde, da forma como hoje estão organizados para prestar assistência, ou seja, numa abordagem que ainda privilegia o atendimento clínico, curativo e individual, mas alcançando-os em espaços que freqüentam ou estão inseridos cotidianamente (ROCHA, 2001, p.35).

No que se refere à atuação do enfermeiro, cabe ressaltar que este profissional tem espaço garantido e competência para atuar no trabalho com adolescentes; contudo, as ações voltadas à saúde deles são escassas, não havendo efetividade de uma assistência integral e promoção de saúde.

A enfermagem tem uma responsabilidade fundamental no trabalho em saúde com adolescentes, tendo em vista a busca da equidade na realização das práticas, a ampliação da autonomia e co-responsabilização de adolescentes homens e mulheres no lidar com a vida e a prevenção de agravos que trazem sofrimentos ao adolescente (RAMOS, 2001, p.16).

Para Ruzany (2000), os profissionais de saúde não percebem, na maioria das vezes, que uma atuação/informação precisa, no momento em que o adolescente busca atendimento, pode dar subsídios para que ele faça uma opção adequada de proteção à sua saúde. É assim com modelos de conduta e informações que aos poucos o adolescente vai criando seu estilo de vida.

Segundo Ramos (2001), existe despreparo dos serviços de saúde para o trabalho com adolescentes para a atenção às peculiaridades e complexidade das suas necessidades, faltando espaços e suporte apropriados às suas demandas, seja no campo de orientação, proteção ou recuperação da sua saúde.

Assim, cabe ao enfermeiro se atualizar no sentido de incluir no planejamento de suas atividades todas aquelas que lhe competem por direito e de fato, não deixando lacunas nos cuidados de enfermagem aos grupos de adolescentes.

As normas de atenção à saúde integral do adolescente visam orientar e dar suporte técnico ao profissional da área que atendê-lo no nível primário de atenção, procurando de modo direto e simples definir, justificar, selecionar tecnologias, padronizar procedimentos e normatizar condutas (BRASIL, 1993).

A entrada do adolescente na unidade, na medida do possível, deve fugir dos esquemas tradicionais de marcação de consulta [...]. Pode-se prever modalidades que permitam a expressão de necessidades e trocas individuais ou coletivas iniciais, entre adolescentes e profissionais, que sejam sugestivas do seu fluxo no serviço e/ou fora dele e que funcionem como um primeiro processo de interação, formação de vínculo e acolhimento daqueles na unidade. Nesse momento, podem ser aplicadas técnicas relacionais e específicas de apresentação, interação, descontração e exploração de necessidades (MANDÚ; PAIVA, 2001, p.132).

Para um atendimento adequado ao adolescente, os serviços de saúde deverão desenvolver um sistema eficiente de captação da população adolescente, um conjunto de prontuários e fichas para acompanhamento e um conteúdo pré-estabelecido das atividades a serem desenvolvidas no atendimento de rotina ao adolescente (BRASIL, 1993).

No entendimento de Ruzany (2000), é preciso considerar que uma assistência específica à saúde dos adolescentes deve desempenhar papel relevante na saúde da população. Os grandes conflitos que envolvem temas como sexualidade e uso de drogas, precisam contar com espaços públicos para discussão e planejamento estratégico, para melhor encaminhar estes problemas. Todos os segmentos da sociedade deveriam participar independente de idade, raça, credo ou classe social.

Um envolvimento global da sociedade neste desafio ajudará a conscientizar os adolescentes para a importância de optar por condutas saudáveis. Outro aspecto a ser considerado é a participação dos pais. Eles devem ser integrados plenamente no programa de assistência ao

adolescente, onde possam ser membros ativos e atuantes, vindo a colaborar com a execução das atividades agendadas.

Para Ruzany (2000), faz-se necessária uma mudança de paradigma para reconhecer os jovens como sujeitos de seu próprio desenvolvimento, de forma individual ou coletiva, promovendo sua incorporação como atores sociais, com direitos e oportunidades de participar efetivamente no novo projeto social que se descortina.

Desta forma, cabe aos serviços de saúde incluírem nos planejamentos a redistribuição de pessoal de acordo com a demanda da clientela e não de acordo com interesses pessoais e traçar um programa de capacitação e atualização dos profissionais, podendo inclusive fazer uma parceria com as instituições de ensino que muitas vezes têm estas unidades como campo de estágio, tornando mais fácil a execução e despertando interesse para um programa de treinamento de pessoal.

4 CONSIDERAÇÕES DOS ADOLESCENTES FRENTE AO PROCESSO DE ADOLESCER COMO SUJEITO E PROCESSO DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE COLETIVA

4.1 O QUE É SER ADOLESCENTE?

Para os adolescentes o processo de adolescer é representando por características distintas, tanto físicas como intelectuais. Suas preferências e interesses tendem a diferenciar de outras faixas etárias no desenvolver do ser humano. É considerada como a fase das dúvidas, transformações, insegurança, quase sempre demonstrando ser diferente e ser lutador. O intermeio da passagem do ser criança para o ser adulto.

Ser adolescente é algo complicado, é uma fase cheia de mudanças, tanto no corpo como na mente; é tudo imprevisto, isto para alguns, que agem sem pensar no que fazem. Ser adolescente para mim é ter muitas dúvidas, e nem sempre, encontrar as respostas. Mas também é uma fase muito boa, mesmo com as transformações, essa é a fase em que começamos a pensar no futuro, deixando de lado a fase da infância e entrando para um mundo novo, que nos oferece milhares de oportunidades a toda hora. Enfim, ser adolescente é ao mesmo tempo, ficar indeciso e decidir, é fazer várias perguntas sem respostas e ao mesmo tempo receber a resposta de tantas outras. Mas é uma fase pela qual devemos passar e vivermos intensamente (ADOLESCENTE C, 2005).

Todos estes questionamentos inerentes ao ser adolescente, dúvidas frente ao próprio conceito, a incerteza quanto ao futuro e inseguranças nas decisões, tendem a revelar o adolescente como um ser questionador, que adquire

nesta fase a capacidade de filosofar, partindo de um raciocínio estritamente concreto de quando criança para um desenvolvimento total e absoluto da capacidade intelectual. Segundo Gauderer (1992), o adolescente passa a conceituar, abstrair, filosofar e com isso desenvolve gigantesca capacidade global de funcionamento. Começa a questionar tudo e todos, ao passo que antes ele puramente acreditava naquilo que os pais e os professores lhe diziam.

A adolescência é uma condição que está permeada pelas questões biológicas, mas não se restringe aos limites do corpo, do natural, na medida em que as necessidades de saúde dos adolescentes extrapolam estas categorias ao se expressarem relativamente pouco em termos de agravos orgânicos (AYRES, 1996). Enfim, os adolescentes identificam o quanto este período é relevante e intenso no desenvolver humano, oferecendo oportunidades de crescimento na competência, autonomia, auto-estima e intimidade.

4.2 NA SUA ESCOLA TEM DISCUSSÕES SOBRE A ADOLESCÊNCIA? ALGUM ENFERMEIRO JÁ PALESTROU NA SUA ESCOLA?

A instituição escolar pode ser considerada como uma facilitadora no processo de individualização do adolescente na formação de sua identidade para além da família, pois é neste espaço que se dá a introdução à vida social fora do âmbito doméstico, levando a criança a superar situações desconhecidas e se relacionar com o mundo tal como ele é, com seus atrativos, seus benefícios, suas responsabilidades, assim como suas decepções, suas perdas e frustrações.

Os adolescentes afirmam que há falta de interesse na abordagem da temática adolescência, tanto por parte dos alunos como dos professores, e quando o tema é abordado, as questões propostas não são suficientemente esclarecedoras, o que leva os adolescentes a refletirem nos grupos e com os colegas.

Às vezes tem, mas nada muito esclarecido; há muitas dúvidas que poderiam ser esclarecidas, mas como não há interesses do aluno, do adolescente e nem dos professores. Os alunos muitos têm dúvidas, mas a vergonha fala mais alto. Não foi nenhum enfermeiro (ADOLESCENTE A, 2005).

A escola deve ser encarada como espaço de formação e informação, favorecendo a inserção do adolescente no meio social; assim, o profissional saberá reconhecer a riqueza de se trabalhar a saúde no espaço privilegiadamente coletivo da escola.

Alcançar o adolescente em seus espaços de convivência e inserção significa atingir o meio social em que vive e na diversidade em que se apresenta, [...] a escola como um espaço de socialização e formação [...]. Significa ainda implementar ações

num contexto de exclusão social e, portanto, de necessidade de promoção da cidadania (ROCHA, 2001, p.36).

Neste contexto, as práticas de educação em saúde assumirão novos desafios em nossas comunidades, onde o enfermeiro deverá ser capaz de se inserir nestes espaços de atuação do adolescente para implementação de práticas concretas.

4.3 VOCÊ JÁ FOI A ALGUM POSTO DE SAÚDE? COMO VOCÊ PERCEBE A ATENÇÃO DADA NO SERVIÇO DE SAÚDE COM RELAÇÃO AOS ADOLESCENTES?

Os adolescentes afirmam não ter conhecimento do trabalho realizado em seu município, alegando que a atenção é mínima, e que os enfermeiros não dão as informações que estes necessitam em seu processo de desenvolvimento. “[...] a atenção para os adolescentes é pouca. Eu acho que muitos enfermeiros não dão as informações e atenções que os adolescentes precisariam” (ADOLESCENTE B, 2005). Os adolescentes acreditam que se priorizam ações de assistência curativa, ao invés de focar a prevenção como alternativa mais eficaz.

Já fui em postos de saúde e percebo que a atenção dada aos adolescentes é mínima, eles têm maior cuidado em ajudar e orientar adolescentes grávidas, por exemplo, do que orientar para que isso não aconteça, ou seja, dão atenção para fatos já ocorridos e se esquecem de prevenir (ADOLESCENTE F, 2005).

Cabe destacar a promoção da saúde a este grupo populacional, onde a enfermagem deverá ser capaz de adotar estratégias que visem integrar o adolescente num estilo de vida saudável, onde as práticas de autocuidado a serem adotadas estimulem a promoção da saúde, motivando o mesmo a aperfeiçoar seu estilo de vida, modificando comportamentos de risco e adotando atitudes saudáveis.

Enfim, a atenção à saúde do adolescente, concretizando um dos princípios do SUS, da universalidade no atendimento, só será efetiva quando as ações do serviço de saúde não se restringirem aos espaços das Unidades Básicas de Saúde, partindo de uma nova concepção, através de estratégias que alcancem o adolescente em seus espaços de adolescer, seja na família, na escola ou no meio social, articulando métodos de trabalho que visem orientar os mesmos a assumir práticas preventivas em seu adolescer.

4.4 QUAL A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE REALIZAREM PALESTRAS REFLETINDO SOBRE TEMAS PERTINENTES AO ADOLESCENTE?

Na organização dos serviços de saúde, a atenção integral à saúde dos adolescentes deve ser prioridade, e isto representa uma pauta que aglutina interesses e mobiliza a sociedade através da efetivação de novas metodologias de intervenção.

A educação em saúde deve defender a promoção de práticas de saúde que estejam aliadas a instituições da sociedade, principalmente as escolas de caráter público que, na maioria das vezes, não dispõem de programas com atividades específicas que viabilizem a promoção da saúde no espaço escolar.

A importância é imensa, o profissional da saúde sabe as doenças que o uso de drogas pode causar, a partir de uma palestra que deixe bem claro o mal que cada adolescente faz ao usar cigarro, bebidas, drogas em geral, muitos jovens e adolescentes gostam de assistir palestras, [...]. Seria ótimo ter mais profissionais da saúde interessados nos adolescentes, acho que falta algo para completar as informações, coisas que uma professora, ou um palestrante não saberia explicar, e que um profissional da saúde saberia responder e explicar de outra forma (ADOLESCENTE F, 2005).

Portanto, as práticas educativas capazes de atingir o adolescente em seus espaços de convivência não são consideradas tarefas fáceis de concretizar. Contudo, necessárias quando relacionadas aos agravos à saúde no processo de adolecer, as quais só serão efetivas na medida em que o profissional de enfermagem acredite na possibilidade de recriar seu espaço de atuação junto à comunidade, com novos instrumentos de ações, visando à prevenção e promoção da saúde deste grupo.

4.5 PARA QUE SE POSSA MELHORAR A ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE, DEIXE AQUI SUAS SUGESTÕES PARA O SERVIÇO DE SAÚDE.

Os adolescentes sugerem que o serviço de saúde seja capaz de levar à sociedade informações e conhecimentos, estimulando a participação social neste processo. Para isto, a dinâmica de ensino poderá ser realizada através de palestras, onde não apenas a abordagem técnica seja argumentada, mas da mesma forma a ajuda psicológica ao adolescente seja fornecida. “[...] seria necessário que os profissionais de saúde fizessem palestras de vários assuntos, dando uma ajuda técnica e até psicológica” (ADOLESCENTE F, 2005).

Os sujeitos do estudo acreditam que através da formação de grupos, em parceria com profissionais de saúde, possam esclarecer suas dúvidas, e se conhecerem melhor, formando um vínculo de amizade, numa convivência sadia. “[...] o centro de saúde deve cada vez mais proporcionar momentos de reflexão entre os jovens para tentar fazer com que encarem a vida de frente e que dêem o devido valor a ela” (ADOLESCENTE G, 2005).

[...] seria interessante fazer um grupo de adolescentes como o Amor Exigente, para que os jovens pudessem fazer perguntas, esclarecer dúvidas para se conhecer melhor e conhecer o outro. Um lugar especial, com algo que chame a atenção dos mesmos, seria uma espécie de Rard Rock café, onde se encontrariam para assistir palestras, conversar, porém um local onde é proibido fumar e beber, onde os jovens fizessem comidas saudáveis, nada fast food. Com uma música ambiente, onde eles pudessem ter o acompanhamento dos diversos setores da saúde pública (ADOLESCENTE F, 2005).

É incontestável que o enfermeiro tem muito a contribuir na assistência em saúde, desde que atue com habilidade de conhecimentos, de atitudes éticas e de forma multiprofissional. Buscando uma nova forma de pensar e agir, em harmonia com o modelo de atenção à saúde da família, atuando no planejamento e organização de ações, em vista da qualidade de vida de nossos adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado não objetiva proporcionar ao leitor qualquer conclusão ou desfecho final, a presente pesquisa é dinâmica e como tal é fundamental reconhecê-la como um conjunto de experiências de vida, que vêm sendo estruturado através de determinantes sociais e de conhecimentos passados e presentes frente ao processo evolutivo do adolecer. Acredita-se que este estudo proporcionará grandes contribuições para a sociedade na tomada de consciência quanto aos aspectos normativos do desenvolvimento bio-psico-social da adolescência, trazendo uma colaboração significativa a todos aqueles que pretendem se preparar para atuar junto ao adolescente.

Portanto, visando compreender esta dinâmica do adolecer, integrado em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, percebe-se que a experiência demonstrada por este estudo instiga a propor ajustes nas atividades voltadas para os programas de atenção à saúde dos adolescentes pois, embora o desafio para a organização de um serviço a este grupo etário seja complexo, a necessidade é urgente.

Sugere-se capacitação aos profissionais de saúde que trabalham no âmbito da saúde coletiva, pois frente a esta proposta inovadora, que visa colaborar com o adolescente na busca de alternativas e minimizar seus problemas, entende-se que o conhecimento das equipes de trabalho precisa ultrapassar os adquiridos em sua formação básica, através da graduação. Os objetivos, estratégias e atividades devem ser estabelecidos de maneira participativa, coerentes aos princípios do Sistema Único de

Saúde que sugere maior envolvimento dos vários segmentos da sociedade.

Ao findar o presente trabalho, evidenciou-se a comprovação da hipótese inicial proposta: o adolecer representa para o sujeito um processo de construção e afirmação da identidade quando se depara com inúmeros agravos provenientes desta fase do desenvolvimento humano, sendo fundamental uma ampliação da participação do profissional da enfermagem no processo de assistir ao adolescente, considerando que a saúde coletiva tem caráter preventivo e interfere desta forma no processo saúde-doença.

6 REFERÊNCIAS

- AYRES, R.C.M.** HIV/AIDS, DST e abuso de drogas entre adolescentes: vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas. São Paulo-SP: Ed. Casa da Edição, 1996.
- BRASIL, M. S.** Normas de atenção integral à saúde do adolescente. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 1993.
- BRASIL, M. S.** Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. A situação da AIDS no Brasil. Disponível em: <http://www.saúde.gov.br>. Acesso em 2000.
- CARTA de Otawa.** Disponível em: <http://www.saúde.gov.br/programas/promoção/otawa/.htm/1986>. Acesso em 2002.
- CAMPOS, D. M. S.** Psicologia da Adolescência. 9ª ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes 1985.
- GAUDERER, C.** Crianças, adolescentes e nós. 2ª ed. Copacabana-RJ: Ed. Revinter, 1992.
- LISBÔA, A. M.** A saúde do adolescente: 8º Seminário sobre saúde e medicamentos. Rio de Janeiro-RJ, 1990.
- LOVATTO, A; EVANGELISTA, M. L. S; GÜILLICH, R. I. C.** Metodologia da Pesquisa: Normas para apresentação de trabalhos: Redação, Formatação e Editoração. Três de Maio-RS: Ed. Setrem, 2005.
- MANDÚ, E.N.T; PAIVA, M.S,** Consulta de enfermagem a adolescentes. In: ABEn. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher.** Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2001.
- MONTEIRO, D.R; PERES, S.G.O.** Espaço Adolescente. In: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Práticas de educação em saúde: programa de assistência integral à saúde da mulher. Rio de Janeiro-RJ, 1992.
- ROCHA, C.R.M.** O acompanhamento do adolescente no meio social. In: ABEn. Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher. Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2001.
- RAMOS, F.R.S.** Bases para uma re-significação do trabalho de enfermagem junto ao adolescente. In: ABEn. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher.** Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2001.
- RAMOS, F.R.S; PEREIRA, S.M; ROCHA, C.R.M.** Viver e adolecer com qualidade. In: ABEn. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher.** Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2001.
- RICHARDSON, R. J.** Pesquisa social, métodos e técnicas, 3ª ed. São Paulo-SP: Ed. Atlas. S.A, 1999.
- ROCHA, C.R.M. da.** Uma experiência de trabalho com adolescentes em atenção primária à saúde. In: ABEn. **Projeto acolher: Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro.** Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2000.
- ROCHA, C.R.M.** O acompanhamento do adolescente no meio social. In: ABEn. Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher. Brasília-DF: Ed. Hw Comunicação Ltda, 2001.
- RUZANY, M. H.** Mapa da situação de saúde do adolescente no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000.



Centro de Ensino Médio SETREM

Educação Infantil
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Rede Sinodal Idiomas
Pré-vestibular Rede Sinodal
Lar-escola
Técnico em Agropecuária
Técnico em Design Gráfico
Técnico em Design de Moda
Técnico em Design de Móveis
Técnico em Informática
Técnico em Gerência Empresarial
Técnico em Vendas

Faculdade Três de Maio

Administração
Enfermagem
Engenharia de Produção Agroindustrial
Licenciatura Plena em Pedagogia
Normal Superior - Anos Iniciais
Sistemas de Informação
Tecnologia em Redes de Computadores
Especializações e Extensão em
Administração, Educação,
Tecnologia da Informação e Saúde.



O conhecimento faz a diferença!

www.setrem.com.br



Campus SETREM
Av. Santa Rosa, 2405 - Centro
Três de Maio-RS CEP: 98910-000
Fone/Fax: 0xx55 3535 1011

Unidade Três de Maio
Av. Avaí, 370
Três de Maio - RS CEP: 98910-000
Fone: 0xx 55 3535-3868

Unidade São Paulo
Rua Tereza Verzeri, 780
Três de Maio - RS CEP: 98910-000

Revista Setrem

24909

